

CÂMARA MUNICIPAL

DE

VILA NOVA DA BARQUINHA

ACTA N.º 12 / 2017

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2017

(Contém Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

Presidente FERNANDO MANUEL DOS SANTOS FREIRE

Vereador RUI CONSTANTINO MARTINS

Vereador RICARDO MANUEL RAMALHETE HONÓRIO

Vereador ROSA MARIA CLAUDINO FERNANDES GARRETT

Vereador LUÍS MANUEL DOS SANTOS VALENTE

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

Presidente

Vereador

Vereador

Vereador

**CÂMARA MUNICIPAL
DE
VILA NOVA DA BARQUINHA**

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 12/2017

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 14 DE JUNHO DE 2017, INICIADA ÀS 15:30 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 16:10 HORAS.

A PRESENTE ATA VAI SER APROVADA NA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA E VAI SER ASSINADA PELO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE E SECRETÁRIO.



ATA Nº 12/2017

Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova da Barquinha e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente Senhor FERNANDO MANUEL DOS SANTOS FREIRE, os Vereadores Senhores RUI CONSTANTINO MARTINS, RICARDO MANUEL RAMALHETE HONÓRIO, ROSA MARIA CLAUDINO FERNANDES GARRETT E LUÍS MANUEL DOS SANTOS VALENTE, comigo João David Vicente Lopes, Técnico Superior, na qualidade de Secretário do Órgão Executivo Municipal, nomeado por deliberação Camarária de 21 de Outubro de 2013. -----

ABERTURA DA REUNIÃO

O Excelentíssimo Sr. Presidente declarou aberta a reunião e foram seguidamente tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia (Anexo I), elaborada nos termos do artigo 53º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

- **Período de antes da Ordem do Dia, nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:**

O Sr. Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação de um voto público de louvor pelo desempenho prestado pelos alunos da Escola D. Maria II, de Vila Nova da Barquinha, no âmbito do Concurso Mentres Brilhantes para o Turismo Militar, que dentro de um número de

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

100 escolas do ensino secundário de todo o país, viram o seu projeto ser o vencedor do referido concurso.

DELIBERAÇÃO Nº 74/2017

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO PÚBLICO DE LOUVOR AOS ALUNOS DA ESCOLA D. MARIA II, PELO DESEMPENHO PRESTADO NO ÂMBITO DO CONCURSO MENTES BRILHANTES PARA O TURISMO MILITAR.

Passou-se de seguida à apreciação do seguinte expediente:

Ponto Um da Agenda de Trabalhos

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

-----APROVAÇÃO E ASSINATURA-----

A Ata número 11, da Reunião de Câmara de 2017/05/24, foi aprovada por unanimidade, e assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e Secretário, respetivamente. -----



Ponto Dois da Agenda de Trabalhos

BALANCETE

A Câmara tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 12 de junho de 2017, que acusava o seguinte saldo em disponibilidades: **1.150.637,93€**, desdobrado da seguinte forma:

- EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS –
- Um milhão, oitenta e dois mil, seiscentos e um euros e setenta e três cêntimos -

- EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS –
- Sessenta e oito mil, trinta e seis euros e vinte cêntimos -

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO. “

Deliberações Diversas

Ponto Três da Agenda de Trabalhos

**Deferimento de obras por delegação*

DECISÃO DE 2017/05/25, Proc. n.º 184/1980 - Deferir a EDIFSAN – Engenharia e Construção, Unipessoal, Lda., com sede na Estrada Principal, nº 48, Casal Novo / Autoguia, o pedido de aprovação dos projetos de especialidade para a reabilitação urbana com reconstrução de moradia, na Rua 9 de Abril, nº 6 e 8 / Vila Nova da Barquinha.



DECISÃO DE 2017/05/25, Proc. n.º 35/94 - Deferir a André Rodrigues Gonçalves, residente na Rua Capitão Salgueiro Maia, Bloco 5, 2º Dtº /Vila Nova da Barquinha, o pedido de aprovação dos projetos de especialidade para a reabilitação urbana com reconstrução de moradia, na Rua do Tejo, nº 4 / Vila Nova da Barquinha.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO. “

Ponto Quatro da Agenda de Trabalhos

Documento: Relatório Final de 2017/05/25

ASSUNTO: Hasta Pública para atribuição da Utilização e Exploração do Estabelecimento de Restauração e Bebidas de Vila Nova da Barquinha, sito no cais Dr. Pombeiro em Vila Nova da Barquinha / Adjudicação – Ratificação

Síntese:

Foi presente ao Órgão Executivo para ratificação, o Despacho de adjudicação de 2017/05/29, proferido pelo Exmo. Senhor Presidente, e aposto no Relatório Final referente à Hasta Pública para Atribuição da Utilização e Exploração do Estabelecimento de Restauração e Bebidas de Vila Nova da Barquinha, sito no Cais Dr. Pombeiro em Vila Nova da Barquinha.

DELIBERAÇÃO Nº 75/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DE 2017/05/29, PELO QUAL A ATRIBUIÇÃO DA UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E /OU BEBIDAS DE VILA NOVA DA BARQUINHA, SITO NO CAIS DR. POMBEIRO



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

DE VILA NOVA DA BARQUINHA, FOI ADJUDICADA AO CONCORRENTE DAVID CANHOTO FRAGUEIRO, PELO VALOR DE 275,00€ (DUZENTOS E DE SETENTA E CINCO EUROS) /MÊS, PELO PERÍODO DE 5 ANOS.”

Ponto Cinco da Agenda de Trabalhos

Documento: Email de 2017/05/29, do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português

ASSUNTO: Disponibilização dos Estudos no âmbito do processo de descentralização para as Autarquias Locais

Síntese:

Por email de 29 de maio de 2017, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tomou a Autarquia conhecimento de que, pelo referido Grupo Parlamentar, foi apresentado requerimento na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, que visa a disponibilização dos estudos e dos elementos que fundamentam as propostas apresentadas e que deram origem á Proposta de Lei nº 62/XIII/2ª , que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

O referido requerimento foi apresentado, uma vez que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, considera que a proposta de transferência, abrange um número muito significativo de competências da administração central para a administração local em cerca de dezenas de áreas distintas e de natureza também muito diversa, e que o conjunto de competências que se propõe transferir para as autarquias locais tem impactos ao nível de meios humanos, técnicos, financeiros e organizacionais.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO. “



Ponto Seis da Agenda de Trabalhos

Documento: Ofício de 2017/05/30, da Brigada de Reação Rápida / Gabinete do Comandante

ASSUNTO: Agradecimento

Síntese:

Por ofício de 2017/05/30, veio o Comandante da Brigada de Reação Rápida, Sr. Major-General Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo, apresentar os seus cumprimentos de despedida, agradecendo todas as provas de consideração, estima e amizade, bem como toda a colaboração prestada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, durante o período em que o mesmo esteve em exercício de funções.

Aproveitou ainda, para manifestar a sua total disponibilidade durante o exercício das suas futuras funções, como Comandante do Comando Operacional e da Zona Militar da Madeira.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO.”

Ponto Sete da Agenda de Trabalhos

Documento: Informação de 2017/06/05, da Equipa de Contratação Pública

ASSUNTO: Listagem de Contratos de Aquisição de Serviços celebrados ou renovados entre 1 e 31 de maio de 2017 / Lei do Orçamento de Estado para 2017

Síntese:



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

Em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 49º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, foi remetido pela equipa de contratação pública ao Digníssimo Órgão Executivo Municipal, listagem da qual constam os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados no período de 1 a 31 de maio de 2017.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO”.

Ponto Oito da Agenda de Trabalhos

Documento: Email de 2017/06/07, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ASSUNTO: Aprovação de nova minuta de Protocolo a celebrar entre a CIMT e os seus Municípios e minuta de Protocolo a celebrar entre os Municípios do Médio Tejo e a MOBLE, S.A. - Promoção da Mobilidade Elétrica na Região do Médio Tejo

Síntese:

Na sequência da operacionalização da candidatura aprovada pelo PO Regional Centro 2020, Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade, que se consubstanciaram na aquisição de 13 viaturas elétricas e no aluguer de baterias elétricas, veio a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, remeter ao Município para aprovação, a minuta do Protocolo a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, uma vez que o mesmo foi sujeito a algumas alterações.

Face a essas alterações, a CIMT irá assumir os encargos pelo aluguer das 13 baterias elétricas, sendo posteriormente ressarcida desses montantes financeiros, pela ARSLVT, IP, nos termos do referido Protocolo.



Nestes termos, foi ainda remetida para aprovação pelo Órgão Executivo, a nova minuta de Protocolo a celebrar entre a CIMT e os seus municípios, com a respetiva alteração das obrigações entre as partes.

As minutas dos referidos protocolos, em forma de fotocópia, fazem parte integrante da pasta de documentos referente a esta reunião (Doc.1).

DELIBERAÇÃO Nº 76/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CIMT (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO) E O MUNICÍPIO, BEM COMO A MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CIMT (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO) E A ARSLVT (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO).”

“MAIS FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, MANDATAR O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ASSINATURA DOS REFERIDOS PROTOCOLOS.”

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3. DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Nove da Agenda de Trabalhos

Documento: Informação nº 1053 de 2017/04/28 da Divisão Municipal de Desenvolvimento Social



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

ASSUNTO: Procedimento Pré-contratual de Concurso Público para Aquisição de Um Veículo Pesado de Passageiros novo (mini-autocarro), para transporte escolar com lotação para 29+1+1 lugares - Adjudicação / ratificação

Síntese:

Foi presente ao Órgão Executivo para ratificação, o Despacho de adjudicação de 2017/04/28, proferido pelo Exmo. Senhor Presidente, aposto na informação nº 1053 de 2017/04/28, da Divisão Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao procedimento pré-contratual de Concurso público para aquisição de um veículo pesado de passageiros novo (mini-autocarro), para transporte escolar com a lotação para 29+1+1 lugares.

DELIBERAÇÃO Nº 77/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DE 2017/04/28, PELO QUAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS NOVO (MINI-AUTOCARRO), PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM A LOTAÇÃO PARA 29+1+1 LUGARES, FOI ADJUDICADA À EMPRESA CAETANOBUS, S.A., PELO VALOR DE 98.000,00€ (NOVENTA E OITO MIL EUROS).

Ponto Dez da Agenda de Trabalhos

Documento: Informação nº 02 de 201/06/09, da Secção de Finanças e Contabilidade

ASSUNTO: Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016

Síntese:



Nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 33º, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente ao Órgão Executivo para apreciação e aprovação, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas, referentes ao ano de 2016.

DELIBERAÇÃO Nº 78/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS, REFERENTES AO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO”.

“MAIS FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE, REMETER A APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DA ALÍNEA L), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Onze da Agenda de Trabalhos

Documento: Proposta de Deliberação n.º 1, de 12 de junho de 2017, do Sr. Vereador Rui Constantino Martins

ASSUNTO: 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2017

A proposta de deliberação sustenta:



“O Mapa de Pessoal do ano de 2017 foi aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão de 16 de dezembro de 2016, sob proposta do Órgão Executivo Municipal conforme deliberação de 31 de Outubro de 2016.

1 - De acordo com o estabelecido na Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Mapa de Pessoal consiste num instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos das entidades públicas. A elaboração do Mapa de Pessoal do Município decorre da aplicação dos art.º 28º e 29º da supracitada Lei, em matéria de planeamento e gestão de recursos humanos, o qual deve prever as atividades de natureza permanente ou temporária, em face da missão, das atribuições, dos objetivos fixados, das competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis.

2 - Em conformidade, traduz a previsão dos recursos humanos que se estimam necessários, anualmente, para a prossecução das atribuições e atividades do Município. Tratando-se de um documento previsional, o Mapa de Pessoal implica uma avaliação das reais possibilidades de recrutamento, programando-se a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas operacionais mais deficitárias e em setores onde as dificuldades se fazem sentir com maior intensidade e premência.

3 - As Autarquias Locais, têm vindo, ao longo dos últimos anos, a ver o seu âmbito de atribuições alargado a várias áreas de intervenção, do que é exemplo a área da educação, da saúde, apoio social e particularmente no que diz respeito ao ambiente.

A preocupação ambiental surgiu nas últimas décadas do século XX e surge como uma crise de civilização, tendo sido chamados todos os intervenientes com responsabilidades sociais, no combate à poluição e defesa do meio ambiente e gestão dos recursos existentes.

Acresce ainda que, o Município levou a cabo, nos últimos anos, um grande esforço na construção de equipamentos que se traduzem na criação de espaços de utilização pública, que garantem uma melhor qualidade de vida aos Munícipes, bem como o aumento significativo de visitantes, sendo que, sob pena de ser posta em causa a boa utilização pública dos referidos espaços, e em consequência, os motivos que levaram à sua construção e criação, não é possível prescindir da afetação de recursos humanos em número adequado à sua manutenção em



condições de excelência e com o respeito intrínseco que na sua fruição se preserve em particular o meio ambiente.

4 – Acontece que, desde a data da aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2017 e até esta data, foram vários os pedidos de trabalhadores que com base na apreciação de relatórios médicos produzidos nos Centros de Saúde, bem como pela avaliação no âmbito da Medicina no Trabalho, que solicitaram nos serviços funções melhoradas dada a incapacidade temporária para o desenvolvimento da atividade. A acresce ainda que se verifica, comprovadamente, a existência de situações de doenças crónicas que levam ainda a um aumento de faltas justificadas por doença. Esta situação veio agravar a carência de recursos humanos em várias áreas de atuação, designadamente na área da limpeza e manutenção de equipamentos urbanos e vias públicas.

5 - A Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, tem vindo a assegurar o cumprimento das disposições legais atinentes à gestão de recursos humanos nas Autarquias Locais, previstas nos orçamentos de estados dos anos transatos, pelo que, em consequência, tem vindo a reduzir o número de trabalhadores, bem como a promover a máxima eficiência com os meios humanos disponíveis. Importa dar continuidade às boas práticas administrativas e de gestão de pessoal que contrabalancem com as necessidades sentidas, mas que não coloquem em causa a prestação de serviços essenciais junto das populações, no respeito integral pelas regras orçamentais que se impõem.

6 - Em consequência do que ficou exposto, a alteração ao mapa de pessoal do corrente ano, ora proposta, apresenta-se como imprescindível e demonstra ainda uma clara intenção de reforço dos recursos humanos na carreira de assistente operacional com vista a assegurar o desempenho de funções de natureza manifestamente prática e com repercussão imediata na qualidade de vida dos munícipes e visitantes.

7 – Atentos os fundamentos expostos, e efetuado o diagnóstico profundo e atualizado das necessidades de pessoal existentes, proponho, nos termos do disposto nos artigos 28º e 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que o Órgão Executivo Municipal aprove e proponha, nos termos da alínea ccc), do nº 1, do artigo



33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao Digníssimo Órgão Deliberativo Municipal, a alteração ao mapa de pessoal do corrente ano, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 4, do artigo 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, designadamente:

- a) A criação de 1 Postos de trabalho na Divisão Municipal dos Serviços Técnicos, Carreira de Assistente Operacional, a preencher, e a afetar ao exercício de competências objeto de transferência da administração central para a administração local no domínio da limpeza das vias públicas;

8 - Na presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do corrente ano, atualiza-se o número e afetação dos postos de trabalho atualmente vagos por cessação da relação jurídica de emprego pública de trabalhadores municipais.

Para melhor apreciação, junto se anexa:

- Mapa de Pessoal para o ano de 2017 aprovado em sessão da Assembleia municipal de dia 16 de dezembro de 2017.
- Mapa de Pessoal com alterações propostas e atualizado à data”.

DELIBERAÇÃO Nº 79/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A 1º PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2017, BEM COMO PROPOR AO ÓRGÃO DELIBERATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DA ALÍNEA O), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 4, DO ARTIGO 29º, DO ANEXO À LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO, A SEGUINTE ALTERAÇÃO:

- a) **A CRIAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA DIVISÃO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS TÉCNICOS, NA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, A PREENCHER E A AFETAR AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS OBJETO DE**

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL, NO DOMÍNIO DA LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Doze da Agenda de Trabalhos

Documento: Proposta de Deliberação n.º 21, de 12 de junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório

ASSUNTO: Campeonato Nacional de Aquatlo – Proposta de Corte de Trânsito

Síntese:

No próximo dia 15 de junho, a Câmara Municipal em conjunto com a Federação Portuguesa de Triatlo e o Clube de Natação de Torres Novas vão levar a cabo o “I Aquatlo de Vila Nova da Barquinha”, que vai contar com uma prova do Campeonato Nacional Individual de Aquatlo, uma prova do Campeonato Nacional Jovem de Clubes, Campeonato Nacional de Juvenis e uma prova aberta.

Estima-se que as referidas provas terão a participação de cerca de 500 atletas a nível nacional, sendo de grande importância quer a nível promocional, como a nível turístico para o concelho.

Nestes termos, foi proposto pelo vereador Senhor Ricardo Honório o corte de trânsito na Rua da Barca, entre as 9 horas e as 14 horas do dia 15 junho.

DELIBERAÇÃO Nº 80/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O CORTE DE TRÂNSITO NA RUA DA BARCA – VILA NOVA DA BARQUINHA, ENTRE AS 9



HORAS E AS 14 HORAS DO DIA 15 DE JUNHO DE 2017, NOS TERMOS DA PRESENTE PROPOSTA”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Treze da Agenda de Trabalhos

Documento: Proposta de Deliberação n.º 19, de 12 de junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório

ASSUNTO: Proposta de Celebração de Protocolo de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Atalaiense

Síntese:

As atividades desenvolvidas pela UDA (União Desportiva Atalaiense), são de reconhecido interesse municipal, contado a referida União Desportiva com cerca de 90 atletas, inscritos na Associação de Futebol de Santarém, sendo que continuam a ser as camadas jovens a aposta principal do Clube.

Nestes termos, e uma vez que os recursos são escassos e com vista a apoiar o referido Clube na prática desportiva, o Vereador Senhor Ricardo Honório, propôs, nos termos do nº 1, da alínea u), do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, a celebração de um Protocolo de Desenvolvimento Desportivo.

A minuta do referido Protocolo, em forma de fotocópia, faz parte integrante da pasta de documentos referente a esta reunião (Doc.2).

DELIBERAÇÃO Nº 81/2017



A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, COM A UNIÃO DESPORTIVA ATALAIENSE, NOS TERMOS DA PRESENTE PROPOSTA”.

“MAIS FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO PROTOCOLO, BEM COMO MANDATAR O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ASSINATURA DO MESMO”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 57.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Catorze da Agenda de Trabalhos

Documento: Proposta de Deliberação n.º 20, de 12 de junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório

ASSUNTO: Atribuição de Subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Vila Nova da Barquinha

Síntese:

As Associações de Pais têm participado no Órgãos de Gestão do Agrupamento de Escolas do Concelho, bem como no processo educativo dos seus filhos.

Assim, e tendo em conta a dinâmica que a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Vila Nova da Barquinha tem vindo a demonstrar, como é exemplo a participação nas Marchas de St.º António durante a Feira do Tejo'17, o Vereador Senhor Ricardo Honório propôs a atribuição de um subsídio no valor de 400,00€ (quatrocentos euros), de forma a apoiar a atividade da referida Associação e dar continuidade ao trabalho que esta tem vindo a desenvolver.



DELIBERAÇÃO Nº 82/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO, NO VALOR DE 400,00€ (QUATROCENTOS EUROS), NOS TERMOS DA PRESENTE PROPOSTA”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Quinze da Agenda de Trabalhos

Documento: Informação n.º 1392, de 30 de maio de 2017, do Núcleo Cultura

ASSUNTO: Fixação do valor a atribuir a título de bolsa aos participantes no OTL

Síntese:

Com vista a despertar nos jovens o interesse pelo concelho, bem como promover a sua envolvência junto da comunidade onde estão inseridos, desempenhando diversas atividades de carácter social, educacional, cultural e lúdico, o Município promove todos os anos Programa Ocupacional de Tempos Livres (OTL).

Assim, e à semelhança de anos anteriores, para o desenvolvimento deste programa será disponibilizada uma verba de 10.000,00€ (dez mil euros), devidamente fracionados por 4 períodos / turnos, com a duração de 10 dias cada, iniciando a 3 de julho de 2017 e término a 28 de agosto de 2017.

O referido programa foi dado a conhecer a 17 instituições do concelho, e de acordo com as candidaturas apresentadas, cada jovem realizará um período de ocupação de 4 ou 5 horas diárias, tendo sido proposto a atribuição do valor de 2,00€ (dois euros) / hora.

DELIBERAÇÃO Nº 83/2017



A CÂMARA “DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O VALOR / HORA PARA OS JOVENS INTEGRANTES DO PROGRAMA OCUPACIONAL DE TEMPOS LIVRES/2017.”

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO N° 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Dezasseis da Agenda de Trabalhos

Documento: Documento de Estratégia

ASSUNTO: Aprovação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha

Síntese:

Foi presente ao Órgão Executivo para aprovação, o Documento de Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha.

O referido Documento, em forma de fotocópia, faz parte integrante da pasta de documentos referente a esta reunião (Doc.3).

DELIBERAÇÃO N° 84/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DE VILA NOVA DA BARQUINHA, BEM COMO REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.”



“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3, DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”

Ponto Dezassete da Agenda de Trabalhos

Documento: Email de 9 de junho de 2017, da Assembleia da República

ASSUNTO: Pedido de Contributos para o Grupo de Trabalho sobre o peso das Mochilas Escolares

Síntese:

Por email de 9 de junho de 2017, da Assembleia da República – Secretariado da Comissão de Educação e Ciência, tomou a Autarquia conhecimento que foi distribuída à Comissão de Educação e Ciência, a Petição nº 271/XIII/2ª, onde é solicitada a adoção de medidas políticas legislativas quanto ao peso das mochilas escolares, a qual, depois de admitida, já foi objeto de Relatório Final.

Informou ainda, que no decurso da apreciação da referida petição, deliberou a Comissão a criação de um Grupo de Trabalho sobre o peso das mochilas escolares, com o objetivo de procurar alcançar um consenso sobre as iniciativas legislativas a adotar, para responder de forma eficaz a este problema.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO.”

Ponto Dezoito da Agenda de Trabalhos

Documento: Email de 6 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar do PCP



ASSUNTO: Divulgação da pergunta ao Governo sobre a aplicação da Portaria n.º 19/2017, de 11 de janeiro

Síntese:

Por email de 6 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tomou a Autarquia conhecimento de que o Senhor Deputado Jorge Machado, entregou uma pergunta ao Governo sobre a “Aplicação da Portaria n.º 19/2017, de 11 de janeiro”.

A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO. “

Ponto Dezanove da Agenda de Trabalhos

Documento: Email de 5 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar Os Verdes

ASSUNTO: Pacote de Iniciativas Legislativas em Defesa do Ambiente

Síntese:

Por email de 5 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar Os Verdes, tomou a Autarquia conhecimento que o referido Grupo entregou na Assembleia da República um conjunto de 10 projetos sobre matérias relevantes para a defesa do ambiente e a garantia de maior sustentabilidade.

Informou ainda, que o referido pacote de projetos integra-se em quatro temáticas fundamentais, designadamente:

- Água e Resíduos;
- Preservação da Biodiversidade;
- Gestão e Minimização de Riscos Ambientais, e;
- Educação Ambiental.



A CÂMARA “TOMOU CONHECIMENTO. “

Ponto Vinte da Agenda de Trabalhos

Documento: Informação nº 1536 de 9 de junho de 2017, do Núcleo de Expediente Geral e Arquivo

ASSUNTO: Concurso Público “Aquisição de Um Veículo Pesado de Passageiros Novo (Mini-Autocarro), para transporte escolar com lotação de 29+1+1 lugares” / Aprovação de minuta de contrato

Síntese:

Nos termos do nº 1, do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, foi presente ao Órgão executivo para apreciação e aprovação, a minuta do contrato referente à “Aquisição de Um Veículo Pesado de Passageiros Novo (Mini-Autocarro), para transporte escolar com lotação de 29+1+1 lugares”, adjudicada à Sociedade Anónima – Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A., pelo montante de 98.000,00€ (noventa e oito mil euros).

DELIBERAÇÃO Nº 85/2017

A CÂMARA “DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE “AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS NOVO (MINI-AUTOCARRO), PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM LOTAÇÃO DE 29+1+1 LUGARES”.

“APROVADO EM MINUTA E POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO Nº 3. DO ARTIGO 57º, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.”



Ponto Vinte e Um da Agenda de Trabalhos

ASSUNTO: Atendimento Público

«NÃO FORAM PRESENTES AO EXECUTIVO CAMARÁRIO QUAISQUER EXPOSIÇÕES DOS MUNÍCIPES».

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA



Ata da Reunião Ordinária de 14/06/2017

(1) _____ PAGAMENTOS RATIFICADOS

A Câmara deliberou ratificar as decisões do Ex.^{mo} Sr. Presidente pelas quais autorizou os pagamentos registados no livro respetivo, sob os números _____

cujas importâncias, credores e fornecimento ou causa foram indicados, que totalizam a importância de _____

(1) _____ PAGAMENTOS AUTORIZADOS

A Câmara deliberou, ainda, autorizar a efetivação dos pagamentos das despesas registadas no livro próprio sob os números 1601 a 1792/2017, inclusive. _____

e também relacionados na nota anexa, no total de **206.764,73€** (Duzentos e seis mil, setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e três cêntimos). _____

(1) _____ ENCERRAMENTO (a) _____

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Ex.^{mo} Sr. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram dezasseis horas e dez minutos, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente ata, que vai assinada por aquele Ex.^{mo} Sr. Presidente e Secretário. _____

(1) -Numeração seguida dos títulos.

(a) - Se houver período de intervenção do público referir o facto e fazer a súmula do que se passar na folha complementar sob o título respetivo.



AGENDA PARA A REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DO DIA 2017/06/14
(ANEXO I)

1. Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior.
2. Balancete.
3. Delegação de Competências – Operações Urbanísticas.
4. Relatório Final de 2017/05/25 – Hasta Pública para atribuição da Utilização e Exploração do estabelecimento de Restauração e Bebidas de Vila Nova da Barquinha, sito no cais Dr. Pombeiro em Vila Nova da Barquinha / Adjudicação – Ratificação.
5. Email de 2017/05/29, do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português – Disponibilização dos Estudos no âmbito do processo de descentralização para as Autarquias Locais.
6. Ofício de 2017/05/30, da Brigada de Reação Rápida / Gabinete do Comandante – Agradecimento.
7. Informação de 2017/06/05, da Equipa de Contratação Pública – Listagem de Contratos de Aquisição de Serviços celebrados ou renovados entre 1 e 31 de maio de 2017 / Lei do Orçamento de Estado para 2017.
8. Email de 2017/06/07, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Aprovação de nova minuta de Protocolo a celebrar entre a CIMT e os seus Municípios e minuta de Protocolo a celebrar entre os Municípios do Médio Tejo e a MOBI.E, S.A. – Promoção da Mobilidade Elétrica na Região do Médio Tejo.
9. Informação nº 1053 de 2017/04/28 da Divisão Municipal de Desenvolvimento Social - Procedimento Pré-contratual de Concurso Público para Aquisição de Um Veículo Pesado de Passageiros novo (mini-autocarro), para transporte escolar com lotação para 29+1+1 lugares - Adjudicação / ratificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

Agenda de Trabalhos

10. Informação nº 02 de 201/06/09, da Secção de Finanças e Contabilidade - Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016.
11. Proposta de Deliberação n.º 1, de 12 de junho de 2017, do Sr. Vereador Rui Constantino Martins – 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2017.
12. Proposta de Deliberação n.º 21, de 12 de Junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório – Campeonato Nacional de Aquatlo – Proposta de Corte de Trânsito.
13. Proposta de Deliberação n.º 19, de 12 de Junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório – Proposta de Celebração de Protocolo de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Atalaiense.
14. Proposta de Deliberação n.º 20, de 12 de Junho de 2017, do Sr. Vereador Ricardo Honório – Atribuição de Subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Vila Nova da Barquinha.
15. Informação n.º 1392, de 30 de Maio de 2017, do Núcleo Cultura – Fixação do valor a atribuir a título de bolsa aos participantes no OTL.
16. Documento de Estratégia - Aprovação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha.
17. Email de 9 de junho de 2017, da Assembleia da República – Pedido de Contributos para o Grupo de Trabalho sobre o peso das Mochilas Escolares.
18. Email de 6 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar do PCP – Divulgação da pergunta ao Governo sobre a aplicação da Portaria n.º 19/2017, de 11 de janeiro.
19. Email de 5 de junho de 2017, do Grupo Parlamentar Os Verdes – Pacote de Iniciativas Legislativas em Defesa do Ambiente.
20. Informação nº 1536 de 9 de junho de 2017, do Núcleo de Expediente Geral e Arquivo – Concurso Público “Aquisição de Um Veículo Pesado de Passageiros Novo (Mini-Autocarro), para transporte escolar com lotação de 29+1+1 lugares” / Aprovação de minuta de contrato.
21. Atendimento ao Público.

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

**Pasta de Documentos
Referente à Reunião de
14 de junho de 2017**

Santos Freire

Ponto 8 da R.T. de 2017/06/14

De:

Enviado:

Para:

Para ser presente em reunião
de Câmara

7,6-17 O Presidente

Cc: Aprovações das
minutas de
protocolos, que
se juntam em
anexo

Assunto:

Anexos:

Miguel Pombeiro <miguel.pombeiro@cimt.pt>
quarta-feira, 7 de junho de 2017 17:49

Alcanena Presidencia (presidencia@cm-alcanena.pt); Presidente Alcanena (fernanda.asseiceira@cm-alcanena.pt); Presidente Conselho Intermunicipal CIMT (presidente.cimt@cm-abrantes.pt); Presidente Entroncamento (jorge.faria@cm-entroncamento.pt); Presidente Ferreira do Zêzere (jacinto.lopes@cm-ferreiradozezere.pt); Presidente Mação (presidente@cm-macao.pt); Presidente Pedro Ferreira (pedro.ferreira@cm-torresnovas.pt); Presidente Sardoal (presidente@cm-sardoal.pt); Presidente Tomar (anabelafreitas@cm-tomar.pt); Fernando Santos Freire; presidente@cm-constancia.pt; presidente@mail.cm-ourem.pt

C. M. Alcanena (presidencia@cm-alcanena.pt); C. M. Mação (ana.margarida@cm-macao.pt); Catarina Pinheiro; cimt@cm-entroncamento.pt (cimt@cm-entroncamento.pt); Diogo Baptista; GAP T.Novas; Mafalda Vilarinho; manuela.arsenio@cm-constancia.pt (manuela.arsenio@cm-constancia.pt); Marina Honorio; Patrícia Rei (CM SARDOAL); Paula Grijó; Vice Paulo Neves; Sónia Santos; Rita Trindade

FW: Unidades Móveis de Intervenção Precoce + MOBIE - Envio de minutas de protocolo para aprovação pela Câmara Municipal Protocolo_Viaturas_Final_ARSLVT.docx; ProtocoloViaturas_CIMT_Município.docx; Protocolo MOBIE_CMs_Expensão Rede_2017_05_24.docx

Cara (o) Presidente,

Na sequência da operacionalização da candidatura aprovada pelo PO Regional Centro 2020, **Unidades Móveis de Intervenção Precoce - Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade, que se consubstanciaram na aquisição de 13 viaturas elétricas e no aluguer de baterias elétricas, venho por este meio enviar, em anexo, a minuta de protocolo que será celebrado entre a CIMT e a ARSLVT**, tendo-se procedido a algumas alterações ao protocolo anteriormente celebrado, nomeadamente:

- Face ao procedimento concursal para aluguer das baterias elétricas desenvolvido pela CIMT, incluiu-se na cláusula 5ª do protocolo um ponto a referir que "as despesas decorrentes da utilização das baterias serão apresentadas pela CIM Médio Tejo à ARSLVT, IP".
- Relativamente à cláusula 7ª onde se lia "O presente protocolo vigora pelo período de dois anos, prorrogáveis por iguais períodos, desde a data da sua assinatura e a sua produção de efeitos está sujeito à condição suspensiva de decisão positiva de financiamento da candidatura referida na Cláusula 2.ª", passar-se-á a ler "O presente protocolo vigora desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, sendo prorrogável, a partir dessa data, por períodos de um ano, mediante acordo das partes." e "A produção de efeitos está sujeita à condição suspensiva da decisão positiva de financiamento da candidatura referida na Cláusula 2.ª."

Face a esta alteração, na qual a CIMT assumirá os encargos pelo aluguer das 13 baterias elétricas, sendo, posteriormente ressarcida desses montantes financeiros, pela ARSLVT, IP, nos termos celebrados no Protocolo de colaboração entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a ARSLVT, IP, **junto se envia, a nova minuta de Protocolo a celebrar entre a CIMT e os seus municípios, com a alteração das obrigações entre as partes, para que a mesma seja aprovada em reunião de Câmara, agradecendo o envio da mesma, com a devida deliberação de aprovação em anexo e devidamente assinada.**

Junto se envia, igualmente, para validação, a minuta de protocolo a celebrar entre os municípios do Médio Tejo com a entidade MOBI.E, S.A., entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, para instalar treze postos de carregamento semirrápido, um em cada Município da região do Médio Tejo, em localizações a definir por acordo entre os municípios e a MOBI.E, até ao final do ano de 2017.

Agradêce-se que a validação e aprovação de minutas de protocolo sejam efetuadas o mais célere possível, dado que os protocolos de colaboração em causa serão previsivelmente celebrados no próximo dia 27 de junho na cerimónia de entrega das 13 viaturas elétricas (ainda aguardamos confirmação da data em função dos convites dirigidos).

Com os melhores cumprimentos,

Miguel Pombeiro

Secretário Executivo



Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Convento S. Francisco
Apartado 4 - 2304-909 Tomar
URL: <http://www.mediotejo.pt>
Tel. (+351) 249 730 060 / 061
Fax. (+351) 249 730 069
Lat: 39°35'59.20"N Long: 8°24'50.50"W

Este e-mail e quaisquer anexos com ele transmitidos são destinados exclusivamente às pessoas nele endereçadas, os quais poderão conter informação legalmente protegida, confidencial ou sigilosa. Não deverá fazer qualquer cópia desta mensagem, utilizá-la para qualquer fim ou transmitir o seu conteúdo a terceiros. Caso tenha recebido este e-mail indevidamente, por favor apague-o definitivamente do seu sistema sem o copiar e informe o respectivo remetente. Obrigado.

**CÂMARA MUNICIPAL
VILA NOVA BARQUINHA**

PRESENTE EM REUNIÃO

14/06/2017

Deliberado por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre a CINT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), e o Município, bem como a minuta de protocolo a celebrar entre a CINT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) e a ARSLVT (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo).

Isto foi deliberado, por unanimidade, mandando o Sr. Presidente da Câmara para assinatura dos referidos protocolos.
Aprovado em minuta.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

E

OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MÉDIO TEJO

Considerando que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Administrações Regionais de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, I.P. promoveram uma parceria que tem por objeto a utilização de viaturas para apoio às Unidades de Cuidados na Comunidade, tendo celebrado, para o efeito Protocolos de Colaboração, o qual tem por objeto a forma de cooperação entre a ARSLVT e a ARSCentro (representada pela Unidade de Saúde de Castelo Branco, EPE) e a CIM Médio Tejo para a utilização de treze viaturas elétricas adaptadas para as unidades móveis de intervenção precoce/ unidades de cuidados na comunidade nos municípios integrantes desta última, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de Saúde às respetivas populações;

Considerando que, no âmbito da vigência do Acordo de Parceria Portugal 2020, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo submeteu a candidatura “Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade” ao Aviso de Concurso N.º CENTRO-42-2016-01 do Programa Operacional Regional Centro 2020”, com uma taxa de cofinanciamento de até 85% do total do investimento elegível, para aquisição de 13 viaturas elétricas adaptadas para as unidades de cuidados na comunidade nos municípios integrantes da CIM Médio Tejo, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de saúde às respetivas populações;

Considerando que as obrigações da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e da ARSLVT e da ULSCB, EPE encontram-se explanadas na cláusula 5ª dos referidos Protocolo e dado que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo desenvolverá os procedimentos de contratação pública para aquisição das treze viaturas elétricas e aluguer das baterias elétricas, bem como e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e a Unidade de Saúde de Castelo Branco, EPE comprometem-se com o pagamento das despesas decorrentes da utilização das baterias à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;

Considerando que de, acordo, com o procedimento de contratação pública para o aluguer de baterias para as viaturas elétricas desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, foi adjudicado um valor global de 80.184,00€, acrescido

de IVA à taxa legal em vigor, para um período de 60 meses, o que corresponde a um custo mensal 1.336,40€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Considerando que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ficará responsável pelo pagamento do aluguer das baterias, sendo, posteriormente ressarcido desses montantes financeiros, pela ARSLVT ou pela ULSCB, EPE, nos termos celebrados nos Protocolos de colaboração entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a ARSLVT e a ULSCB, EPE;

Assim:

Entre

A **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**, contribuinte n.º 502.106.506, aqui representada pela sua presidente do Conselho Intermunicipal, Exma. Senhora Maria do Céu de O. Antunes Albuquerque;

E os municípios de:

Abrantes, contribuinte n.º 502.661.038, aqui representada pela presidente de Câmara, Exma. Senhora Maria do Céu de O. Antunes Albuquerque;

Alcanena, contribuinte n.º 500.745.773, aqui representado pela presidente de Câmara, Exma. Senhora Fernanda Maria Pereira Asseiceira;

Constância, contribuinte n.º 506.826.546, aqui representado pela presidente de Câmara, Exma. Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim;

Entroncamento, contribuinte n.º 501.120.149, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Jorge Manuel Alves de Faria;

Ferreira do Zêzere, contribuinte n.º 501.216.839, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores;

Mação, contribuinte n.º 506.814.343, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Vasco António Mendonça Sequeira Estrela;

Ourém, contribuinte n.º 501.280.740, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Paulo Alexandre H. de Oliveira Fonseca;

Sardoal, contribuinte n.º 501.181.857, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor António Miguel Cabedal Borges;

Sertã, contribuinte n.º 506.963.837, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor José Farinha Nunes;

Tomar, contribuinte n.º 506.738.914, aqui representada pelo presidente de Câmara, Exma. Senhora Anabela Gaspar de Freitas;

Torres Novas, contribuinte n.º 506.608.972, aqui representada pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Pedro Paulo Ramos Ferreira;

Vila de Rei, contribuinte n.º 506.932.273, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Ricardo Jorge Martins Aires;

Vila Nova da Barquinha, contribuinte n.º 506.899.250, aqui representado pelo presidente de Câmara, Exmo. Senhor Fernando Manuel dos Santos Freire;

Em conjunto designadas como **Partes**,

É celebrado o presente Protocolo, o qual se rege nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a forma de cooperação entre as partes no que concerne ao desenvolvimento dos procedimentos de aquisição das 13 viaturas elétricas adaptadas para unidades móveis de intervenção precoce/ unidades de cuidados na comunidade e do aluguer das baterias para a devida utilização das viaturas adaptadas.

Cláusula 2ª

Propriedade

1. A CIM Médio Tejo promoverá o procedimento pré-contratual adequado para aquisição das viaturas, no sentido de garantir as devidas economias de escala, assumindo os municípios da Região do Médio Tejo a qualidade de proprietário de uma

viatura e titular do respetivo seguro.

2. Cada município assegurará a contratação e o pagamento dos encargos com os seguros de responsabilidade civil automóvel e seguro de ocupantes, obrigando-se a praticar todos os atos necessários à validade desses seguros e a entregar à ARSLVT e à ULSCB, EPE todos os documentos que devam acompanhar os veículos em circulação.

3. Cada município procederá para a CIMT a devida transferência no que respeita à contrapartida nacional da candidatura submetida e aprovada no âmbito do Aviso de Concurso N.º CENTRO-42-2016-01 do Programa Operacional Regional Centro 2020.

Cláusula 3ª

Aluguer de viaturas

1. A CIM Médio Tejo promoverá o procedimento pré-contratual para o aluguer de baterias adequadas para a utilização das viaturas, procedendo ao pagamento mensal do aluguer das treze baterias elétricas, notificando posteriormente, a ARSLVT ou a ULSCB, EPE dos custos incorridos, para ser ressarcida dos montantes financeiros pagos, conforme os termos dos Protocolos celebrados entre os municípios e a ARSLVT e ULSCB, EPE.

Cláusula 4ª

Modificação e rescisão

1. As Partes acordam em que, qualquer alteração ao presente protocolo, depende de a mesma constar de documento escrito, outorgado por acordo e como aditamento ao presente protocolo.

2. Qualquer das Partes pode rescindir o presente Protocolo, manifestando por escrito à outra Parte, de forma expressa e inequívoca, a sua vontade, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

Cláusula 5ª

Vigência e condição suspensiva

1. O presente protocolo vigora pelo período de 60 meses/ 120.000 Km, período previsto para a contratação do aluguer de baterias, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. A produção de efeitos do presente protocolo, está sujeita à condição suspensiva da decisão positiva de financiamento da candidatura submetida e aprovada ao Aviso de Concurso N.º CENTRO-42-2016-01 do Programa Operacional Regional Centro 2020, a qual deve ser, de imediato, notificada pela CIMT aos municípios, para efeito do cumprimento das normas relativas à assunção de encargos.

A minuta do presente Protocolo foi aprovada por deliberação em reunião do Conselho Intermunicipal do Médio Tejo, de ___ de _____ de 2017, e por deliberação das reuniões de Câmara de cada um dos municípios, as quais são anexadas ao presente protocolo.

O presente protocolo é constituído por 7 (sete) páginas e foi feito em catorze exemplares originais, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

XXXX, ____ de _____ de 2017

A Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

(Maria do Céu de O. Antunes Albuquerque)

A Presidente do Município de Abrantes

(Maria do Céu de O. Antunes Albuquerque)

A Presidente do Município de Alcanena

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

A Presidente do Município de Constância

(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)

O Presidente do Município de Entroncamento

(Jorge Manuel Alves de Faria)

O Presidente do Município de Ferreira do Zêzere

(Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores)

O Presidente do Município de Mação

(Vasco António Mendonça Sequeira Estrela)

O Presidente do Município de Ourém

(Paulo Alexandre H. de Oliveira Fonseca)

O Presidente do Município de Sardoal

(António Miguel Cabedal Borges)

O Presidente do Município da Sertã

(José Farinha Nunes)

A Presidente do Município de Tomar

(Anabela Gaspar de Freitas)

O Presidente do Município de Torres Novas

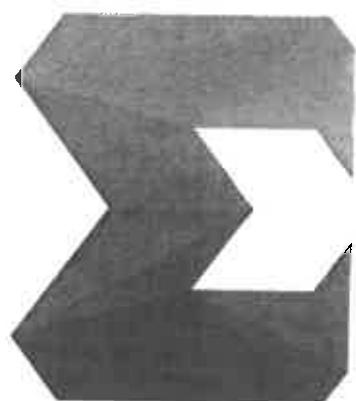
(Pedro Paulo Ramos Ferreira)

O Presidente do Município de Vila de Rei

(Ricardo Jorge Martins Aires)

O Presidente do Município de Vila Nova da Barquinha

(Fernando Manuel dos Santos Freire)



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

Protocolo de Colaboração Institucional

Promoção da Mobilidade Elétrica na Região do Médio Tejo

Entre:

A MOBI.E, S.A., entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, com o NIPC n.º 509 767 605, com sede na Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650, 4470-605 Moreira da Maia, aqui representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira, com poderes para outorgar o presente protocolo, doravante designada MOBI.E;

A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, com o NIPC n.º 502106506, com sede no Convento de S. Francisco, Avenida General Bernardo Faria, 2300-535 Tomar, aqui representada pela Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Maria do Céu Albuquerque, com poderes para outorgar o presente protocolo, doravante designada CIMT;

O MUNICÍPIO DE ABRANTES, com o NIPC n.º 502661038, com sede na Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes, aqui representado pela Presidente da Câmara Municipal, Maria do Céu Albuquerque, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE ALCANENA, com o NIPC n.º 500745773, com sede na Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, aqui representado pela Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Maria Pereira Asseiceira, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, com o NIPC n.º 506826546, com sede na Estrada Nacional 3, 2250-028 Constância, aqui representado pela Presidente da Câmara

Municipal, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, com o NIPC n.º 501120149, com sede no Largo José Duarte Coelho, 2330-078 Entroncamento, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Alves de Faria, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE, com o NIPC n.º 501216839, com sede no Praça Dias Ferreira, 2240-342 Ferreira do Zêzere, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE MAÇÃO, com o NIPC n.º 506814343, com sede na Rua P. António Pereira de Figueiredo, 6120-750 Mação, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Vasco António Mendonça Sequeira Estrela, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE OURÉM, com o NIPC n.º 501280740, com sede na Praça do Município, 11, 2490-499 Ourém, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre H. de Oliveira Fonseca, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE SARDOAL, com o NIPC n.º 501181857, com sede na Praça da República, 2230-142 Sardoal, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Cabedal Borges, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DA SERTÃ, com o NIPC n.º 506963837, com sede no Largo Município, 6100-738 Sertã, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Farinha Nunes, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE TOMAR, com o NIPC n.º 506738914, com sede na Praça da República, 2300-550 Tomar, aqui representado pela Presidente da Câmara Municipal, Anabela Gaspar de Freitas, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS, com o NIPC n.º 506608972, com sede na Rua General António César de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Pedro Paulo Ramos Ferreira, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE VILA DE REI, com o NIPC n.º 506932273, com sede na Rua Capitão-Mór, 6110-206 Vila de Rei, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Martins Aires, com poderes para outorgar o presente protocolo;

O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA, com o NIPC n.º 506899250, com sede na Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Fernando Manuel dos Santos Freire, com poderes para outorgar o presente protocolo;

Considerando que:

- a. O Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, que procedeu à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, definiu uma evolução na estratégia da mobilidade elétrica, mantendo o seu modelo, mas

potenciando a procura e a utilização por parte dos cidadãos, das empresas e da Administração Pública;

- b. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2016, de 8 de junho de 2016, publicada no Diário da República n.º 168, de 1 de setembro (“RCM n.º 49/2016”), prevê, no seu n.º 5, o lançamento da 2.ª fase da Rede Piloto de carregamento de veículos elétricos, para os Municípios ainda não servidos na 1.ª fase da Rede Piloto MOBI.E;
- c. É intenção do Governo promover as condições infraestruturais adequadas para que seja viável a utilização de veículos elétricos no território português, de modo a efetivar a disseminação de uma tecnologia de transporte ambientalmente mais sustentável;
- d. É objetivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo a promoção de uma mobilidade sustentável, baseada em modos de transporte com baixos impactes ambientais;

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração Institucional, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente protocolo visa estabelecer uma cooperação institucional entre as partes signatárias, no âmbito da promoção da mobilidade elétrica na região do Médio Tejo, bem como definir os termos dessa cooperação.

Cláusula Segunda

(Iniciativas)

Através do presente protocolo pretende-se promover o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- a. Implementar uma rede de carregamento de veículos elétricos robusta e eficiente, extensível a todos os municípios da região do Médio Tejo;
- b. Criar mecanismos de diferenciação positiva para os cidadãos e visitantes que circulam na região do Médio Tejo em veículos elétricos, nomeadamente através de apoios e isenções temporárias de pagamento no carregamento e no estacionamento.
- c. Desenvolver uma campanha de promoção e sensibilização de uma mobilidade sustentável na região do Médio Tejo.

Cláusula Terceira
(Obrigações das Partes)

1. A MOBI.E, no âmbito da conclusão da Rede Piloto para a Mobilidade Elétrica, com o apoio do PO SEUR, compromete-se a:
 - a. Instalar treze postos de carregamento semirrápido, um em cada Município da região do Médio Tejo, em localizações a definir por acordo entre os municípios e a MOBI.E, até ao final do ano de 2017;
 - b. Concessionar a exploração do posto de carregamento a um operador devidamente licenciado, no final da Fase Piloto.

2. Os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no âmbito dos postos de carregamento instalados no seu território e até ao termo do seu estatuto da rede piloto da Mobilidade Elétrica (n.º 3 da RCM n.º 49/2016), comprometem-se a:
 - a. Identificar um local para a instalação do posto de carregamento atribuído e emitir, para esse local, uma licença de utilização do domínio público, a título gratuito, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, que abranja os equipamentos assim como dois lugares de estacionamento destinados, em exclusivo, a veículos elétricos em carga;
 - b. Emitir as licenças necessárias à realização das obras, na via pública, de criação dos ramais subterrâneos para o fornecimento de energia elétrica aos postos de carregamento e autorizar a eventual instalação, na via pública, de equipamentos complementares (armários), associados à rede

de distribuição de energia, indispensáveis face à potência dos carregadores a instalar;

- c. Garantir a requisição da ligação de cada posto de carregamento à rede de distribuição de eletricidade, sendo os encargos com a instalação suportados pela MOBI.E;
 - d. Suportar, até à entrada na fase de mercado, todos os encargos associados à disponibilização de eletricidade nos postos de carregamento e colaborar com a MOBI.E na manutenção e conservação dos mesmos;
 - e. Garantir, até à entrada na fase de mercado, a cobertura do risco de responsabilidade civil através de um seguro adequado.
3. Os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo comprometem-se a implementar iniciativas de discriminação positiva da mobilidade elétrica, nomeadamente, e quando possível, a isenção nas tarifas de estacionamento em áreas de acesso público.
4. Na sequência da aquisição de 13 viaturas elétricas para serem utilizadas como unidades móveis de cuidados de saúde na comunidade do Médio Tejo, os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo comprometem-se, sempre que possível, a dar continuidade ao desenvolvimento de procedimentos de contratação pública que tenham como objetivo a aquisição de veículos elétricos.
5. As partes comprometem-se, ainda, a proceder à divulgação deste projeto nos seus portais e demais suportes informativos de que disponham.

6. As partes nomearão um Ponto Focal para representar a respectiva organização nas reuniões e apoiar a iniciativa e a execução do presente protocolo no que se afigurar necessário.

Cláusula Quarta (Vigência e Revisão)

1. O período de vigência deste protocolo é de três anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado mediante acordo prévio das partes signatárias.
2. Durante o período de vigência, poderão ser introduzidas alterações ao protocolo, por acordo entre as partes, as quais serão formalizadas por aditamento escrito.

Cláusula Quinta (Interpretação)

As partes comprometem-se a resolver entre si, de forma consensual, qualquer dúvida ou lacuna, segundo o princípio geral mais favorável à prossecução da finalidade e dos objetivos expressos na cláusula primeira.

Por estarem de acordo com o teor do presente Protocolo, constante de doze (12) páginas, o mesmo é assinado em quinze exemplares, um para cada uma das partes.

XXXXX, XXXXX de XXXXX de 2017

Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIMT

(Maria do Céu Albuquerque)

Presidente da MOBI.E

(Alexandre Videira)

Presidente da Câmara Municipal de
Abrantes

(Maria do Céu Albuquerque)

Presidente da Câmara Municipal de
Alcanena

(Fernanda Asseiceira)

Presidente da Câmara Municipal de
Constância

(Júlia Amorim)

Presidente da Câmara Municipal do
Entroncamento

(Jorge Faria)

Presidente da Câmara Municipal de
Ferreira do Zêzere

(Jacinto Lopes Flores)

Presidente da Câmara Municipal de
Mação

(Vasco Estrela)

Presidente da Câmara Municipal de
Ourém

(Paulo Fonseca)

Presidente da Câmara Municipal do
Sardoal

(Miguel Borges)

Presidente da Câmara Municipal da
Sertã

(José Farinha)

Presidente da Câmara Municipal de
Tomar

(Anabela Freitas)

Presidente da Câmara Municipal de
Torres Novas

(Pedro Ferreira)

Presidente da Câmara Municipal de Vila
de Rei

(Ricardo Aires)

Presidente da Câmara Municipal de Vila
Nova da Barquinha

(Fernando Freire)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO,
I.P
E

A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Considerando que a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades e cumprir e fazer cumprir políticas e programas de saúde na sua área de intervenção;

Considerando que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. pretendem promover uma parceria que tem por objeto a utilização de viaturas para apoio às Unidades de Cuidados na Comunidade;

Considerando que, no âmbito da vigência do Acordo de Parceria Portugal 2020, o Programa Operacional Regional Centro 2020- PO CENTRO 2020- prevê a apresentação de candidaturas, designadamente pelas Comunidades Intermunicipais ou Municípios, para apoio a “Investimentos em Infraestruturas de Saúde”, com uma taxa de co-financiamento de até 85% do total do investimento elegível;

Considerando que a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. identificou, no âmbito da proposta de mapeamento apresentada junto da Autoridade de Gestão do PO CENTRO 2020, a necessidade de disponibilizar serviços junto das populações através de unidades de apoio à prestação de cuidados na comunidade;

Considerando que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo prevê a apresentação de candidatura para financiamento pelo Programa Operacional Regional Centro 2020, no âmbito de “ Investimentos em Infraestruturas de Saúde”;

Assim:

Entre

A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P., pessoa coletiva de direito público n.º 503 148 776, com sede na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 77,1749-096, Lisboa, representada pela Presidente do Conselho Diretivo, Dr.ª Rosa Augusta Valente de Matos, nos termos do artigo 21º, n.º 3 da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, com a redação em vigor na presente data, adiante abreviadamente designada **ARSLVT, I.P.**

E

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, pessoa coletiva de direito público n.º 502 106 506, com sede na Avenida General Bernardo Faria, Convento de São Francisco, 2300-535 Tomar, representada pela Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr.ª Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, adiante abreviadamente designada por **CIM Médio Tejo**,

Em conjunto designadas como **Partes**,

É celebrado o presente Protocolo, o qual se rege nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a forma de cooperação entre a ARSLVT e a CIM Médio Tejo para a utilização de onze viaturas adaptadas para as unidades móveis de intervenção precoce/ unidades de cuidados na comunidade nos municípios integrantes desta última, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de Saúde às respetivas populações.

Cláusula 2ª

Candidatura ao PO CENTRO 2020

1. A CIM Médio Tejo compromete-se a apresentar uma candidatura no âmbito dos “Investimentos em Infraestruturas de Saúde” do Programa Operacional Regional Centro 2020.
2. A contrapartida pública nacional é assegurada integralmente pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Cláusula 3ª

Propriedade

1. A CIM Médio Tejo promoverá o procedimento pré-contratual adequado para aquisição das viaturas, assumindo a qualidade de proprietário das mesmas.
2. As viaturas ligeiras adaptadas para as unidades de cuidados na comunidade, propriedade da CIM Médio Tejo / Municípios do Médio Tejo, são preferencialmente, alocadas a atividades de saúde no território dos concelhos que a integram, sem prejuízo da possibilidade de as partes acordarem na realização de atividades complementares à utilização das viaturas para apoio a serviços sociais e de saúde de proximidade.

Cláusula 4ª

Utilização das Viaturas

1. A CIM Médio Tejo compromete-se a, após a receção das viaturas, proceder à respetiva entrega dentro dos prazos previstos nos termos da programação temporal da candidatura a submeter à aprovação do Centro 2020.
2. Ao abrigo do presente protocolo, a CIM Médio Tejo autorizará a ARSLVT, I.P. através dos seus trabalhadores ou de outro pessoal que esteja afeto ao serviço dos ACES, a conduzir as viaturas.

Cláusula 5ª

Obrigações

1. Constituem obrigações da ARSLVT, I.P.

a) Suportar diretamente os seguintes encargos, quando resultantes da afetação das viaturas à prestação de serviços de saúde nas unidades de cuidados na comunidade:

a. Combustível / baterias, pneus e outras peças cujo desgaste resulte do uso da viatura, incluindo manutenção de mecânica;

b. Limpeza necessária ao adequado uso das viaturas;

b) Disponibilizar os técnicos de saúde bem como o material de consumo clínico e médico necessário para a utilização das viaturas;

c) Zelar pela boa conservação e funcionalidade das viaturas, não fazendo da mesma uso indevido e imprudente;

d) Não utilizar as viaturas para fim diverso do estabelecido no presente protocolo;

e) Restituir os veículos em boas condições, sem prejuízo das alterações decorrentes do uso normal e prudente dos mesmos, aquando da cessação do protocolo.

2. A ARSLVT, I.P. responde, nos termos legais aplicáveis, pelas infrações ou danos causados pelas viaturas objeto do presente protocolo, quando as mesmas sejam utilizadas por pessoas autorizadas para o efeito e ocorram ao serviço da prestação de cuidados de saúde nas unidades de cuidados na comunidade.

3. As despesas decorrentes da utilização das baterias serão apresentadas pela CIM Médio Tejo à ARSLVT, I.P.

4. Constituem obrigações da CIM Médio Tejo:

a) A contratação e o pagamento dos encargos com os seguros de responsabilidade civil automóvel e seguro de ocupantes, obrigando-se a praticar todos os atos necessários à validade desses seguros e a entregar à ARSLVT todos os documentos que devam acompanhar os veículos em circulação

b) O cumprimento das normas legais vigentes e aplicáveis à utilização das

viaturas;

c) Suportar todos os encargos necessários à utilização e funcionamento adequado das viaturas, que não se encontrem expressamente previstos no nº 1.

Cláusula 6ª

Acompanhamento

A articulação entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no que respeita a questões relativas ao funcionamento corrente e utilização das viaturas, é efetuada através da Direção Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Médio Tejo, no que respeite o âmbito das competências a esta legalmente atribuídas ou delegadas.

Cláusula 7ª

Modificação

As Partes acordam em que, qualquer alteração ao presente protocolo, depende de a mesma constar de documento escrito, outorgado por acordo e como aditamento ao presente protocolo.

Cláusula 8ª

Vigência e condição suspensiva

1. O presente protocolo vigora desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, sendo prorrogável, a partir dessa data, por períodos de um ano, mediante acordo das partes.
2. A produção de efeitos está sujeita à condição suspensiva da decisão positiva de financiamento da candidatura referida na Cláusula 2.ª
3. Qualquer das Partes pode rescindir o presente Protocolo, manifestando por escrito à outra Parte, de forma expressa e inequívoca, a sua vontade, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

A minuta do presente Protocolo foi aprovada por deliberação da CIM MT, de, e por deliberação do conselho diretivo da ARSLVT, I.P., de

O presente protocolo é constituído por 6 (seis) páginas e foi feito em dois exemplares originais, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, ____ de _____ de 2017

PełA Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.,

PełA Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

DIVISÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Para ser presente em reunião de Câmara
2262 O Presidente
[Signature]

Ponto 13 da A.T. de 2017/06/14

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

PROPONENTE: Vereador Ricardo Honório N.º 19 12-06-2017

ASSUNTO: União Desportiva Atalaiense – Proposta de celebração de protocolo de desenvolvimento desportivo prática de actividade desportiva

PROPOSTA:

O Município tem um papel importante na promoção do desenvolvimento desportivo do concelho constituindo um dos factores deste desenvolvimento, o apoio aos clubes desportivos e às diferentes associações.

O Município reconhece o interesse municipal as atividades desportivas desenvolvidas pela União Desportiva Atalaiense (UDA).

Todavia, os recursos são escassos, e face à atual conjuntura, devem ser geridos com parcimónia e elevada contenção.

No corrente ano desportivo estão a cargo do Município todas as despesas correntes de água, luz, gás, etc. bem como a conservação e manutenção do Parque Desportivo Municipal que a UDA usa, todos os dias da semana, para treinos e para jogos do campeonato distrital de futebol da Associação de Futebol de Santarém.

Tendo em conta que a União Desportiva Atalaiense conta com cerca de 90 atletas inscritos na Associação de Futebol de Santarém, sendo que as camadas jovens continuam a ser a aposta principal do Clube, e relembrando ainda os resultados da época transata.

Assim, proponho, nos termos do n.º 1, alínea u, do art.º 33.º, da Lei 75/2013, a celebração de um protocolo de desenvolvimento desportivo, que se junta em anexo.

CÂMARA MUNICIPAL
VILA NOVA BARQUINHA

PRESENTE EM REUNIÃO

O Vereador

[Signature]

14/06/2017

(Ricardo Manuel Ramalhete Honório)

DELIBERAÇÃO:

Deliberado por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de desenvolvimento desportivo, com a união desportiva Atalaiense, nos termos da presente proposta. Tal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo, bem como mandar o Sr. Presidente da Câmara para assinatura do mesmo. Aprovado em minuta.

[Signature]



Câmara Municipal de
Vila Nova da Barquinha



União Desportiva Atalaiense

PROTOCOLO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, adiante designada por CMVNB, representada pelo seu Presidente, e a União Desportiva Atalaiense, adiante designada por UDA, sediada na freguesia de Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha, representada pelo Presidente da Direcção, é celebrado o presente protocolo de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJECTO DO PROTOCOLO

O presente protocolo tem por objectivo a colaboração da CMVNB, no âmbito específico do apoio ao associativismo e prática desportiva.

CLÁUSULA SEGUNDA PERÍODO DE VIGÊNCIA

O período de vigência deste protocolo tem início após a aprovação do mesmo e fim em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

É atribuição da CMVNB verificar o exato desenvolvimento do programa de atividades que justificou a celebração do presente protocolo procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, de acordo com o Regulamento para atribuição de subsídios aos Organismos associativos do município de Vila Nova da Barquinha, inserto em Diário da República, 2.ª série — N.º 54 — 17 de Março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA **DISPONIBILIZAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO DO SUBSÍDIO**

O apoio monetário a atribuir será disponibilizado durante o ano de 2017 da seguinte forma:

Ano de 2017

Junho ----- 1100 euros

Julho -----500 euros

Agosto -----500 euros

Setembro -----500 euros

Outubro -----500 euros

Novembro -----500 euros

Dezembro -----500 euros

CLÁUSULA QUINTA **REVISÃO E CESSAÇÃO DO PROTOCOLO**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de mútuo acordo.

CLÁUSULA SEXTA **CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO**

A falta de cumprimento do presente protocolo ou o desvio dos seus objetivos por parte da UDA implicará a sua suspensão das participações financeiras da CMVNB.

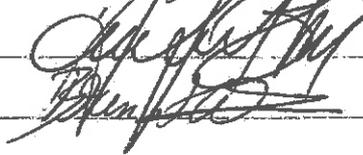
Vila Nova da Barquinha, ___ Outubro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vila
Nova da Barquinha

O Presidente da Direção União Desportiva
Atalaiense

a sede. Indispondo ainda que a S.T.P.A. foi pedida ao clube simplesmente para efeitos de arrumos até existir nova sede.

Não havendo mais a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Geral deu por encerrados os trabalhos, pelo que e para que conste se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Geral e pelo Secretário.



ATA N.º 86

Nos dezasseis dias do mês de Março do ano de dois mil e dezasseis, reuniu em plenário a Assembleia Geral da União Desportiva Atalaiense, nas instalações do Parque Desportivo Municipal de Atalaia, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em segunda convocatória, com a presença de vinte e um associados, sob a presidência de Helder Lopes Brito de Silva, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. - Apresentação do Relatório e Contas do Biménio 2015;
2. - Eleições para os Corpos Gerentes para o Biménio 2016-2017;
3. - Diversos

Aberta a sessão, foi lida a convocatória da Assembleia Geral e posta à discussão. Neste ponto foi apresentada uma proposta de alteração ao primeiro ponto de Ordem de Trabalhos, nomeadamente: "1. - Apresentação do Relatório e Contas do Ano de 2015", a qual foi aceite pela Assembleia Geral. Não existindo mais propostas de alteração à Convocatória, a mesma foi posta à votação com a alteração referida anteriormente e aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à leitura da Ata da sessão anterior, posta à votação e aprovada por unanimidade.

Entrando no primeiro ponto de Ordem de Trabalhos, Apresentação do Relatório e Contas do Ano de 2015, o Sr. Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Tesoureiro, Alexandre Vaqueiro, que procedeu à apresentação das contas do ano de 2015, referindo que o Saldo a um de Janeiro de dois mil e quinze era de setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e três centimos e que o Saldo a trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze era de três mil duzentos e noventa e dois euros e

cinquenta e nove centimos com um total de Despesas em dois mil e quinze no valor de quarenta e sete mil trezentos e noventa e cinco euros e trinta e quatro centimos e de Recitas no valor de quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e três euros e quarenta centimos no mesmo ano.

Em seguida tomou a palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, João Gualter, que procedeu à apresentação do Relatório do Conselho Fiscal referente às contas de ano de 2015, com um parecer positivo e com uma proposta de aprovação das mesmas contas apresentadas. Posta à votação as Contas do Ano de 2015, as mesmas foram aprovadas por maioria com uma abstenção. Colocada à votação o Relatório do Conselho Fiscal, foi aprovado por maioria com um voto contra.

Entrando no segundo ponto do Orden de Trabalhos, Fiquem para os Corpos Gerentes para o Bienio 2016-2017, o Sr. Presidente de Assembleia Geral procedeu à leitura da constituição de lista apresentada à Mesa de Assembleia Geral. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Geral fez um agradecimento em nome pessoal e da Assembleia Geral à direcção do clube ainda em função e a todos os elementos que acompanharam a lista, pelo excelente trabalho realizado durante todo o tempo que estiveram ao serviço do clube.

Posta à votação a lista apresentada para os Corpos Gerentes para o Bienio 2016-2017, a mesma foi aprovada por unanimidade através de escrutínio por voto secreto, com vinte e nove votos favoráveis. Em resultado desta votação, os corpos gerentes para o Bienio 2016-2017 da União Desportiva Atalaiense, ficam assim ordenados:

Assembleia Geral

Presidente : Helder Jesus Brito de Silva

1.º Secretário : Nuno Alexandre dos Santos Lopes

2.º Secretário : Bruno Miguel Martins Mendes

Conselho Fiscal

Presidente : João Alves Gualter

Secretário : André Gonçalo de Jesus Cascaqueira

Relator : João Paulo Pinto Dias

Direcção

Presidente : Nuno Manuel Dias Batista

Vice - Presidente: Manuel Jorge Mendes Fonseca

Tesoureiro : Carlos José Martins dos Santos

Secretário - Geral: Luis Filipe Pombal Condego

Secretário : Rui Miguel Neto, Godinho Ferreira Maria

Vogais : Alexandre Manuel Presunido Vaqueiro

Rui Manuel Nunes Brites

Murtago Bassino Somy

Vitor Francisco Pires Valente

Filipe Antonio Pires Correia

João Antonio Ferreira Lopes dos Santos

Marco Paulo Batista Grilo

Antonio José de Sousa Garcia

Filipe Diniz Montez Ricardo

Fabio Miguel Neto Dufrene

Luis Filipe No'Grega Ferreira Martins

Fernando Manuel Gaspar Perdigão

Maria Eduarda Louro Gil de Oliveira

Duvid Antonio Conduto Silva Freguesino

Armando Conceição Domingos

No terceiro e ultimo ponto de Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente de União Desportiva Atalaiense, Nuno Lopes, que referiu a sua tristeza em deixar a Presidência do clube por motivos pessoais e profissionais, mas tambem mostrou a sua alegria por saber que pode sair deste função com a certeza que existem pessoas que irão dar continuidade ao trabalho efetuado e ao crescimento do clube que se verificou nos ultimos anos.

Agrudaram tambem a Todos os que contribuíram para o desenvolvimento do clube, porque sem eles, a União Desportiva Atalaiense não tinha atingido os patamares de excelência que agora apresenta.

Referiu ainda que a falta de respeito para com a União Desportiva Atalaiense nos ultimos anos, pelos órgãos autárquicos do Conselho de Vale Novo de Berga, principalmente pelo atual Presidente do Comare Municipal, teve um peso muito importante na decisão de sua não continuidade na Direção de União Desportiva Atalaiense.

Foi dada a palavra ao Sócio Luis Saraiva, que congratula a nova Direção da União Desportiva Atalaense, e que está disponível para ajudar no que for necessário. Não deixou ainda de referir que espera que a nova Direção possa retificar, o que de menos bom foi realizado pela Direção anterior.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Geral indicando que a nova direção deve de ter também como objetivos para o próximo Bienio, a revisão dos Regulamentos da União Desportiva Atalaense e a melhoria do relacionamento entre os sócios e o clube. Por fim, solicitou a Todos os Sócios presentes a colaboração e apoio à nova Direção indicando também que a Tomada de posse dos novos Carpos Gerentes ficou agendada para o dia trinta de Março de dois mil e dezassis, nas instalações do Parque desportivo Municipal de Atalaia pelas 17h e uma hora.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos, pelo que e para que conste, se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, Veri ser assinada pelo Presidente e Secretário de Assembleia Geral.



UNIÃO DESPORTIVA ATALAIENSE





O Plano de Actividades para o ano 2016/17 apresenta um conjunto de acções e realizações planeadas para o desenvolvimento da União Desportiva Atalaiense, indo ao encontro dos seus pressupostos, presentes nos Estatutos do clube.

À direcção incumbe a responsabilidade de gerir os interesses dos sócios da UDA, seus atletas, simpatizantes e amigos, seguindo sempre uma política de rigor, verdade e transparência. É com bastante esforço financeiro que a UDA leva a cabo todas as actividades a que se propõe, valendo-lhe o apoio e contributo dos sócios, simpatizantes e familiares dos atletas.

Prestes a celebrar 52 anos de existência um dos objetivos primordiais desta direcção é a inauguração da sede, pois só assim conseguimos chegar mais próximo à base da UDA: sócios, amigos, simpatizantes,... Para além disso, só através de uma sede, com a possibilidade de ter presente toda a historia passada nos vai ser permitido continuar a construir um futuro brilhante.

Este ano vamos continuar com 8 equipas a competir (desde Sub11 a veteranos, envolvendo cerca de 200 atletas...), celebrar o 52º aniversário do clube, participar nas Festas do Concelho, implementar a Semana Solidária, inaugurar a Sede,...

Todas estas actividades representam um grande esforço da parte do clube, mas com a ajuda, dedicação e participação de todos vamos conseguir continuar a levar o nome da UDA e do concelho mais longe.



TIPO	ACTIVIDADE	PERÍODO
Futebol Sénior (1 equipa)	Campeonato da Associação Futebol de Santarém (AFS)	
Futebol Jovem (6 equipas)	Campeonato da Associação Futebol de Santarém (AFS)	
Futebol Veterano (1 equipa)		
Torneios Desportivos		
Aniversário do clube		Julho
Festas do Concelho		Junho
Festa Final de Ano	Convívio atletas/pais/direcção	Maio
Festa Início de Ano		
Festa Natal		Dezembro
Semana Solidária		Páscoa e Natal
Renovação dos Estatutos		
Entrega prémio Mérito Desportivo/Mérito Escolar		
Renovação material desportivo		
Mascote		
Inauguração Sede		
Seminário		
Caminhada		
Angariação Fundos		
Angariação Sócios		

TEMPO DE POSSE

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE MARÇO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ATALAIA, NA PRESENÇA DO Sr. PRESIDENTE DA Mesa DA ASSEMBLEIA GERAL DA União DESPORTIVO ATALAIENSE, COMPARECEM OS SÓCIOS A SEGUIR REFERIDOS, A FIM DE TOMAREM POSSE DOS LUGARES PARA QUE FORAM ELEITOS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, OS QUAIS DECLARAM CUMPRIR E FAZEM CUMPRIR OS ESTATUTOS, PELO QUE SE LHE DEU EFETIVA, A TENCIONADA POSSE, DE QUE SE LAVROU O PRESENTE TERMO QUE SUBSCREVO.

ATALAIA, TRINTA DIAS DO MÊS DE MARÇO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.

Mesa DA ASSEMBLEIA GERAL

- PRESIDENTE - Helozer Jesus Boito da Silva
- 1º SECRETÁRIO - Nuno Alexandre dos Santos Lopes
- 2º SECRETÁRIO - Bruno Miguel Martins Mendes

CONCELHO FISCAL

- PRESIDENTE - João Alves Galinha
- SECRETÁRIO - André Gonçalo de Jesus Casalheira
- RELATOR - João Paulo Pinto Dias

Car. Sec. Int. 2...



RECEITAS 2016

	DONATIVOS	BAR	PATROCÍNIOS	CAMARA E JUNTA	COTAS SÓCIOS	C. G. D.	TOTAL
JANEIRO	250 €	1 554,75 €					1 805 €
FEVEREIRO	1 080 €	1 122,06 €					2 202 €
MARÇO	1 860 €	1 193,86 €	500 €	600 €			4 154 €
ABRIL	966 €	1 509,65 €		200 €			2 676 €
MAIO	1 755 €	1 845,34 €	500 €	400 €			4 500 €
JUNHO	620 €		1 000 €				1 620 €
JULHO	465 €						465 €
AGOSTO							
SETEMBRO	1 059 €	1 439,55 €	1 000 €				3 499 €
OUTUBRO	2 799 €	3 342,03 €	2 585 €	400 €	352 €		9 478 €
NOVEMBRO	2 090 €	1 536,84 €	375 €				4 002 €
DEZEMBRO	875 €	1 391,13 €		275 €		252 €	2 793 €
TOTAL	13 819 €	14 935,21 €	5 960 €	1 875 €	352 €	252 €	37 193 €

Festas do Concelho **13 425 €**

Total de Receitas **50 618,21 €**

O TESOUREIRO
CARLOS SANTOS

O PRESIDENTE
NUNO BATISTA

UNIÃO DESPORTIVA ATALAIENSE

BALANÇO ANO 2016

DESpesas	
POLICIAMENTO	1402.53€
A. F. S.	10779.69€
COMPRAS	13779.00€
CARRINHA	989.38€
BANCO	92.19€
JANTARES	2025.00€
TREINADORES	1400.00€
MÉDICO/FISIOT.	2906.00€
EQUIP. DESPORTIVOS	6959.76€
LAVANDARIA	450.00€
FESTA DO CONCELHO	8042.85€

RECEITAS	
DONATIVOS	13819.00€
BAR	14935.21€
PATROCÍNIOS	5960.00€
CAMARA/JUNTA	1875.00€
COTAS SÓCIO	352.00€
CGD	252.00€
FESTA DO CONCELHO	13425.00€

Data	N. Seq.	Descrição	Class. Económica	Período	Fundo Disponível			Compromissos Anteriores	Reserva Tesouraria	Saldo de Fundo Disp.	Valor de Compromisso	Saldo após Compromisso
					Prestado	Anticipaç.	S.Ger.Ant.					
12-06-2017 09:57:54	12347	DOCINTERNO: 73590/2/2017	020210	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	6.600,38	0,00	1.959.416,39	0,32	1.959.416,07
12-06-2017 12:13:16	11103	REQ.: 143/2017	020117	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	6.600,70	0,00	1.959.416,07	0,01	1.959.416,06
12-06-2017 12:13:29	12202	REQ.: 550/2017	020112	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	6.600,71	0,00	1.959.416,06	6,08	1.959.409,98
12-06-2017 14:30:00	12348	DOCINTERNO: 4/5/SS/17/2017	0103050202	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	6.606,79	0,00	1.959.409,98	2.837,12	1.956.572,86
12-06-2017 14:34:47	12349	DOCINTERNO: 4/03/5/SS/17/2017	0103050202	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	9.443,91	0,00	1.956.572,86	1.154,81	1.955.418,05
12-06-2017 14:39:32	12350	DOCINTERNO: 4/04/5/SS/17/2017	0103050202	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	10.596,72	0,00	1.955.418,05	1.782,95	1.953.635,10
12-06-2017 14:46:02	12351	DOCINTERNO: 05/5/SS/17/2017	0103050202	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	12.381,67	0,00	1.953.635,10	7.341,66	1.946.293,44
12-06-2017 14:55:58	12352	DOCINTERNO: CG/5/020117/2017	0103050201	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	19.723,33	0,00	1.946.293,44	1.074,95	1.945.218,49
12-06-2017 15:05:58	12353	DOCINTERNO: CG/5/03/17/2017	0103050201	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	20.798,28	0,00	1.945.218,49	3.582,02	1.941.636,47
12-06-2017 15:11:22	12354	DOCINTERNO: CG/5/04/17/2017	0103050201	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	24.390,30	0,00	1.941.636,47	7.727,49	1.933.908,98
12-06-2017 15:20:41	12355	DOCINTERNO: CG/5/05/17/2017	0103050201	Junho	1.966.016,77	0,00	0,00	32.107,79	0,00	1.933.908,98	7.742,07	1.926.166,91

Município de Vila Nova da Barquinha
Ficha do Cabimento

DOCINTERNO: 19/2017

Serviço Requiritante: 16 DMDS

Organica: 05 Divisão Municipal de Desenvolvimento Social

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 2 Funções sociais

254 Outras Atividades Desportivas

200719 Associações Desportivas do Concelho

N.Seq.: 12193

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 5.000,00

Cabimentado: 4.100,00

Saldo: 900,00

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
12-06-2017	2373	4.100,00					4.100,00	Despesa respeitante a Subsídio concedido por este Município para fazer face a despesas com atividades desportivas

Ponto 16 da A.T. de 2017/06/14

Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha

CÂMARA MUNICIPAL
VILA NOVA BARQUINHA

PRESENTE EM REUNIÃO

14/06/2017

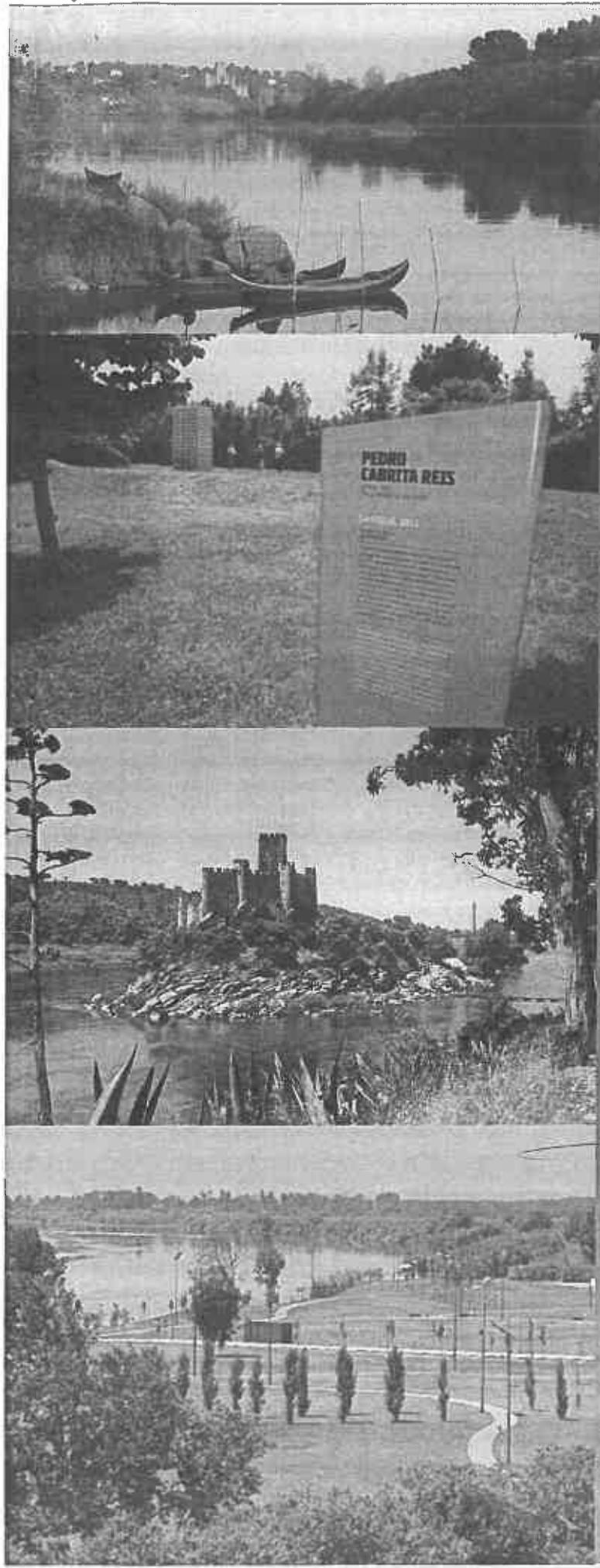
Deliberado por unanimidade, aprovar o documento da estratégia integrada de desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha, sem como remeter à Assembleia Municipal, para cumprimento, aprovado em reunião.

Ullin

Para ser presente em reunião de Câmara
Ricardo Proença
Ullin

Versão Final preliminar

Junho | 2017



Vila Nova da Barquinha: um concelho de artes e cultura, marcado pelo Tejo

Título
Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha
Versão Final Preliminar | Junho 2017

Promotor
Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha



Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica
da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados



Índice

1. Enquadramento histórico e diagnóstico prospetivo do concelho de Vila Nova da Barquinha	7
História do concelho de Vila Nova Barquinha	8
Diagnóstico prospetivo do concelho de V. N. Barquinha	10
2. Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo.....	28
Enquadramento territorial do concelho de Vila Nova da Barquinha.....	29
Elementos distintivos de Vila Nova da Barquinha no Médio Tejo	32
3. Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha	35
Visão e enquadramento estratégico.....	36
Orientações estratégicas do concelho de Vila Nova da Barquinha	39
4. Plano de Ação	48
Operacionalização da Visão e estratégia de Vila Nova da Barquinha.....	49
Projetos estruturantes	51

Índice de figuras

FIGURA 1. POPULAÇÃO EM 2011 E COMPARAÇÃO INTERCENSITÁRIA POR FREGUESIA	14
FIGURA 2: PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS PARA A BARQUINHA	22
FIGURA 3. ELEMENTOS DISTINTIVOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA NO MÉDIO TEJO: O JOGO DE SOMA POSITIVA NA CONJUGAÇÃO ENTRE UMA AFIRMAÇÃO MUNICIPAL E SUPRAMUNICIPAL	34
FIGURA 4. VISÃO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	37

Índice de mapas

MAPA 1. USOS DO SOLO DO CONTEXTO TERRITORIAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA	12
MAPA 2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO DE V. N. BARQUINHA	29
MAPA 3. ARTICULAÇÃO TERRITORIAL DOS ELEMENTOS DISTINTIVOS DE V. N. BARQUINHA	30

Índice de quadros

QUADRO 1: OFERTA DE SERVIÇOS DE APOIO À TERCEIRA IDADE	17
QUADRO 2: OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE	18
QUADRO 3. PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	27
QUADRO 4. QUADRO ESTRATÉGICO PARA CONSOLIDAR A VISÃO DE FUTURO DE V. N. BARQUINHA	38
QUADRO 5. PROJETOS ESTRUTURANTES E ABORDAGENS INTEGRADAS	50

Siglas

AA - Área de Atuação

CIM Médio Tejo – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CM – Câmara Municipal

EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

EIDVNB - Estratégia Integrada de Desenvolvimento de V. N. Barquinha

OE – Orientações Estratégicas

UE – União Europeia

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

Nota introdutória

Partindo das estratégias e da visão definida no Médio Tejo 2020 – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), a definição da forma de orientar as iniciativas a dinamizar que valorizem os fatores identitários do município de Vila Nova da Barquinha, dentro do quadro supramunicipal do Médio Tejo, está vertida na Estratégia Integrada de Desenvolvimento do concelho. No geral, a EIDT tem que objetivo potenciar as valências e as particularidades da região, dando dimensão nos pontos em que se verificam complementaridades regionais que podem ser articuladas, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada território.

Vila Nova da Barquinha, concretamente, pelas características de dimensão do seu território, beneficia desta valorização de trabalho conjunto, que lhe confere capacidade de agir de acordo com o seu projeto de valorização do seu potencial, tendo claro qual o seu papel na região e garantindo que os seus fatores distintivos são potenciados. Assim, dentro do contexto da EIDT da região do Médio Tejo, Vila Nova da Barquinha define autonomamente a sua estratégia municipal, afirmando os elementos diferenciadores que garantem o crescimento do concelho e que, simultaneamente, asseguram a sua pertença à região a partir dos elementos comuns do seu território.

O presente documento materializa este processo de definição estratégica, que conjuga duas abordagens complementares, mas que garantem que os objetivos se cumprem. A primeira assume-se como *top-down* e parte da EIDT do Médio Tejo, validando os objetivos e compromissos de intervenção que foram pensados à escala territorial da NUTS III. Segundo este método, a atuação e mobilização conjunta está orientada para *otimizar "o benefício que a escala regional pode gerar para os seus territórios"*, cada um deles se posicionando em diferentes áreas, consoante o respetivo perfil de afirmação, tendo em consideração os desafios e os trunfos distintivos do território a uma escala agregada. Por outro lado, a abordagem *bottom-up* assumida pelo concelho confirma o seu papel no sucesso das intervenções e a responsabilização na pertinência dos objetivos assumidos à escala da região. Nesta segunda abordagem, as intervenções assumidas à escala municipal certificam o papel dos municípios, em concreto o de Vila Nova da Barquinha, na imagem identitária da região por via da reiteração operacional de intervenções que traduzem *"o que os territórios contribuem para a afirmação bem-sucedida da região"*.

Por este efeito, o **posicionamento de Vila Nova da Barquinha no Médio Tejo** permite, por um lado, **contribuir** para o sucesso das intervenções arquitetadas a uma escala supramunicipal através do cumprimento dos compromissos regionalmente assumidos e, por outro lado, **beneficiar** dessas intervenções como parte integrante e é em igualdade com os seus pares.

O sucesso desta estratégia depende, sobretudo, da promoção da qualidade de vida no concelho, garantindo o equilíbrio social e económico. Portanto, à crescente atividade económica que se deseja para Vila Nova da Barquinha associa-se a valorização das artes e a preservação da memória, tornando o concelho atrativo para residentes e visitantes e garantindo a efetividade da estratégia apresentada. Esta abordagem holística, centrada nas famílias, na coesão social e no dinamismo económico, é essencial para o desenvolvimento sustentável de Vila Nova da Barquinha, onde se destaca o papel decisivo do executivo municipal na criação das condições que são imprescindíveis para a sua persecução.

1. Enquadramento histórico e diagnóstico prospetivo do concelho de Vila Nova da Barquinha

Vila Nova da Barquinha encontra, na herança histórica e cultural e no património natural, os argumentos que importa valorizar e que sustentam os princípios estratégicos sobre os quais assentam o crescimento económico e a atratividade presente e futura que se pretende desenhar para o concelho

História do concelho de Vila Nova Barquinha

As marcas dos séculos de História, num território marcado pelo Tejo e pela sua importância enquanto rota comercial e comunicacional

Os sinais deixados pelo tempo e pelos povos que passaram pelo território que é hoje o município de Vila Nova da Barquinha contam uma história rica e longa. Os vestígios arqueológicos do período Paleolítico encontrados em Aldeíinha, bem como as marcas do período Neolítico deixadas em Tancos e na freguesia de Atalaia são exemplos de marcas pré-históricas ainda visíveis no concelho.

O património e a cultura da Vila e dos territórios envolventes foram enriquecidos pela presença romana e árabe, de que o Castelo de Almourol é o exemplo mais marcante, cuja edificação terá ocorrido entre o século III e IV. Reconstruído no século XII (1171), por Gualdim Pais, Mestre da Ordem dos Templários, o facto da fortificação ter sido erguida num ilhéu a meio do Rio Tejo é sinal demonstrativo da importância que este sempre teve para a Vila. O comércio marítimo e a pesca de sobrevivência são atividades que acompanham toda a história de uma região que, durante séculos, foi a história de três concelhos que se fundiram num só. Antes de ser sede de concelho em 1836, Vila Nova da Barquinha era um pequeno lugar do concelho de Atalaia, ao que se somavam os concelhos de Praia do Ribatejo e Tancos. A Reconquista Cristã aos árabes consumou-se durante o século XII, tendo o território de Atalaia estado despovoado mais de meio século, até à altura em que D. Afonso II lhe deu foral com privilégios para que incentivasse o povoamento. Dois outros forais foram atribuídos, o primeiro em 1315 por D. Dinis e, mais tarde, em 1514 por D. Manuel. Quanto à Praia do Ribatejo (na altura com o topónimo Pay Pelle), foi doada aos Templários por D. Afonso Henriques como comenda, tendo mais tarde passado para a Ordem de Cristo. O primeiro foral foi dado por Gualdim Pais, em 1180, tendo sido aí erguido o castelo de Ozêzere, que em conjunto com os castelos de Cardiga e Almourol constituíam uma importante cintura militar defensiva da região. Da foz do rio Zêzere, no lugar de Cafuz, em 1415, partem as primeiras galeotas para a epopeia dos descobrimentos.

A partir da Idade Média, com o declínio da relevância militar, foi o Rio Tejo que passou a ter um papel fundamental no desenvolvimento local. O século XVI foi de forte impulso económico, com o surgimento de portos fluviais importantes, nomeadamente o de Tancos, devido ao aumento da navegabilidade e do tráfego fluvial. Paralelamente, assiste-se ao desenvolvimento da pesca e do comércio, posicionando-se o território como um relevante ponto de comunicação entre as províncias do Norte e do Alentejo. Nos portos mandados construir por D. Manuel I, cruzavam-se os barcos que vinham da capital com sal, peixe e panos com aqueles que desciam o rio Tejo e traziam madeiras, azeite, vinho, couro, mel, cera, ferro e peixe do rio. Já no reinado de D. João III, foi edificada a igreja matriz da Atalaia, dedicada a Nossa Senhora da Assunção e classificada como Monumento Nacional no ano de 1926, uma obra experimental onde se busca a simetria e a racionalidade no espaço edificado, com especial relevado para o pórtico renascentista do mestre escultor João de Ruão. Ainda neste século, mas no reinado de D. Sebastião I, era fundado o convento do Loreto por D. Álvaro Coutinho, Senhor de Almourol e primeiro conde de Redondo.

O período de domínio filipino não alterou a importância da região, tendo, efetivamente, sido reforçada a relevância do território no Tejo, enquanto ponto comunicacional e essencial enquanto rota comercial. Deste modo, no século XVII, foram realizadas obras profundas no leito do rio para que as condições de navegabilidade fossem melhoradas na ligação com Espanha, tendo sido ainda neste período que, pelo declínio de Tancos, foi construído o porto fluvial no que é hoje Vila Nova da Barquinha e que, na altura, era um aglomerado ribeirinho denominado *Barca*.

Deste momento em diante assistiu-se ao aprofundamento da afirmação da região de um território que, a partir de 1771, se passou a chamar Barquinha, e que foi elevado a concelho a 6 de novembro de 1836 pelo foral de D. Maria II, incluindo os extintos concelhos de Atalaia, Paio de Pele e Tancos. Apenas três anos mais tarde, no dia 26 de Junho de 1839, Barquinha foi elevada a Vila. Por esta altura, em meados do século XIX, o concelho tinha pouco mais de três mil habitantes e uma densidade populacional de 62,28 habitantes por quilómetro quadrado. As taxas de natalidade e de mortalidade eram bastante elevadas na altura, com cerca de 35 nascimentos e 38 mortes por cada 1.000 habitantes, por ano.

Até ao final do século XIX o período foi turbulento em termos de definição administrativa, tendo o concelho sido suprimido em 1895 e anexado ao da Golegã, apenas para voltar a ser restaurado três anos mais tarde, a 13 de Janeiro de 1898. No entanto, este período, que se estende até meados século XX, foi importante para consolidar a atratividade que os elementos históricos desempenham no concelho. Primeiro, o Castelo de Almourol foi considerado Monumento Nacional em 1910 e, em 1926, foi a vez desse reconhecimento ser estendido à Igreja Matriz da Atalaia. Em termos de património edificado, destaca-se a Praça de Touros de Vila Nova da Barquinha, a segunda mais antiga do país e que ainda hoje é palco de várias corridas que aí decorrem, bem como os Solares do século XIX e XX da Praia do Ribatejo e das Quintas da Lameira e da Ponte de Pedra.

O concelho de Vila Nova da Barquinha apresenta, assim, um vasto património arqueológico e cultural, que atravessa vários séculos. Aliado à beleza da zona ribeirinha e às paisagens verdejantes, constitui a riqueza na qual assenta a estratégia de futuro que a seguir se apresenta e que tem como objetivo último a valorização destes fatores que são, simultaneamente, identitários e diferenciadores.

Diagnóstico prospetivo do concelho de V. N. Barquinha

A localização como elemento impulsionador do desenvolvimento, das vias fluviais às vias rodoviárias

Ancorado nas margens do rio Tejo, o concelho de Vila Nova da Barquinha situa-se no distrito de Santarém, região Centro e sub-região do Médio Tejo, com 49,53 km² onde vivem 7.330 habitantes em 2011, de acordo com os Censos (a estimativa da população calculada pelo INE para 2015 aponta para 7.286 residentes). Subdividido em 4 freguesias – Atalaia, Vila Nova da Barquinha, Tancos e Praia do Ribatejo – o concelho é limitado a norte pelo município de Tomar, a sul pela Chamusca e Golegã, a oeste pelo Entroncamento e Torres Novas e a leste por Constância.

Embora os vestígios de ocupação humana da região remontem ao neolítico, foi com o processo de reconquista cristã que este território ganhou maior projeção, em virtude do seu posicionamento geoestratégico. Testemunha desse período de definição do espaço geográfico-político português é a extraordinária estrutura defensiva que se constituiu na região. Dos vários castelos que integravam esse eixo estratégico, merece destaque o Castelo de Almourol que, ainda hoje, marca a imagem de Vila Nova da Barquinha e é reconhecido como um dos principais ícones do Médio Tejo. Com a consolidação do processo de reconquista cristã e a consequente perda de relevância militar deste território, foi a vizinhança do rio Tejo que marcou a sua história e assumiu um papel vital no âmbito económico e relevou a natureza estratégica do seu posicionamento geográfico. A sua navegabilidade permitia-lhe um intenso tráfego fluvial, constituindo então o principal eixo de ligação comercial entre as províncias do interior e Lisboa. A maior parte dos seus habitantes vivia da atividade da pesca do rio Tejo e do comércio fluvial completada com alguma agricultura, relativamente limitada pela pobreza dos solos. A matriz rural construída em torno do Tejo é ainda hoje evidente no concelho – no traçado urbano estruturado a partir de uma via que corre paralela ao Rio; nos topónimos que evocam as atividades fundamentais da vida ribeirinha, caso da Rua do Sal e da Rua da Barca; na concentração dos edifícios mais importantes das povoações em torno do cais; na Festa do Rio e das Aldeias, a procissão fluvial que une a vila de Tancos com o Arripiado, situado na outra margem do rio – mas o progressivo desaparecimento das condições que tornaram atrativa, no passado, a pesca e o comércio fluvial, justifica o cenário de um território em busca de vetores de renovação da sua competitividade.

Acresce que, na atualidade, a posição privilegiada no cruzamento das principais rotas de mobilidade rodoviária regional, confere também ao concelho um potencial de desenvolvimento relevante, tanto na ótica da captação de empresas e de investimentos valorizadores do cruzamento viário da A23 com a A13, como na da captação de população atraída por um modelo residencial “descongestionado” mas muito próximo de Lisboa e de polos urbanos com relevância regional, no quadro da expansão da AML a Norte e a Nascente.

A dicotomia de um património natural que representa a ruralidade, mas que é, simultaneamente, pilar de atratividade e potencial de crescimento económico

A maior parte do território da Vila Nova da Barquinha é ocupado por floresta, o que, por um lado, convida a atividades que promovam o contacto com a Natureza e, por outro, atribui responsabilidades ao município na sua preservação.

Deste modo, o concelho possui condições naturais favoráveis à prática de diversas atividades desportivas relacionadas com a natureza e, naturalmente, com o rio. Desde logo, o Clube Náutico Barquinhense promove a canoagem, sendo complementado em termos de atividades radicais pelo Pára Clube Nacional "Os Boínas Verdes", que se dedicam ao para-queda e ao balonismo, e outras associações ou empresas que oferecem a prática de rafting, paintball, rappel, slide equitação e mergulho. Complementarmente, o concelho faz uso do território rico em grandes declives, riachos com fundos rochosos, trilhos e outros tipos de piso com terrenos acidentados, tendo o Grupo de Cicloturismo Barquinhense encontrado condições para a prática de BTT, uma atividade com potencial de crescimento no futuro, dado o aumento do número de praticantes da modalidade. Finalmente, as caminhadas e o cicloturismo, em percursos articulados com outros concelhos (por exemplo, Constância ou os percursos noturnos da rota do Zêzere), têm sido opções exploradas e melhoradas, no sentido de atrair mais praticantes destas modalidades, que reconhecem na região do Médio Tejo as condições ideais para a sua prática.

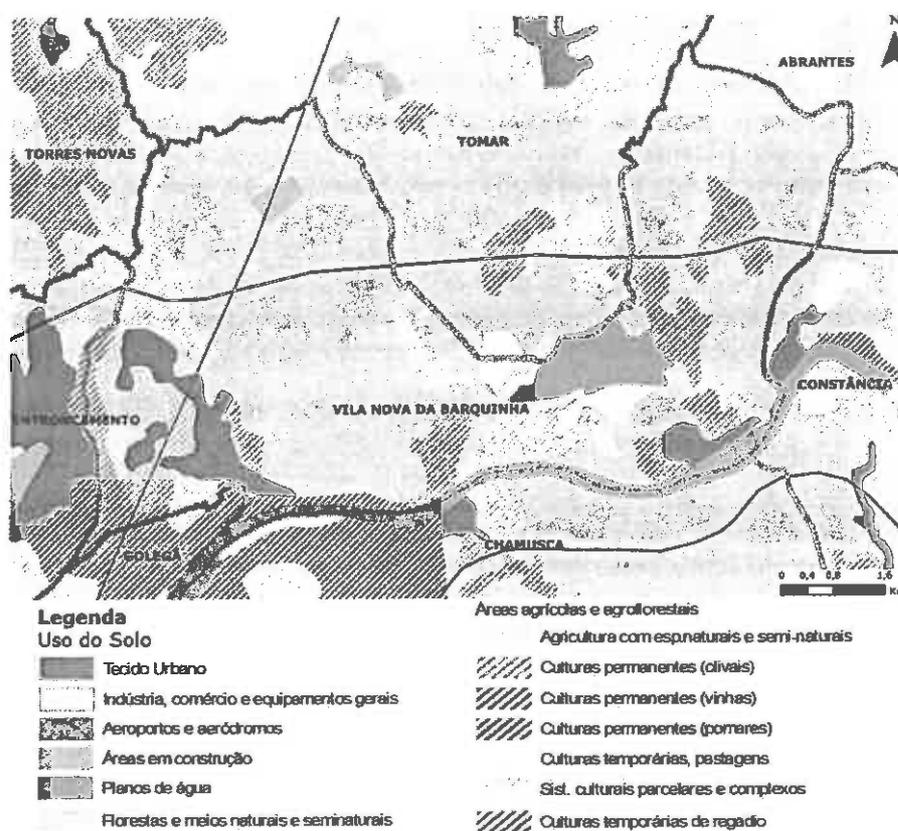
É, portanto, na composição paisagística que se encontra um dos principais argumentos para valorizar o território quanto à sua atratividade. Com uma superfície florestal de 3.074ha e áreas agrícolas ou agroflorestais compostas por 1.165ha, o concelho é constituído por uma importante mancha verde, sendo sobretudo rural e apresentando uma taxa de urbanização relativamente reduzida, que se traduz em cerca de 600ha de territórios artificializados. Devido a estas condições, o município investe de forte significativa na prevenção e proteção do património natural, tendo, para tal, constituído o Gabinete Técnico Florestal. Este tem como finalidade:

- Identificar e ajudar a preservar o património natural, promovendo e respeitando a bio e geodiversidade e, em colaboração com os proprietários, ajudando a garantir a proteção fitossanitária que impede ou reduz a ação dos agentes bióticos nocivos;
- Proteger um dos maiores ativos da região, prestando apoio às populações ao nível de ordenamento e de reestruturação, arborização e rearborização, ou seja, fazer a gestão e o planeamento florestal;
- Defender a floresta contra incêndios, através da operacionalização ao nível local e municipal das normas contidas na legislação, desenvolvendo e aplicando o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

A ineficácia prática que sempre tem rodeado o instrumento potencialmente muito positivo que são as ZIF acaba por constituir um desafio complementar à responsabilidade do município na defesa contra os incêndios que assolam a região nos meses mais quentes de verão. Da mesma forma que coloca desafios quanto à forma de abordagem passiva a que são votadas grandes extensões de solos florestais. Neste sentido, a deliberação de fazer uma proposta de adesão da autarquia a uma ZIF, com a integração dos seus prédios rústicos e assegurando a adesão dos territórios pertencentes ao Exército, é um passo importante para todo o concelho, uma vez que esta ZIF engloba as freguesias da Atalaia, Vila Nova da Barquinha, Tancos e Praia do Ribatejo.

Em termos de produção agrícola, de acordo com a informação de ocupação de solo disponível no documento de revisão de PDM, a Vila Nova da Barquinha afeta cerca de 730ha de terrenos a culturas permanentes, sendo a maior parte áreas agrícolas de policultura (295ha), sendo ainda muito relevante a área destinada ao olival (264ha). Apesar das transformações na composição do rendimento, com a chegada de novos produtos e o acesso de pequenos produtores a novos circuitos, não se deve excluir a possibilidade de existirem pequenas produções de subsistência, que complementam a oferta dos espaços comerciais e os rendimentos disponíveis das famílias.

Mapa 1. Usos do solo do contexto territorial de Vila Nova da Barquinha



Fonte: Corine Land Cover 2000, Direção Geral do Território

Em termos da caracterização das diferentes áreas do concelho, existem diferenças que importa salientar, num território que, apesar de não ser extenso, é diversificado. De acordo com os estudos de caracterização e diagnóstico elaborados no processo de revisão do PDM de Vila Nova da Barquinha, foram identificados aglomerados de características marcadamente urbanas e outros que apresentam aspetos relacionados com a atividade agrícola e vivências rurais. Respeitando a diversidade territorial presente no município, definiram-se 4 unidades territoriais:

- Atalaia Norte: área privilegiada do ponto de vista das acessibilidades, onde se localizam grandes espaços destinados à atividade económica;
- Conurbação Poente: caracteriza-se por aglomerados nucleados, bem definidos, onde a separação entre o rural e o urbano e entre o construído e

o natural é clara. Inserem-se aqui os aglomerados pertencentes às freguesias de Vila Nova da Barquinha e Atalaia;

- Polígono Militar de Tancos: integra as instalações do Regimento de Engenharia nº 1, da Brigada de Reação Rápida (Aeródromo Militar de Tancos e do Regimento de Paraquedistas. A tutela desta área é do Ministério da Defesa Nacional;
- Praia do Ribatejo e Tancos: integram as sedes de freguesia e caracterizam-se por dois tipos de ocupação: as sedes de freguesia com uma ocupação mais ou menos densa e nucleada; os restantes aglomerados ocupam o território de forma relativamente dispersa com maior ou menor nucleação geralmente associada a interseções da estrutura viária.

A estrutura urbana caracteriza-se assim pela existência de aglomerados urbanos multifuncionais onde se concentram diversas funções, serviços e equipamentos - Vila Nova da Barquinha, Atalaia e Moita do Norte, Praia do Ribatejo e Tancos- em paralelo com a existência de pequenos núcleos de carácter mais rural, que ocupam o território em conjuntos relativamente dispersos, associados sobretudo à zona nordeste do município.

Nos últimos anos, o crescimento urbano tem revelado a tendência para a expansão dos principais aglomerados em simultâneo com uma ligeira tendência para algum crescimento ao longo das vias principais:

- Tem-se assistido à progressiva expansão da freguesia de Vila Nova da Barquinha para Poente, estendendo-se aos territórios da antiga freguesia da Moita do Norte (atualmente, freguesia de Vila Nova da Barquinha) e da sede de freguesia de Atalaia, tendência esta estruturada pela EN3 e pela via de ligação de Barquinha à Atalaia, condicionada pela linha férrea e que conforma a referida Conurbação Poente;
- As freguesias de Tancos e Praia do Ribatejo, com exceção dos aglomerados que constituem as suas sedes, praticamente mantêm o seu peso demográfico relativo, apresentando diversos núcleos de carácter mais rural, que se têm expandido ao longo das vias.

Não obstante este desenvolvimento, o crescimento urbano do município continua a ter maior expressão nas sedes de freguesia.

Uma dinâmica demográfica que limita a dinâmica económica do concelho e que pressiona a resposta social

Dada a sua reduzida dimensão territorial, o concelho de Vila Nova da Barquinha regista uma das mais elevadas densidades populacionais do conjunto dos concelhos do Médio Tejo, com 148 habitantes por km², apenas superada pelo Entroncamento (1.475 e uma das mais elevadas do país) e acima da média da região Centro e de Portugal, com 96 e 83 habitantes por km², respetivamente. No entanto, o concelho mantém-se muito vulnerável à tendência de envelhecimento populacional e de resistência à subida do nível médio de qualificações escolares da população ativa.

Vila Nova da Barquinha enfrenta, em termos demográficos, um conjunto de desafios que encontram semelhanças nos concelhos vizinhos, bem como na generalidade dos territórios interiores do centro e sul da Europa. Na comparação regional, apesar destas semelhanças em termos de perfil global, observam-se diferenças quanto à

censitários disponíveis, de 2011, a taxa de atividade da Vila Nova da Barquinha foi de 41,3%, ou seja, inferior em cerca de 2% e 4,1% à do Médio Tejo e do Centro, respetivamente.

A este indicador associa-se um número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP em linha com o Médio Tejo (aproximadamente 6,2% da população) e, mais relevante, apenas 522 unidades empresariais (dados de 2013), que representam um decréscimo de 6,3% face a 2011, acompanhando a descida verificada no Médio Tejo (-6,6%), mas bastante mais acentuada que a da região Centro e a de Portugal (-1,2% e -1,5%, respetivamente).

Em termos sociais, as estatísticas refletem um aumento das tendências de envelhecimento da população, associado a um índice de dependência de idosos na Vila Nova da Barquinha de 40,5%, mais elevado do que média da região do Médio Tejo e do território nacional (40,1% e 28,8%, respetivamente). Este progressivo isolamento da população idosa irá continuar a impor um conjunto de ofertas sociais apropriadas a esta dinâmica. De facto, ainda para 2011, cerca de 12% das famílias do concelho é constituída por apenas uma pessoa com mais de 65 anos a viver sozinha. Considerando todo o território da região Centro, Vila Nova da Barquinha situa-se entre os municípios em que o problema se manifesta de forma mais acentuada.

Portanto, afigura-se como evidente a situação na qual a aba mais envelhecida da população pressiona uma aba jovem tendencialmente menor. De acordo com os últimos censos, o índice de envelhecimento de 182 idosos por cada 100 jovens é bastante superior à média nacional. Uma dinâmica que se enquadra na realidade da região Médio Tejo e que reflete a tendência de envelhecimento acentuado evidente, que os territórios de pendor marcadamente mais rural demonstram por todo o País.

Coesão como potencial de atratividade, assente numa oferta educativa mais qualificada e na resposta às necessidades de apoio social

Tendo como principal objetivo manter ou melhorar a qualidade de vida da população do concelho e contrariar a tendência de desertificação e de envelhecimento populacional, é fundamental persistir no reforço de políticas que fixem a população mais jovem, atraiam novas dinâmicas para o concelho e assegurem a sustentabilidade geracional na Vila Nova da Barquinha.

O ponto de partida é, para todos os efeitos, difícil e levanta preocupações sobre o posicionamento do concelho no referencial dos "resultados da coesão social", com um afastamento considerável face à média regional e nacional num conjunto alargado de dimensões. Em termos de habilitações, apesar da Vila Nova da Barquinha ter uma percentagem da população sem nenhum nível de escolaridade inferior em 1,2% à média nacional e 2,4% à do Médio Tejo, essa diferença é transferida para o nível de ensino Básico e Secundário. De facto, em termos de população com o ensino pós-secundário ou superior concluído, de acordo com os Censos de 2011, o concelho contava apenas com 9,7%, uma percentagem 2,9% à média nacional e quase 1% inferior à da região do Médio Tejo. A este indicador junta-se ainda uma taxa de abandono escolar de 2% (0,5% mais elevada do que a da região ou a do país), apesar da taxa de analfabetismo do concelho estar em linha com a nacional, situando-se em cerca de 5% da população.

A este contexto acresce a pouca capacidade de reconversão profissional, a qualidade do emprego e, em última instância, o rendimento e o poder de compra. Em particular,

analisando o ganho médio do concelho em comparação com a região envolvente, as diferenças são significativas. Em 2013, enquanto que o rendimento médio se situava nos 784 euros, o da região do Médio Tejo era de 938 e da região Centro 940 euros. Este afastamento do nível de poder de compra registado no concelho tem que ser amenizado por um posicionamento mais positivo no que diz respeito às condições necessárias para uma maior coesão social, nomeadamente no que respeita à acessibilidade da população residente a equipamentos e serviços de natureza educativa, social, cultura e desportiva.

A nível educativo, a análise da oferta e procura em Vila Nova da Barquinha, a propósito da elaboração da Carta Educativa, revelou uma oferta globalmente excedentária ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo e apontou no sentido da desativação de alguns estabelecimentos e da reorganização da rede escolar, conduzindo a um investimento municipal na Educação. Assim, as Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Moita do Norte Nº 1, Moita do Norte Nº 2, Cardal, Atalaia e Tancos foram, entretanto, desativadas, sendo o transporte dos alunos assegurado pela autarquia. A definição e preparação do novo Centro Escolar do 1.º Ciclo contou com o apoio da Universidade de Aveiro, no desenvolvimento de atividades na área da Educação, designadamente consultadoria pedagógica para a conceção e planeamento de uma escola, supervisão na construção do Projeto Educativo Concelhio e atividades de formação de professores. Financiada pelos fundos comunitários, representou um investimento de cerca de 4 milhões de euros, tem capacidade para 300 alunos e entrou em funcionamento em 2011. No entanto, na sequência do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-escolar de 2015, a autarquia decidiu desenvolver, também em parceria com a Universidade de Aveiro, o projeto de uma escola cuja base fosse orientada para a investigação e educação em ciências. Surgiu, assim, o Centro Integrado de Educação em Ciências, como um espaço de educação não formal de ciências dentro de uma instituição de educação formal.

Após a conclusão de obras de requalificação, a Escola D. Maria II abriu também as portas aos alunos do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário. O novo edifício é fruto de um acordo celebrado entre o Município de Vila Nova da Barquinha e o Ministério da Educação e implicou um investimento de cerca de 3,7 milhões de euros.

Na linha do processo de transformação da oferta educativa no concelho, foi criado e impulsionado o projeto "Empreendedorismo na Escola", que contou com a participação de mais de uma centena de alunos e que pretende ser alargado com a introdução da iniciativa "Viveiro de Empresas", que resultará num espaço permanente na escola destinado ao empreendedorismo em ambiente escolar, com meios e equipamentos próprios. Estes projetos, promovidos pelo Agrupamento de Escolas e em parceria com o Município, entidades privadas, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e as Associações de Pais, pretendem dar continuidade ao processo de alargamento da oferta formativa e de estabelecimento de parcerias com a comunidade, dois pontos destacados positivamente pelo Ministério da Educação a propósito da avaliação externa do agrupamento de escolas conduzido pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência em 2015. Estas áreas foram identificadas como fundamentais para a continuação da fixação de alunos no concelho.

A nível social, os objetivos do município são os de, por um lado, combater a pobreza e dar apoio à população mais vulnerável e, por outro, prestar auxílio ao grupo específico dos idosos, que representa uma parte muito relevante dos habitantes do concelho. Este é um apoio que tem tendência para crescer, dado que, aquando dos

Censos de 2011 o índice de dependência dos jovens e dos idosos era de 22,3% e 40,5%, o primeiro em linha com a média nacional e o segundo 11,7% mais elevado do que a percentagem verificada para Portugal e 5% acima da média da região Centro. No total, o índice de dependência destes 2 grupos cresceu 11,2% face a 2001, mais do dobro do crescimento verificado na região do Médio Tejo e quase o triplo da média nacional. Desta forma, no que respeita à população em situação de pobreza ou vulnerabilidade, destaca-se a criação da Loja Social, que pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da integração dos indivíduos na sociedade e da prestação de serviços de assistência em articulação com os parceiros locais, disponibilizando serviços como balneário social, lavandaria social, banco alimentar, loja de roupa e acessórios, banco de livros e horta social. Paralelamente, este programa encontra-se a desenvolver o serviço de Assistência Técnica ao Domicílio, com o objetivo de apoiar idosos e pessoas em situação de carência em pequenas reparações nas suas casas. À Loja Social a Câmara Municipal juntou a criação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que atua nos casos de crianças e jovens vítimas de maus tratos físicos e psíquicos, abusos, vítimas de negligência, abandono escolar ou trabalho infantil.

No que respeita ao apoio à população idosa, para além deste grupo poder beneficiar dos apoios anteriormente mencionados, foram ainda desenvolvidos dois programas específicos. O primeiro – Cartão Municipal do Idoso – visa apoiar aqueles mais carenciados através de descontos significativos em taxas municipais e tarifas e a serviços culturais e turísticos promovidos pela autarquia; o segundo é a Universidade Sénior, que promove o envelhecimento ativo através da formação cultural, científica e técnica em todas as freguesias do concelho. A responsabilidade social de Vila Nova da Barquinha encontra reforço na dinâmica das instituições sociais localizadas no município, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação Dr. Francisco Cruz e IPSS, que desempenham um conjunto de funções relevantes de apoio.

Quadro 1: oferta de serviços de apoio à terceira idade

Freguesia	Instituição	Valências	Atual
			Capacidade
Atalaia	Centro Social e Paroquial da Atalaia	Serviço de apoio domiciliário	20
		Centro de dia	25
		Lar de idosos	50
Praia do Ribatejo	Fundação Dr. Francisco Cruz	Residência	18
		Serviço de apoio domiciliário	25
	Associação de Bem Estar Social das Madeiras	Centro de dia	15
		Lar de idosos	35
Vila Nova da Barquinha	Santa Casa da Misericórdia	Centro de dia	11
		Serviço de apoio domiciliário	39
		Apoio domiciliário integrado	6
	Casa da Quinta	Residência para idosos	n.d.
	Associação de Paralisia Cerebral		

Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, Março 2017

O investimento realizado na área dos transportes, em concreto o Transporte a Pedido no Médio Tejo, é igualmente relevante para o combate ao isolamento das populações mais desprotegidas e para a promoção de dinâmicas sociais entre a população. Este projeto faz parte da visão de uma comunidade assente na proximidade e que é praticada à escala intermunicipal. Os concelhos que compõem a CIM Médio Tejo têm vindo a melhorar a lógica de organização e funcionamento, segundo a qual os vários equipamentos e iniciativas são geridos numa perspetiva de complementaridade.

No sector da saúde, o concelho dispõe de uma Unidade de Saúde Familiar (USF) e de uma Unidade de Cuidados na Comunidade Almourol e beneficia, ainda, da proximidade aos três polos do Centro Hospitalar do Médio Tejo, nomeadamente, Abrantes, Tomar e Torres Novas.

Quadro 2: oferta de serviços de saúde

	Médicos	Enfermeiros	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Consultas	Camas nos estabelecimentos de saúde
	Nº/1000 habitantes	Nº/1000 habitantes	Nº/1000 habitantes	Nº/habitante	Nº/1000 habitantes
	2015	2015	2015	2012	2012
Barquinha	0,7	2,5	0,4	3,7	0,0
Médio Tejo	2,0	5,4	0,4	n.d.	n.d.
Centro	4,3	6,5	0,4	4,4	3,3
Portugal	4,7	6,5	0,3	4,1	3,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Análise Augusto Mateus & Associados

No domínio dos equipamentos desportivos destaca-se o Aquagym – Centro Municipal de Atividade Física, que está inserido no Parque Desportivo de Moita do Norte, com campo de jogos, piscina, ginásio e SPA e a Escola de Futebol, inserida no Parque Desportivo Municipal da Atalaia, bem como o Pavilhão Desportivo Municipal e o Centro Náutico de Vila Nova da Barquinha.

Em termos culturais, o Centro de Estudos de Arte Contemporânea assume particular relevância, essencialmente pelo papel que desempenha no ensino de competências artísticas ao nível do Desenho e Pintura, Fotografia e Vídeo e Teatro e Marionetas. Os espaços culturais relevantes incluem, ainda, o Parque de Escultura Contemporânea Almourol, a Galeria de Santo António – construída na antiga Escola Primária de Vila Nova da Barquinha e parte integrante do projeto “Mercado da Artes” – a Galeria do Parque, o Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo e o Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha com valência de biblioteca e galeria de exposições.

Finalmente, o reforço da coesão social depende, igualmente, da resposta do movimento associativo do concelho, que tem uma dimensão relevante, sendo responsável pela perpetuação das tradições e dos costumes de Vila Nova da Barquinha. Presentes em todas as freguesias, as associações desportivas e culturais, os ranchos folclóricos e os grupos de jovens são exemplos da dinâmica associativa existente. Estas, apesar de apresentarem estrutura coletiva própria, têm atividades demasiado cíclicas e um dinamismo associado à proatividade das lideranças, resultando na dificuldade em constituir corpos sociais, o que parece estar relacionado com o problema de formação dos recursos humanos identificado no município.

Património artístico e educativo que acresce à riqueza histórica e cultural do concelho

A Vila Nova da Barquinha concentra no seu território uma combinação de espaços históricos e recentes que constituem um valor patrimonial que deve ser reconhecido, seja ele histórico, cultural, artístico ou educativo.

O principal marco no concelho é o Castelo de Almourol, inserido numa ilha situada no curso do rio Tejo, sendo um monumento medieval que evoca a memória dos Templários e que constitui um emblema da Reconquista. Deixado ao esquecimento durante vários séculos, a sua memória foi recuperada durante o período do Romantismo e, no século XIX, foi reinventado e redecorado, ganhando elementos decorativos cujo objetivo era o de construir um ideal romântico da época medieval. Esta transformação foi crucial para que mais tarde, durante o Estado Novo, se realizem novas intervenções que justificam o interesse pelo Castelo enquanto espaço com funções culturais e turísticas, que ultrapassam a ideia de defesa ou de restrição de utilização do espaço como memória militar.

No entanto, essa lembrança militar é preservada no concelho através do Museu de Engenharia Militar. Este está relacionado com o facto de ter sido criada, na freguesia da Praia do Ribatejo, a Escola Prática de Engenharia, em 1880, que desempenhou um papel relevante na instrução de tropas durante a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Colonial Portuguesa. Atualmente, é aqui que se situa o Regimento de Paraquedistas e o Comando da Brigada de Reação Rápida (Aeródromo Militar de Tancos). Esta relação com o paraquedismo é demonstrada pelo Museu das Tropas Aerotransportadas, onde estão representadas todas as antigas Unidades Paraquedistas e estão guardados os seus Estandartes e Guiões Heráldicos.

O património cultural é ainda valorizado pela Igreja Matriz da Atalaia, construída no século XVI a pedido de D. Pedro de Meneses, Conde de Castanheira, e considerado Monumento Nacional desde 1926. Ainda no concelho situa-se a Igreja Matriz de Tancos, construída também no século XVI e cujo interesse principal são os azulejos do século XVII e, portanto, considerada monumento de interesse público. Mais recente, mas com igual interesse patrimonial, a Vila Nova da Barquinha dispõe da segunda mais antiga Praça de Touros de Portugal, construída no século XIX e palco de várias Corridas de Touros que aí se realizam todos os anos.

Em termos de património educativo, o Centro Integrado de Educação em Ciências constitui-se como uma referência nacional, uma vez que é um centro de ciência inserido numa escola, o que o torna caso ímpar à escala nacional. Visando promover o interesse pelas atividades científicas, tem vários módulos interativos relacionados com a história e cultura local, divididos em cinco módulos: "Embarca com a Ciência", "Explorando o Castelo", "Explorando a Barquinha", "Explorando o Tejo" e "Explorando o Voo". Ainda associado ao ensino, o Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo pretende ser um espaço destinado aos estudantes, criado em articulação com o sector de Arqueologia e Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar e que inclui uma exposição permanente sobre o espólio arqueológico do Ribatejo Norte.

O ideal de concelho virado para as artes é simbolizado pelo Parque de Escultura Contemporânea Almourol, que junta obras de alguns dos principais escultores contemporâneos nacionais, desde a década de 60 até à atualidade. Depois de ter vencido o Prémio Nacional de Arquitetura Paisagística em 2007 na categoria de "Espaços Exteriores de Uso Público", foi nomeado, em 2012, para o Prémio Autores na categoria de Artes Visuais – Melhor Exposição de Artes Plásticas, da Sociedade Portuguesa de Autores.

Este reconhecimento tem contribuído, de forma decisiva, para a integração do concelho no roteiro das artes contemporâneas, ancorando a transformação da visão do município, que se pretende mais progressista e associado à arte e cultura, como complementos enriquecedores do património natural e histórico já existente.

A requalificação da frente rio e do centro urbano como fator impulsionador de um ecossistema de produção artística e criativa

As novas amenidades urbanas da Vila Nova da Barquinha são o resultado de um esforço significativo que o concelho tem desenvolvido e com resultados assinaláveis na requalificação da sua frente de Rio, de que é exemplo o parque urbano ribeirinho, galardoado com o Prémio Nacional de Arquitetura Paisagista 2007. Desenvolvido no âmbito do projeto Parque Almourol, o Barquinha Parque é o principal espaço de lazer, recreio do concelho, ocupando uma área de cerca de 7 hectares, onde existem equipamentos desportivos, espaços lúdicos para as crianças e percursos ribeirinhos, tudo enquadrado num espaço verde natural a escassos metros do Rio Tejo. A dinamização cultural, a disponibilidade de acesso à Internet via wireless e o parque de merendas são ofertas que complementam a diversidade de propostas para utilização do Barquinha Parque.

Na sequência dos investimentos realizados no Parque Almourol, em parceria com os municípios da Chamusca e de Constância e com o NERSANT, as intervenções delineadas pelo Município de Vila Nova da Barquinha têm tido como foco principal o aproveitamento e valorização da frente ribeirinha, destacando-se o projeto do parque urbano e as recentes intervenções no castelo. O centro urbano de Vila Nova da Barquinha tem também sido alvo, desde 2002, de um conjunto de investimentos no espaço público, com a criação de zonas de estacionamento, beneficiação dos espaços verdes e a repavimentação, bem como na adaptação de equipamentos e espaços obsoletos ou degradados a novos usos. Quanto ao castelo, as intervenções inserem-se num conjunto de iniciativas realizadas no sentido de sublinhar a valorização do património. Para tal, foram melhorados os acessos, as escadas e o cais, retirados os elementos estranhos da ilha e criadas condições para a realização de eventos culturais.

O objetivo do município é o de trazer o parque para a vila, ligando-a às esculturas e estabelecendo uma ligação forte às artes e à cultura. Como exemplo dessa intenção, foi anunciado que o projeto "Arte Pública Fundação EDP" vai incluir a Vila Nova da Barquinha em 2017, numa parceria que envolve instituições e coletividades locais, sociais ou culturais. Este programa, designado "Artejo" e que resulta de uma parceria entre o Município e a Fundação EDP, é orientado para territórios de baixa densidade populacional e pretende democratizar o acesso à arte, permitindo o envolvimento da população em novas experiências culturais. Compreende quatro fases: Assembleias de apresentação do projeto à população com a participação de artistas; apresentação das propostas dos artistas; realização das obras; e visitas guiadas. O compromisso com o concelho é o de desenvolver 10 intervenções artísticas que incluam as 4 freguesias e com artistas reconhecidos.

O potencial de um impulso turístico resultante da combinação de dimensões complementares

A riqueza do património natural e cultural de Vila Nova da Barquinha é protagonizado, naturalmente, pelo Tejo, pela beleza cénica das suas paisagens e pelas histórias e tradições de um território à beira rio - a sua inserção numa região com valências patrimoniais diversificadas e a qualidade das acessibilidades a Lisboa sugere o turismo como uma das principais forças motrizes da reestruturação da base económica de Vila Nova da Barquinha, desde que o grande desafio transversal à atividade turística global de construção de um produto diferenciado, diversificado e flexível seja também partilhado pelos responsáveis pelo ordenamento, planeamento e gestão do território, reconhecendo que um produto turístico identificado com os recursos endógenos e a imagem iconográfica da região e integrado nas redes de transportes, comunicações, serviços e equipamentos públicos é gerador de efeitos diretos e indiretos sobre outras atividades económicas e sobre a produção de bens públicos e semipúblicos.

O potencial de atração turística de Vila Nova da Barquinha assenta na combinação dos seus diferentes recursos turísticos. Por um lado, a história e o património cultural, de que o Castelo de Almourol é a principal referência; por outro, o rio e a paisagem rural, os povoados e as tradições ribeirinhas; e, finalmente, o património recentemente construído, associado às artes e às ciências. Estes recursos definem um triângulo estratégico turístico, assente em três vetores: modernidade, classicismo e tradição. Modernidade na medida em que apresenta uma oferta ambiental qualificada e inserida num contexto que valoriza as artes e as ciências - através do Parque de Esculturas e do Centro de Ciência - ideal para targets urbanos que não desfrutam das qualidades da natureza no seu dia-a-dia e que as podem encontrar em complemento de uma oferta mais sofisticada; classicismo já que apresenta um património histórico que remete para um conhecimento de âmbito mais clássico, intelectual e exigente; tradição pois permite o conhecimento de realidades muito específicas ao território, tal como a gastronomia, as tradições etnográficas, a cestaria e a olaria. A articulação destes três vetores de oferta turística permite, simultaneamente, que o concelho apresente argumentos transversais entre gerações e públicos.

Os principais recursos turísticos dividem-se em três áreas essenciais que, sendo diferentes, se complementam:

- o Castelo de Almourol, que está situado numa pequena ilha escarpada no curso médio do rio Tejo, sendo um dos monumentos militares mais emblemáticos e cenográficos da Reconquista e que, simultaneamente, melhor evoca a memória dos Templários no nosso país.
- o Tejo e as suas margens, que oferece condições naturais e ambientais de excelência à prática de atividades desportivas e ao ar livre. Neste, destaca-se o Barquinha Parque, um grande espaço de lazer, recreio e turismo do concelho, ocupando uma área de cerca de 7 hectares, onde existem equipamentos desportivos, espaços lúdicos para as crianças e percursos ribeirinhos, tudo enquadrado numa área de prado natural a escassos metros do rio Tejo.
- os povoados e as tradições ribeirinhas, onde se destaca: i) Tancos, na margem direita do rio, com uma beleza e graça naturais e uma zona ribeirinha e um cais que se enquadram num cenário paisagístico ímpar; ii) Vila Nova da Barquinha, outrora porto fluvial importante de cuja memória

restam os belos edifícios do século XIX e a toponímia das ruas que evocam os tempos da navegabilidade do Tejo; iii) o rio Tejo como fonte de sabores: as caldeiradas, a sopa de peixe do rio, a açorda de sável, o arroz de lampreia e as enguias; iv) Tancos e Arripiado, duas terras separadas pelo rio Tejo, que se unem durante a Festa do Rio e das Aldeias, onde música, artesanato, festa brava e cerimónias religiosas decorrem em ambas as margens do rio.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo aponta dez produtos estratégicos para o país, sendo que para cada um dos produtos foram definidos vários níveis de relevância para cada uma das regiões. A análise às valências de Vila Nova da Barquinha mostra a vocação do território para oferecer produtos nos vários produtos estratégicos definidos para a região Centro - no touring cultural e paisagístico através da sua beleza natural associada ao património histórico, no turismo de natureza através do rio Tejo enquanto ativo valioso, e no turismo de gastronomia através de uma longa tradição de oferta diferenciada neste domínio.

Estes diferentes produtos constituem em si mesmos diferentes oportunidades de mercado, com potenciais também eles diferenciados: o touring cultural e paisagístico não só detém uma quota de mercado relevante como alia este facto ao de ser um mercado de crescimento moderado/alto; o turismo de natureza é outro exemplo de um mercado de dimensão significativa mas que continua a apresentar taxas de crescimento que tornam a aposta neste segmento bastante apetecível; o turismo de gastronomia é um dos nichos de mercado que, não sendo atualmente de grande dimensão, apresenta uma das elevadas previsões de crescimento.

Figura 2: Produtos turísticos estratégicos para a Barquinha

	↳ Touring Cultural e Paisagístico	↳ Turismo de Natureza	↳ Gastronomia e Vinhos
Principais Recursos Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Castelo de Almourol Povoações Ribeirinhas: beleza cénica, património edificado, património etnográfico Parque de esculturas e Artejo 	<ul style="list-style-type: none"> Rio Tejo e as suas margens Barquinha Parque Centro Náutico Clube Náutico 	<ul style="list-style-type: none"> Peixe do Rio Restauração
Actividades Comerciais	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de transporte Atividades artísticas e de espetáculos Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais Comércio (artesanato, merchandising) 	<ul style="list-style-type: none"> Actividades desportivas e recreativas 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Comércio e Restauração Serviços e I&D na área alimentar (ex: certificação, design de produto)
Principais Articulações Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Abrantes Constância Golegã Santarém Salvaterra de Magos "Arco Patrimonial de Lisboa" 	<ul style="list-style-type: none"> Ferreira do Zêzere Constância Alpiarça Golegã Abrantes 	<ul style="list-style-type: none"> Sardoal Abrantes Constância Santarém
Factores Críticos de Sucesso	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação da oferta (ex: rotas temáticas) e enriquecimento da experiência nos locais de atração (ex: reconstituições históricas) Qualidade da informação e da sinalização turística 	<ul style="list-style-type: none"> Equilíbrio entre a comercialização e a preservação dos valores ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos estabelecimentos e grau de preparação para a recepção de turistas internacionais
Grau de Desenvolvimento da Quota de Mercado	EMERGENTE	EMERGENTE	EMBRIONÁRIO

Fonte: Análise Augusto Mateus & Associados

A natureza dos recursos endógenos aponta claramente para uma vocação do concelho para a oferta de produtos turísticos geradores de um elevado valor de despesa por turista e, ainda, com um significativo potencial de crescimento. Portanto, é interessante registar o assinalável crescimento ao nível da oferta de alojamento, que se encontra em 126 camas nos estabelecimentos hoteleiros em 2015, com uma taxa de ocupação de 12,2% (de acordo com o inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos do INE), apesar da perceção da autarquia ser a de que as estatísticas de 2017 e seguintes revelem um crescimento da taxa de ocupação. Este aproveitamento das oportunidades de alargamento da cadeia valor para além das atividades de restauração é de salutar, constituindo uma área na qual o crescimento sustentável deve continuar a ser incentivado.

Neste contexto, a definição e uma oferta cultural permanente e abrangente, bem como a articulação entre a fruição turística do rio, a organização de eventos desportivos e a oferta de serviços de apoio à náutica de recreio e aos desportos radicais são claramente as áreas que estão mais avançadas, destacando-se a articulação de investimentos e ofertas turísticas no âmbito do Parque de Almourol. O parque ocupa uma faixa de 12Km ao longo do rio Tejo, ocupando terrenos ao longo dos concelhos de Constância, Chamusca (Arripiado) e Vila Nova da Barquinha. O plano de investimento incluiu vários projetos de requalificação dos cais e rampas que permitem que efetivamente o rio possa ser utilizado pelas populações sem que a morfologia do terreno constitua uma barreira natural, e de equipamentos de apoio à prática desportiva no rio, com destaque para o Centro Náutico de Vila Nova da Barquinha e o Centro Náutico de Constância. A facilitação dos acessos ao rio tem vindo a beneficiar inúmeras associações e empresas que oferecem no rio Tejo e nas suas margens um leque diversidade de atividades desportivas e de contacto com a natureza (onde se destacam as caminhadas em percursos ribeirinhos ao longo do rio Tejo, bem como a canoagem, BTT, paintball, arborismo, rappel, slide, caça ao tesouro, escalada, orientação, insufláveis, kartcross, 4x4).

O relativo dinamismo das atividades desenvolvidas em torno do património natural, fruto em grande medida do esforço de concertação dos investimentos públicos no durante o QCA III, contrasta com as evidentes lacunas na oferta de "experiências" em torno do património histórico, edificado e cultural: o Médio Tejo, e Vila Nova da Barquinha em particular, pela presença do Castelo de Almourol, dispõem de amplas oportunidades de diferenciação em torno de temas históricos (o tema da reconquista cristã, por exemplo) e de desenvolvimento de ofertas culturais e de lazer (museus, centros de interpretação, parques temáticos, reconstituições históricas), que permanecem por explorar.

As estas oportunidades acrescem ainda as que advêm da presença da Escola Prática de Engenharia (EPE), Regimento da Engenharia nº1, na margem Norte do rio Tejo, junto ao Castelo de Almourol. De facto, a exploração do nicho do turismo militar é uma oportunidade de diferenciação do produto turístico oferecido no concelho, não só pela concentração de recursos materiais e imateriais na base de Tancos, mas também pelas fortes interações entre a história militar do país e o património edificado em Vila Nova da Barquinha, com destaque para o papel que o Castelo de Almourol exerceu na reconquista cristã.

O necessário impulso produtivo pode estar associado à localização e aos serviços atualmente existentes

Sem prejuízo da necessidade de alguns investimentos no plano da coesão social, nomeadamente pensados na ótica de atracção de novas famílias para quem a facilidade de acesso a equipamentos de educação e saúde de qualidade é um fator tido em conta na decisão de residência, reconhece-se que o principal desafio da Barquinha é a obtenção de resultados mais significativos no plano da competitividade.

A quebra de efetivos populacionais na última década e as características do tecido social e empresarial de Vila Nova da Barquinha indiciam o caminho que ainda está por percorrer no sentido da afirmação de um território atrativo. Neste sentido, a proximidade de importantes bolsas de emprego no Entroncamento, Torres Novas e Tomar e os investimentos recentes do Município na requalificação dos centros urbanos e em equipamentos e serviços sociais, culturais, desportivos e de lazer, constituem-se como importantes alavancas de crescimento cujo potencial parece ainda não estar plenamente atingido.

Em termos de formação, numa comparação com os restantes concelhos do Médio Tejo, reconhece-se que a qualidade dos recursos humanos disponíveis na Barquinha aproxima-se das performances relativamente mais favoráveis de Abrantes, Tomar e Torres Novas (onde a população sem nenhum nível de escolaridade é inferior a 20% e o grupo com ensino pós secundário ou superior concluído não é inferior a 10%), contrastando com os territórios que revelam traços mais fortes de interioridade, como o Sardoal ou Ferreira do Zêzere (elevada percentagem da população sem nível de escolaridade ou apenas com o ensino básico e apenas com cerca de 5% a 8% com ensino superior concluído). No entanto há que assumir que a exigência da aposta no capital humano posiciona-se num patamar mais elevado para a globalidade da região, sob pena das oportunidades abertas pelo posicionamento estratégico do Médio Tejo na Grande Região de Lisboa não serem devidamente exploradas.

O conjunto das atividades empresariais e do emprego que a elas está associado é escasso e fragmentado. Considerando os dados dos Censos 2011, os cerca de 2.000 postos de trabalho gerados em Vila Nova da Barquinha repartem-se por uma estrutura produtiva pouco especializada, concentrada nos sectores dos serviços e onde não sobressaem traços identitários de uma afirmação produtiva específica. Estas características do mercado de trabalho do concelho refletem e são refletidas pelas insuficiências em termos da criação de postos de trabalho (associadas a uma baixa densidade empresarial), as quais são parcialmente resolvidas com a mobilidade dos residentes que encontram na envolvente o seu posto de trabalho. Este fenómeno justifica a tendência para a taxa de desemprego registado no concelho ter permanecido abaixo da média do Médio Tejo e do Centro, situando-se em 9,6% em 2011, em contraste com os 10,7% e os 11% do Médio Tejo e da região Centro, respetivamente, e, mais significativo, que os 13,2% registados em Portugal. Os números mais atuais, disponibilizados pelo IEFP para 2015, mostram que os desempregados registados nos Centros de Emprego do IEFP corresponderam, nesse ano, a 6,19% da população ativa, em linha com o Médio Tejo mas inferior à referência da região Centro (6,14% e 6,8%, respetivamente).

Estes resultados só podem, portanto, ser analisados tendo em conta, por um lado, a reduzida dimensão populacional do concelho, e por outro, o posicionamento de Vila Nova da Barquinha como "emissor de mão-de-obra", em particular para os concelhos do Entroncamento, Torres Novas e Tomar. De acordo com os dados de 2011, dos

2.737 trabalhadores que residem em Vila Nova da Barquinha, 1.746 deslocam-se diariamente para outros concelhos para trabalhar, representando uma taxa bruta de saída de 63,8%. Por outro lado, o grau de "abertura" do emprego é de 50,9%, existindo aqui um diferencial que reflete, por um lado, a falta de emprego no município e, por outro, a dificuldade em atrair mão de obra de municípios vizinhos.

A relativa dependência face aos territórios vizinhos estende-se ao comércio e outros serviços às famílias. De facto, a inexistência de um polo urbano de grande dimensão no concelho tende a ser ultrapassada pela facilidade de comunicação com os territórios de vizinhos, em dimensões variadas desde o acesso a serviços às relações de natureza pendular e laboral. Deve, portanto, o município ambicionar atingir maiores níveis de especialização produtiva, com o objetivo de gerar mais empregos, retendo os trabalhadores no seu próprio concelho.

A debilidade do tecido empresarial local, associada a um perfil produtivo pouco diversificado, dependente do sector público e sectores tradicionais, como a construção e comércio, e com um modelo de especialização produtiva baseada em indústrias que assentam a respetiva vantagem competitiva na facilidade de acesso e proximidade de recursos naturais, configura-se neste cenário como a principal fraqueza que importa ultrapassar. Em termos sectoriais:

- Quase dois terços do emprego gerado em Vila Nova da Barquinha insere-se nos serviços públicos (62,7%): 19,4% em educação, saúde e cultura, portanto, sectores não produtivos; e 43,3% na administração pública. Estes valores são cerca do dobro das médias da região do Médio Tejo e do Centro, que combinam nos serviços públicos, respetivamente 31,8% e 28% do emprego. As diferenças na população empregada na administração pública são particularmente esmagadoras, sendo quatro e seis vezes superiores à média do Médio Tejo ou do Centro e do país (43,3% em Vila Nova da Barquinha, face a 10,3% no Médio Tejo, 6,8% na região Centro e 7,3% em Portugal). Seguem-se os sectores dos serviços, onde a distribuição e comércio representa 11% do emprego, seguindo-se os serviços empresariais e de hotelaria e restauração (com 5,5% e 5,4%, respetivamente);
- O peso do emprego do sector agrícola é praticamente inexistente (0,5%), inferior à média nacional (3%), à média da região do Médio Tejo e à da zona Centro (3,8%);
- A expressão da indústria no emprego gerado não chega a 7%, ficando muito abaixo dos 20,3% da região Centro. Ainda assim, destaque-se a indústria metálica (2,4%) e a alimentar (1,1%) como sinais ténues de alguma atividade produtiva.

Esta reduzida existência de emprego em qualquer dos sectores de especialização produtiva sublinha a dificuldade da região em, por um lado, encontrar vantagens comparativas que lhe permita concorrer à escala regional ou nacional – oferta diferenciada – quanto mais atingir uma escala produtiva que assegure quantidade e preços atrativos – oferta competitiva.

Para além da dificuldade que o concelho encontra em produzir, verifica-se a existência de uma economia informal, generalizada, representada por produções agrícolas de reduzida dimensão, geralmente para consumo próprio em regime de complemento de rendimentos. Em conjunto, este regime de autoconsumo pode representar um potencial de criação de alguma base produtiva e, conseqüentemente, da capacidade de gerar emprego. No entanto, é fundamental criar incentivos reais para alterar esta realidade, promovendo e construindo ligações entre produtores de

todo o concelho, incapazes de, individualmente, se organizarem e responderem às obrigações do mercado formal, nomeadamente a garantia de certificação, a definição de preços ou a negociação com potenciais clientes. A situação atual conduz ao aumento das assimetrias salariais face a outras regiões do país e ao permanente baixo nível de salários praticados no concelho, situado nos 784 euros, ainda distante dos 940 euros de ganho médio da região centro.

Neste cenário, a particularidade da inserção geográfica de Vila Nova da Barquinha, nomeadamente a proximidade a Lisboa e a um conjunto importante de infraestruturas de transporte e logística - A23, a Estação de Caminhos-de-ferro de Entroncamento a 5 minutos, o Porto e Aeroporto de Lisboa a 1 hora de distância e a Plataforma Multimodal de Riachos em Torres Novas - é um dos mais relevantes trunfos do concelho nos esforços de expansão e dinamização do tecido empresarial e da bolsa de empregos, o qual foi já reconhecido e potenciado pela construção do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha. A construção deste espaço de acolhimento empresarial constitui um importante passo num processo de renovação de vantagens competitivas que exige agora outros investimentos em redes e infraestruturas, na desmaterialização de processos e gestão em rede e na modernização e capacitação institucional.

Quadro 3. Principais indicadores de caracterização de Vila Nova da Barquinha

Temáticas e Indicadores de Análise Territorial		Ano	Unidade	Posição absoluta				Posição relativa do concelho			Fonte	
				Área	UE Europeia	Área Total	Distrito	Portugal	Unidade	Área Total		Portugal
Área		2012	km2	50	3344	28199	92212	%	1,5%	0,1%	DGT	
		2011	nº	7 322	247 331	2 327 755	10 562 178	%	3,0%	0,1%	INE, Censos	
	População	Taxa de crescimento populacional	2001-11	%	-3,8%	-2,9%	-0,9%	2,0%	em p.p.	-0,9	-5,8	INE, Censos
		Taxa de crescimento natural	2001-11	%	-3,2%	-4,5%	-2,6%	0,2%	em p.p.	1,2	-3,3	INE, Censos
	Taxa de crescimento migratório	2001-11	%	-0,6%	1,5%	1,8%	1,8%	em p.p.	-2,1	-2,4	INE, Censos	
Densidade Populacional	Relativa à área total	2011	Hab./km2	148	74	83	115	Índice	199,9	129,1	INE, Censos	
	Ajustada à superfície urbana	2011	Hab./km2	416	202	230	219	Índice	205,6	189,6	INE, Censos e DGT	
	Índice de Envelhecimento Estrutural	2011	nº	182	189	163	128	Índice	98,6	142,2	INE, Censos	
Estratos Etários	Índice de Juventude	2011	nº	55	54	61	78	Índice	101,4	70,3	INE, Censos	
	Nenhum nível de escolaridade	2011	%	18%	20%	20%	19%	em p.p.	-2,4	-1,2	INE, Censos	
	Básico	2011	%	58%	57%	56%	55%	em p.p.	1,2	3,0	INE, Censos	
Habilidades	Secundário	2011	%	14%	13%	12%	13%	em p.p.	1,4	1,1	INE, Censos	
	Pós-secundário e superior	2011	%	10%	10%	11%	15%	em p.p.	-0,3	-2,9	INE, Censos	
Densidade de alojamentos		2011	nº/km2	83	48	51	64	Índice	174,0	130,3	INE, Censos	
	Residência Habitual	2011	nº	2 888	56 947	898 857	3 981 112	%	3,0%	0,1%	INE, Censos	
	Peso dos alojamentos vagos	2011	% aloj.	15,8%	14,6%	13,6%	12,5%	em p.p.	1,2	3,2	INE, Censos	
	Idade média dos edifícios	2011	nº anos	41	42	38	38	Índice	98,5	108,7	INE, Censos (1)	
Taxa de urbanização	Necessidades de reparação	2011	% edifícios	24,2%	30,6%	28,6%	28,9%	em p.p.	-6,4	-4,7	INE, Censos	
		2011	%	0%	40%	35%	61%	em p.p.	-40,0	-61,0	INE, Censos	
Emprego por Setores de Atividade (total = 100%)	Emprego Total	2011	nº	2 017	92 575	802 047	4 250 388	%	2,2%	0,0%	INE, Censos	
	Agricultura, silvicultura e pesca	2011	%	0,5%	2,5%	5,8%	3,0%	Índice	20,0	16,3	INE, Censos	
	Indústria	Extrativa	2011	%	0,1%	0,3%	0,4%	0,3%	Índice	49,4	51,6	INE, Censos
		Alimentar	2011	%	1,1%	2,3%	2,4%	1,8%	Índice	50,5	62,0	INE, Censos
		Textil, vestuário e calçado	2011	%	0,1%	2,6%	2,6%	4,4%	Índice	5,8	2,8	INE, Censos
		Madeira, cortiça e mobiliário	2011	%	0,4%	2,7%	2,2%	1,8%	Índice	16,8	24,3	INE, Censos
		Papel e publicações	2011	%	0,6%	1,7%	1,0%	1,0%	Índice	34,5	59,2	INE, Censos
		Química	2011	%	0,3%	0,9%	1,4%	1,2%	Índice	32,3	25,4	INE, Censos
		Metalúrgica	2011	%	2,4%	2,8%	4,4%	2,8%	Índice	83,5	85,3	INE, Censos
		Mecânica e eletrónica	2011	%	0,6%	1,2%	1,8%	1,7%	Índice	56,0	37,8	INE, Censos
		Material de transporte	2011	%	0,0%	0,9%	1,5%	1,1%	Índice	5,3	4,4	INE, Censos
		Material de construção	2011	%	0,8%	1,6%	2,8%	1,0%	Índice	49,3	75,6	INE, Censos
	Serviços	Construção	2011	%	5,0%	9,0%	8,8%	8,0%	Índice	55,2	62,4	INE, Censos
		Energia, água e saneamento	2011	%	0,5%	1,6%	1,3%	1,3%	Índice	30,1	38,4	INE, Censos
		Transportes e logística	2011	%	2,9%	4,5%	4,1%	4,7%	Índice	64,0	80,8	INE, Censos
		Distribuição e comércio	2011	%	11,0%	18,3%	18,3%	17,4%	Índice	60,3	63,1	INE, Censos
		Serviços empresariais	2011	%	5,5%	8,8%	9,6%	13,7%	Índice	62,6	40,3	INE, Censos
		Hoteleiros e restauração	2011	%	5,4%	5,4%	5,8%	6,7%	Índice	84,4	80,6	INE, Censos
		Educação, saúde e cultura	2011	%	19,4%	21,5%	21,2%	20,7%	Índice	90,1	83,7	INE, Censos
	Administração pública	2011	%	43,3%	10,3%	6,8%	7,3%	Índice	418,6	590,7	INE, Censos	
	Unidades empresariais	Unidades empresariais	2013	nº	522	23 024	250 009	1 148 901	%	2,3%	0,0%	INE, SCI Empresas (2)
		Taxa de crescimento estabelecimentos	2011-13	%	-6,3%	-6,6%	-1,2%	-1,5%	em p.p.	0,3	-4,8	INE, SCI Empresas (2)
	Turismo	Capacidade de alojamento	2014	nº	n.a.	8 854	44 784	588 946	%	x	x	INE, Est. Turismo
Rendimento		2013	€	784	938	940	x	Índice	83,6	x	ME, Quadros Pessoal	
Superfície Agrícola	S.A.U total	2009	nº (ha)	413	47 754	570 008	9 668 121	%	0,9%	0,0%	INE, Recens. Agrícola (3)	
	Territórios artificializados (tecido urbano e outros usos urbanos)	2006	nº (ha)	599	9 571	91 356	309 133	%	6,3%	0,2%	DGT, CLC (3)	
	Áreas agrícolas e agro-florestais	2006	nº (ha)	1 185	111 281	1 013 781	4 197 723	%	1,0%	0,0%	DGT, CLC (3)	
	Florestas e meios naturais e semi-naturais	2006	nº (ha)	3 074	207 939	1 683 646	4 258 951	%	1,5%	0,1%	DGT, CLC (3)	
Proporção de superfície de sítios de RN 2000 e ZPEs		2014	(%)	0%	0%	0%	0%	em p.p.	-	-	IONB, INE	
	Total recolhidos por habitante	2014	kg/hab.	470	397	411	433	Índice	118,4	109,8	INE, Est. Res. Mun.	
Resíduos urbanos	Recolhidos seletivamente por habitante	2014	kg/hab.	72	53	39	61	Índice	135,8	118,0	INE, Est. Res. Mun.	
	Consumo de combustível automóvel, por habitante	2014	tep/hab	0,19	1,53	0,65	0,52	Índice	12,1	35,3	MAOTE - DGEG	
População ativa	Total população ativa	2011	nº	3 027	106 984	1 056 225	5 023 367	%	2,8%	0,1%	INE, Censos	
	Taxa de atividade (face à pop. total)	2011	(%)	41,3%	43,3%	45,4%	47,6%	em p.p.	-1,9	-6,2	INE, Censos	
Insucesso escolar	Taxa de abandono escolar	2011	(%)	2,0%	1,6%	1,4%	1,6%	em p.p.	0,5	0,5	INE, Censos	
	Taxa de analfabetismo	2011	(%)	5,1%	6,3%	6,4%	5,2%	em p.p.	-1,2	-0,1	INE, Censos	
Desemprego no momento	Total desemprego	2011	nº	290	11 437	116 014	662 180	%	2,5%	0,0%	INE, Censos	
	Taxa de desemprego	2001-11	(%)	9,6%	10,7%	11,0%	13,2%	em p.p.	-1,1	-3,8	INE, Censos	
Índice de dependência	Total ID	2011	%	62,8%	61,9%	55,6%	51,3%	em p.p.	0,9	11,5	INE, Censos	
	Jovens	2011	%	22,3%	21,8%	21,5%	22,5%	em p.p.	0,5	-0,3	INE, Censos	
	Idosos	2011	%	40,5%	40,1%	35,1%	28,8%	em p.p.	0,4	11,7	INE, Censos	
Proporção famílias unipessoais com mais de 65 anos	Verificação do total	2001-13	p.p.	11	5	4	4	em p.p.	x	x	INE, Censos	
		2011	%	11,9%	13,5%	11,8%	10,1%	em p.p.	-1,7	1,8	INE, Censos	
Beneficiários do RSI		2014	nº	144	4 419	48 558	320 357	%	3,3%	0,0%	MSESS, Inst. Inform.	

Notas: (1) dados para NUTS III correspondem à configuração de NUTS III em vigor até 2012. Efetuou-se a correspondência mais aproximada possível;
 (2) INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas;
 (3) Estatísticas sem atualização anual - Recenseamento Agrícola com dados disponíveis para 2013 apenas ao nível de NUTS II; CLC - Corine Land Cover (DGT) com dados disponíveis para 1990, 2000 e 2006.
 (4) O quadro não inclui indicadores que só existam para NUTS III.

2. Articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo

O enquadramento cénico onde é constante a presença do rio Tejo, a força da arte contemporânea e do património militar, a dimensão rural e a escala de proximidade que este território oferece surgem como oportunidades na solução dos desafios para o futuro.

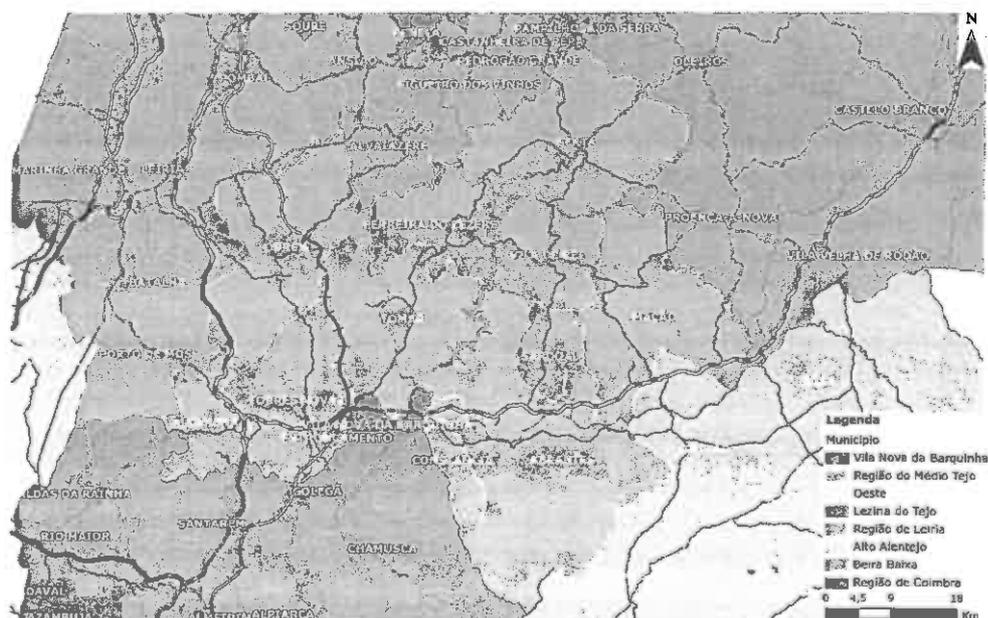
Enquadramento territorial do concelho de Vila Nova da Barquinha

Escalas de articulação dos principais argumentos geradores de crescimento e desenvolvimento

O concelho de Vila Nova da Barquinha está administrativamente enquadrado no distrito de Santarém, na região do Centro do país (NUTS II), sub-região NUTS III do Médio do Tejo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro. A sub-região NUTS III do Médio Tejo abrange também os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertão, Tomar, Torres Novas e Vila de Rei.

É limitado por dois importantes cursos de água, o rio Tejo a Sul e rio Zêzere a Este, que influenciam decisivamente a importância histórica do concelho e a sua atratividade atual, apesar de constituir uma barreira natural ao estabelecimento de ligações de carácter local. Vários territórios vizinhos enquadram a Vila, nomeadamente Tomar e Abrantes a Norte, Torres Novas e Entroncamento a Oeste, bem como a Golegã e Chamusca a Sul e Constância a Este (Mapa 2). Deste enquadramento geográfico resulta que o concelho de Vila Nova da Barquinha partilha características territoriais, patrimoniais e económicas com territórios de proximidade que justificam **uma ação concertada na colocação das potencialidades comuns ao serviço do desenvolvimento**, seja através de ganhos associados à escala, do aumento da visibilidade por via regional e da complementaridade natural entre territórios próximos. Esta abordagem pressupõe o mapeamento dos territórios com potencial de intervenção territorialmente homogénea à escala supramunicipal, retirando daí, as conjugações estratégicas passíveis de maximizar as intervenções implementadas no concelho e na região (Mapa 3).

Mapa 2. Enquadramento territorial do concelho de V. N. Barquinha



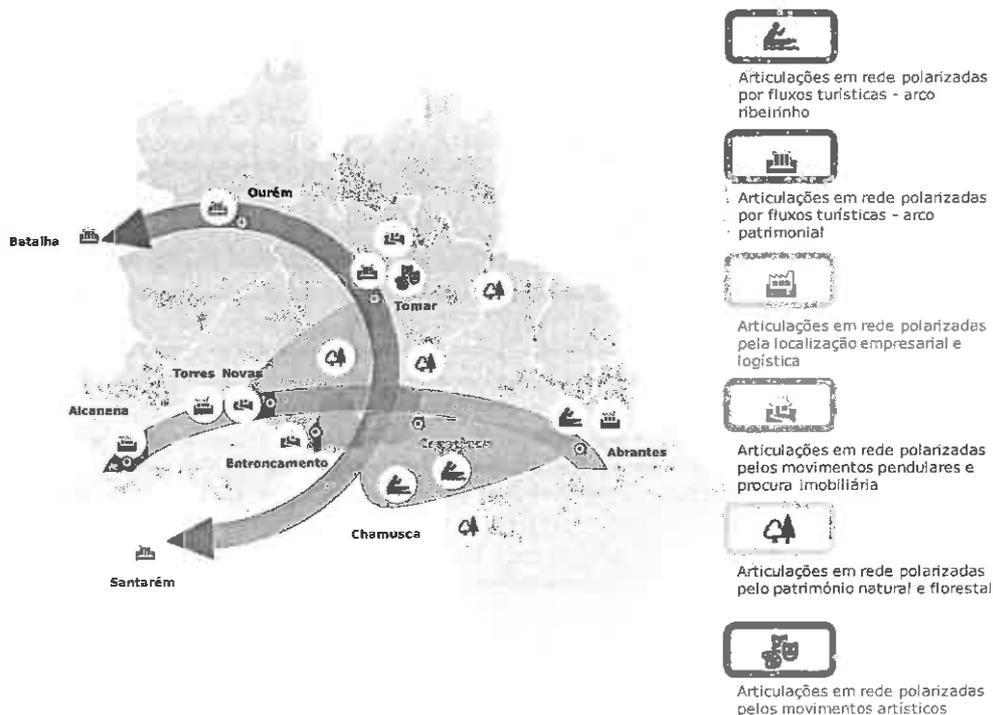
Fonte: Cartografia temática a partir da CAOP 2016. Augusto Mateus & Associados

Em termos de acessibilidade rodoviária, o concelho encontra-se bem servido e ligado às zonas envolventes, sobretudo através do cruzamento entre a A23 e a A13 via nó da Atalaia, da A1 (pelo nó de Torres Novas), da autoestrada do Norte, da EN110, com a ligação a Tomar e da EN3, com ligação para oeste ao Entroncamento, Golegã, e para este para Constância e Abrantes. Em termos ferroviários, o concelho é atravessado por um troço com cerca de 11,5 Km da Linha do Leste, entre o Entroncamento e a Praia do Ribatejo, e que tem ligação tanto à linha do Norte, via Entroncamento, como à linha da Beira Baixa, em Abrantes. Existem, no concelho, três estações – designadamente, Barquinha, Almourol e Praia do Ribatejo – bem como um apeadeiro, Tancos.

Analisando o território em maior detalhe, observa-se que o concelho de Vila Nova da Barquinha exibe um relevo heterogéneo, com zonas de características distintas, i.e., apresenta um relevo suave a modelado – sobretudo junto à margem do Rio Tejo, nomeadamente em Tancos e Vila Nova da Barquinha – com zonas de relevo mais acidentado a norte na freguesia da Praia do Ribatejo, em especial o vale encaixado do rio Zêzere.

Tal como vários territórios envolvente, o concelho faz parte do conjunto de **territórios com dominante florestal**, uma ruralidade que é também a oportunidade de uma **partilha identitária** proveitosa ao nível produtivo e na valorização de recursos endógenos a promover de forma integrada. A cooperação regional em torno de **objetivos de desenvolvimento coerentes e comuns** é uma característica fundamental.

Mapa 3. Articulação territorial dos elementos distintivos de V. N. Barquinha



Fonte: Augusto Mateus & Associados

A **valorização produtiva da floresta e da agroindústria** recomenda assim, a conjugação de projetos em torno de ambições partilháveis (cooperativas, produções regionais, imagem/marca identitária e ordenamento florestal) e que permitam colocar a região num novo patamar de relevância que, numa forma individual, seria dificilmente corporizados.

Por outro lado, o potencial de **valorização turística do património natural, histórico e artístico**, onde o Castelo de Almourol, a natureza na perspetiva da biodiversidade, com especial enfoque na Praia do Ribatejo/margens do rio Zêzere, a frente ribeirinha e, numa dimensão mais recente, as artes e a criatividade, ganham maior dimensão quando enquadrados no arco turístico regional e integrados em redes e numa lógica de estruturação conjunta do produto turístico da região.

Elementos distintivos de Vila Nova da Barquinha no Médio Tejo

De acordo com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Médio Tejo, a principal característica distintiva da região é a diversidade territorial que, apesar de assegurar diversas áreas de valorização, exige uma articulação do quadro supramunicipal que valorize a transversalidade, a cooperação e a construção de arcos regionais. Importa, no entanto, assegurar que as especificidades de cada um dos territórios são respeitadas e distinguidas. Assim, no sentido de respeitar este enquadramento, o diagnóstico prospetivo da EIDT do Médio Tejo apresenta **quatro vetores distintivos da região**, que são essenciais para que o território afirme a sua atratividade:

- a **riqueza e diversidade patrimonial**, pelo seu potencial de afirmação turística e pelo papel determinante na afirmação de uma identidade regional que se pretende focalizar em torno das bacias do Tejo e do Zêzere;
- os segmentos agrícolas que se têm vindo a assumir como distintivos da região, enquanto oportunidade de afirmação de produtos regionais;
- a **articulação da base produtiva** com instituições relevantes de aprofundamento de conhecimento, com potencial de desenvolvimento de um modelo de especialização inteligente;
- a **centralidade de localização e acessibilidade**, como oportunidade na consolidação de um modelo de articulação inteligente entre as cidades e os polos rurais da região, do ponto de vista da gestão e otimização de recursos e equipamentos.

Associados a estes vetores, a região apresenta um conjunto de elementos que constituem os trunfos essenciais para o desenvolvimento do Médio Tejo e que estão relacionados com as características do território, com a sua história e património e com a qualidade de vida que resulta de uma certa ruralidade, numa lógica de continuidade territorial associada aos centros urbanos. Nesta perspetiva, destaca-se:

- **Recursos endógenos**, nomeadamente a floresta – com um extenso coberto florestal com potencial de valorização económica alargado – e uma significativa rede hidrográfica, onde se destacam os rios (Almonda, Alviela, Nabão, Zêzere, Ocreza e Tejo) e as albufeiras (Castelo de Bode, Cabril e Bouçã); os produtos regionais com tradição e qualidade e potencial de aceitação no mercado);
- **Rede patrimonial** assente no vasto património natural e construído. Em termos naturais destaque para o Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, a reserva natural do Paul do Boquilobo, o Sítio de Sicó-Alvaiázere; o património histórico tem como ex-libris aquele reconhecido pela UNESCO – conjunto Castelo e Convento de Cristo – os castelos, os vestígios arqueológicos, as aldeias de xisto, e o património ferroviário; a religião encontra representação no Santuário de Fátima e no vasto conjunto de Igrejas e Capelas;
- **Ambiente empresarial** com especialização produtiva que combina setores ligados à exploração de recursos endógenos (pasta e papel e publicações, madeira, cortiça, mobiliário e alimentares) com indústrias metálicas e o têxtil, vestuário e calçado e o ambiente de inovação associado ao SCTR que envolve entidades locais como o IPT, *Tagusvalley*, NERSANT, *Agrocluster* do Ribatejo e o CTIC;

- **Cidades e modelo de vida**, numa região que estima a coexistência de realidades urbanas e rurais, valorizando a qualidade de vida que resulta dessa articulação. Ao conjunto de núcleos urbanos complementares de relevância regional (Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas) associam-se polos rurais (Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Vila Nova da Barquinha, Sertã e Mação), estando asseguradas as devidas particularidades ao nível da vivência, da coesão, da mobilidade, entre outras.

Vila Nova da Barquinha é um território de densidade média-alta no contexto do Médio Tejo, sobretudo por ter uma extensão territorial de 49,53 km² (apenas superior à do Entroncamento) e que não esconde, ainda assim, o reduzido número de população a habitar no concelho. Em linha com as tendências que normalmente se verificam em municípios desta tipologia territorial, assistiu-se a uma **progressiva desertificação e ao envelhecimento populacional, bem como a uma reduzida massa crítica** que, apesar de tudo, constituem, atualmente, a base para que sejam apresentados um conjunto de fatores distintivos e de vantagens que devem ser enaltecidas e **valorizadas numa perspetiva de ruralidade positiva**.

Como outros territórios do Médio Tejo, Vila Nova da Barquinha vê a sua atratividade construída na genuinidade do rural e na riqueza paisagística distintiva da região (o vento, o sol e a água), na importância da natureza enquanto vetor de desenvolvimento e de valorização territorial, sobretudo da floresta. Estes recursos endógenos são um dos principais argumentos de desenvolvimento do concelho, onde as potencialidades naturais podem atrair visitantes e turistas e, simultaneamente, contribuir economicamente para a região, sendo na sua composição particular e nas marcas que a história distintamente deixou no seu território em concreto que o concelho afirma a sua identidade. A **extensa mancha florestal** que, aliás, caracteriza os territórios da zona do Pinhal, é um recurso ambiental, económico e energético muito relevante.

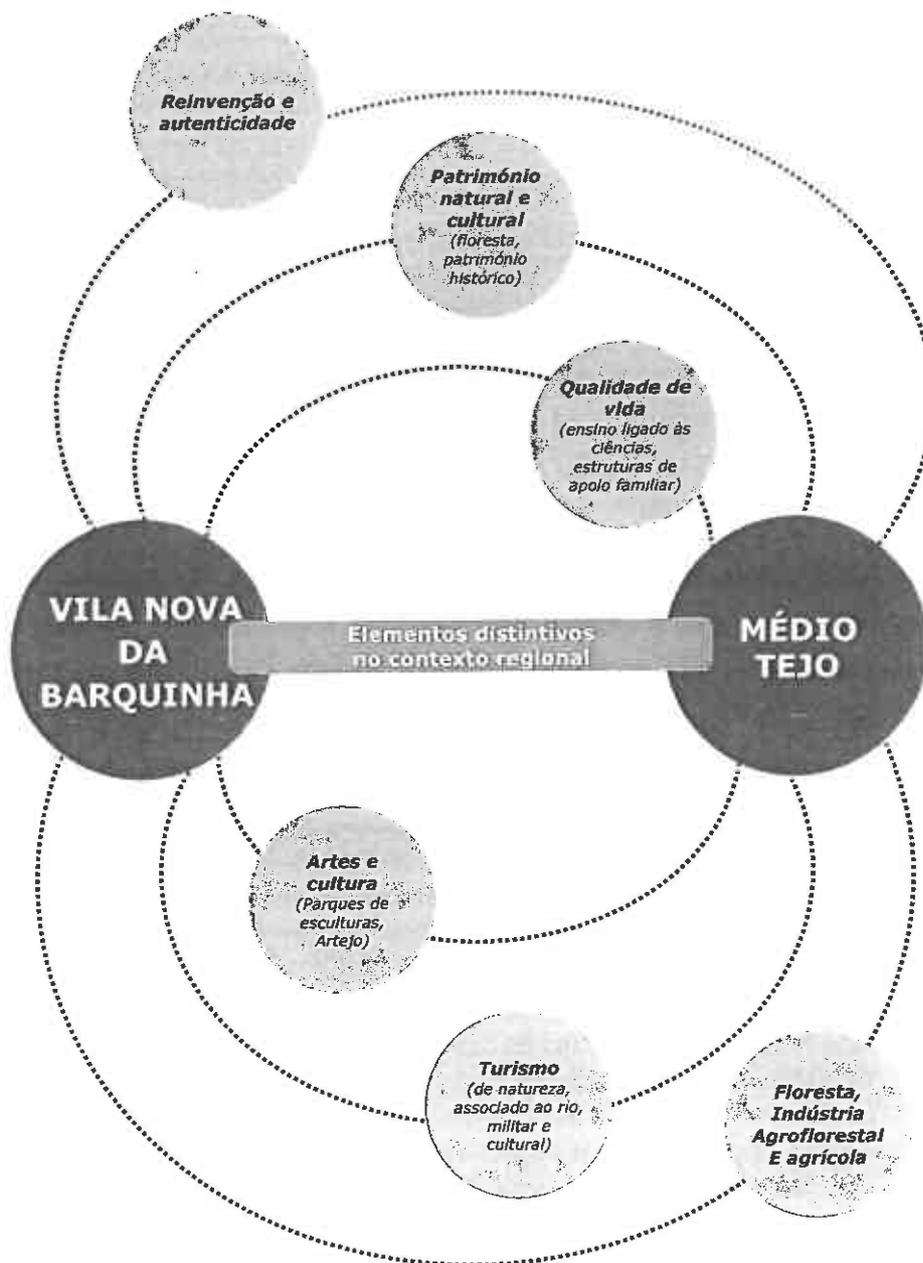
Assim, do ponto de vista económico, Vila Nova da Barquinha é, à luz da baixa densidade económica e populacional, um território com especialização produtiva em aberto. As oportunidades de negócio precisamente relacionadas com os produtos endógenos são um foco de interesse em V. N. Barquinha, correlacionado com **segmentos do setor agrícola e da fileira agroflorestal**, para além da componente energética ligada à biomassa. Por outro lado, fazendo parte dos concelhos do centro de Portugal, é um território com boas acessibilidades rodoviárias, enquadrado numa região com vantagens de localização evidentes. A tal facto não é alheia a estratégia de atração de empresas para o concelho por via da argumentação dos benefícios logísticos que lhe estão associados.

Na perspetiva da atratividade para novos residentes, o concelho destaca-se por assumir uma **política ativa de promoção da qualidade de vida**, materializada em investimentos e iniciativas de melhoria de equipamentos e infraestruturas sociais e da oferta de serviços de apoio à família, nomeadamente a existência de uma loja do Cidadão e, sobretudo, uma rede educativa moderna e audaz (de que o Centro de Ciências é o maior exemplo). Esta estratégia assenta numa aposta de descentralização e de proximidade, que visa não só a coesão e a inclusão social, bem como um modelo residencial alternativo aos centros urbanos, caracterizado pelo desafogo e pela baixa densidade e complementado por uma aposta na cultura que se pretende que seja um fator determinante no concelho.

Nestas circunstâncias, o **potencial de valorização turística** é promissor, tendo em conta os recursos turísticos existentes, passíveis de enquadramento nas tipologias de turismo rural, militar, de natureza e cultural, em integração em redes e percursos

existentes no quadro regional, complementares, e que estão de acordo com a estratégia Médio Tejo 2020. Neste contexto, a **herança templária**, as **tradições**, a **relevância militar**, a **gastronomia**, o **património natural** e o **património histórico** são também elementos distintivos a ter em consideração na valorização de Vila Nova da Barquinha *per si* e no contexto regional.

Figura 3. Elementos distintivos de Vila Nova da Barquinha no Médio Tejo: o jogo de soma positiva na conjugação entre uma afirmação municipal e supramunicipal



Fonte: Augusto Mateus & Associados

3. Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha

*A tónica na dinamização económica e na
qualidade de vida das famílias como fatores
geradores de atratividade e sobre os quais
pode ser desenvolvido o projeto de um
concelho ligado às artes e às ciências,
regionalmente integrado e articulado.*

Visão e enquadramento estratégico

A **qualidade de vida** associada ao encontro entre o património e as artes, bem como o impulso de **valorização económica** são fundamentais para o desenvolvimento de um território centrado nas pessoas e na cooperação com as restantes centralidades regionais.

A estratégia desenhada aspira a tornar o concelho num território que equilibra diferentes dimensões, espelhadas na **Visão** de futuro e que garantem que a **Missão** que lhe está associada é cumprida (Figura 4). Este equilíbrio agrega diferentes dimensões complementares, tais como o património e as áreas social e económica, que concorrem para que Vila Nova da Barquinha se posicione como um território cujo objetivo é o de **oferecer bem-estar**, tanto à população que reside ou procura residir, como àquela que visita. Procura-se que esta apetência esteja **assente num forte suporte territorial e numa crescente e tendencialmente mais vibrante base económica**, integrada numa rede regional colaborante e articulada.

Materializar esta visão passa por colocar em prática **três orientações estratégicas (OE)** essenciais, orientadas por objetivos específicos subjacentes às áreas temáticas onde se enquadram, mas que têm especial enfoque no **equilíbrios identificados e que promovem a qualidade de vida, o crescimento económico e a atratividade**, sistematizados da seguinte forma:

- **OE1. Valorizar o encontro entre a natureza, a frente ribeirinha, o património do passado e a produção artística e criativa:** engloba os objetivos dirigidos à afirmação do turismo e do lazer assentes na regeneração e qualificação e valorização do património natural e histórico, das frentes ribeirinhas do Tejo e do Zêzere e da sua articulação com uma nova orientação do concelho para a indústria criativa;
- **OE2. Alastramento da regeneração urbana e consolidação de novas plataformas de partilha e diálogo:** inclui a construção de fatores de atratividade para novos residentes (permanentes ou temporários), que contribuam, simultaneamente, para a coesão da comunidade, assente numa relação de proximidade num contexto sustentável onde a arte e a criatividade são motores de renovação;
- **OE3. Impulso tripartido da dimensão económica: logística, agroindústria e florestas e desenvolvimento de novos setores:** integra o eixo de desenvolvimento mais competitivo, baseado na criação de soluções para os territórios rurais – seja por via do reforço da agroindústria, seja pela valorização da componente florestal predominante no território – e na ativação das vantagens de localização empresarial. Pretende-se desenvolver novas dinâmicas económicas que possibilitem promover a criação de emprego e fixar e atrair pessoas.

Visão de futuro para a Vila Nova da Barquinha: ser um território que valoriza as artes, mas que preserva a memória, com uma crescente atividade económica e que beneficia das frentes ribeirinhas do Tejo e do Zêzere e da articulação com os territórios da região para ser atrativo para residentes e visitantes.

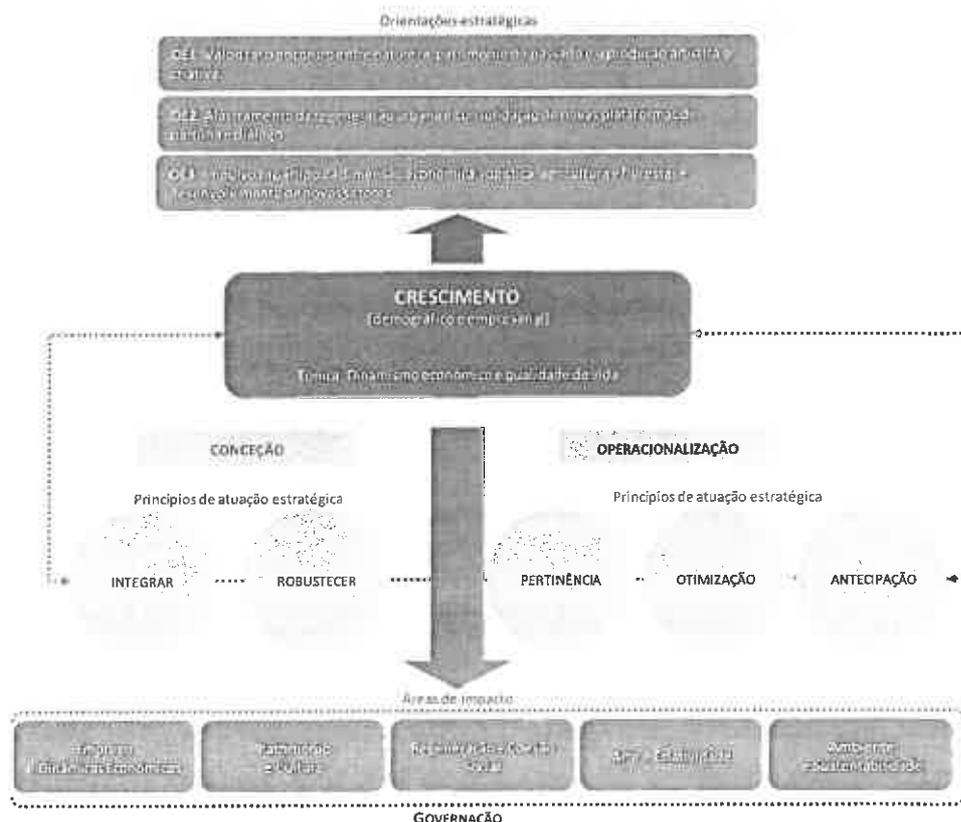
Missão: assegurar o crescimento populacional e económico, apostando na qualidade de vida.

No sentido de atingir este equilíbrio entre promover a qualidade de vida e gerar dinamismo económico, é fundamental lançar uma estratégia que combine duas perspetivas fundamentais, a da conceção e a da operacionalização:

- A **perspetiva de conceção** baseia-se em dois princípios de atuação subjacentes à definição das orientações estratégicas: i) a **integração** de áreas de atuação que englobem novas perspetivas de desenvolvimento e que as integrem em articulações territoriais; ii) o **robustecimento** dos fatores críticos de desenvolvimento, que tornam o território distinto e que incluem as dimensões que promovem inclusão, crescimento e sustentabilidade.
- A **perspetiva da operacionalização**, por outro lado, considera três princípios de atuação estratégica que sustentam as condições de base para a seleção das intervenções, considerando: i) a **pertinência** dos projetos, que respondam às solicitações críticas de desenvolvimento do território; ii) a **otimização** dos resultados, objetivando a máxima eficiência e eficácia das intervenções e iii) a **antecipação**, baseado nas problemáticas evidenciadas no território, mas antecipando desafios que se delineiam pela avaliação das tendências.

Desta forma, as áreas de impacto de primeiro nível são aquelas que estão relacionadas com áreas de dinamização da economia, com o objetivo de criar novos empregos através da dinamização de diferentes setores, tanto os que valorizam os recursos endógenos como os que atraem empresas através da atratividade da eficiência logística. A estas associam-se a valorização do património e da herança cultural, bem como das novas dimensões associadas com a arte e criatividade, garantindo a sustentabilidade social e ambiental de Vila Nova da Barquinha.

Figura 4. Visão e estratégia de desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha



Fonte: Augusto Mateus & Associados

O **quadro estratégico do concelho de Vila Nova da Barquinha** (Quadro 4) sustenta-se ainda em **áreas de atuação (AA)** específicas para cada uma das **orientações estratégicas** que, por sua vez, concorrem para um conjunto de objetivos específicos que encerram as pretensões de afirmação temática do território. O seu quadro de articulação especifica-se ao longo das páginas seguintes.

Quadro 4. Quadro estratégico para consolidar a visão de futuro de V. N. Barquinha

OE1.	Valorizar o encontro entre a natureza, a frente ribeirinha, o património do passado e a produção artística e criativa
AA1.1.	Qualificar os recursos endógenos, dando relevância às frentes ribeirinhas e integrando preocupações de sustentabilidade
AA1.2.	Afirmar o turismo ativo e cultural e promover o lazer
AA1.3.	Projetar a visão de um concelho criativo
AA1.4.	Promover a continuidade territorial
OE2.	Alastramento da regeneração urbana e consolidação de novas plataformas de partilha e diálogo
AA2.1.	Dar continuidade aos processos de regeneração urbana
AA2.2.	Induzir a contaminação positiva do ensino das ciências, das artes e da criatividade
AA2.3.	Renovar a coesão social
OE3.	Impulso tripartido da dimensão económica: logística, agroindústria e florestas e desenvolvimento de novos setores
AA3.1.	Valorizar o posicionamento do centro de negócios e enquadrá-lo na rede regional de parques
AA3.2.	Desenvolver a dimensão económica do concelho, aumentando a densidade populacional e o emprego
AA3.3.	Promover a economia de base local e a dimensão rural, reforçando a aposta na agroindústria e na valorização produtiva da floresta

Fonte: Augusto Mateus & Associados

Orientações estratégicas do concelho de Vila Nova da Barquinha

Orientação Estratégica 1- Valorizar o encontro entre natureza, património do passado e a produção artística e criativa

A diversidade e complementaridade do património presente em Vila Nova da Barquinha, a sua localização geográfica e as características naturais são mais-valias inegáveis na potenciação de um território atrativo e que promove a qualidade de vida tanto dos que aqui residem como para os visitantes e turistas. É nesta dupla perspetiva de atração que reside a orientação estratégica que passa por estimar e valorizar os recursos endógenos do território e a herança histórica e cultural do concelho, projetando o futuro da Vila Nova da Barquinha com foco nas artes e na indústria criativa.

No sentido de continuar a construir um concelho que se oriente pela qualidade de vida oferecida aos que habitam e aos que visitam, é obrigatório dar resposta às necessidades materiais das populações e, para tal, continuar a progressiva recuperação da habitação e das infraestruturas, apostando na oferta de serviços que vão de encontro às necessidades dos cidadãos. No entanto, à qualificação do ambiente urbano deve estar associado o desenvolvimento de iniciativas que promovam a sustentabilidade ambiental e de outras focadas em conteúdos imateriais, sobretudo de natureza cultural, uma vez que estes são eixos de intervenção fortemente interligados quando a lógica subjacente é a da promoção de melhores condições de vida. Quanto ao segundo ponto, e a título de exemplo, destaca-se a exploração do espaço e da natureza cénica do parque urbano para o desenvolvimento de eventos e outras atividades culturais e criativas.

Encontra-se **pertinência** nesta dinâmica na forma de contrariar processos de **decréscimo populacional** e de **estagnação de dinâmicas sociais** que se verificaram no concelho e um pouco por outros territórios vítimas da interioridade. Atrair população e visitantes, complementando os projetos existentes na área da educação e do empreendedorismo, é, portanto, a forma de assegurar sustentabilidade demográfica e, conseqüentemente, económica. Por outro lado, os processos de regeneração urbana encontram complementaridades nos recursos naturais do próprio território – sobretudo na sua frente ribeirinha, ímpar e atraente – e devem estender-se à mitigação dos riscos associados às **vulnerabilidades ambientais** (decorrentes das vulnerabilidades do sistema hídrico, dos perigos da não dinamização consistente da floresta e das alterações climáticas).

O **objetivo desta orientação estratégica** consiste em identificar as três dimensões essenciais para aumentar a atratividade do concelho, que se complementam e cujo equilíbrio da sua promoção constitui o principal desafio para o futuro. Ou seja, considerar que património natural, herança histórica e promoção das artes concorrem para valorizar o concelho, num entendimento alargado de atratividade que envolve o setor público e o privado e que não pode ser conseguido sem a articulação com os territórios da região de Lisboa e do Médio Tejo.

Deste modo, **os principais desafios** que se colocam neste OE são o equilíbrio no desenvolvimento destas dimensões e a criação de ofertas que as articulem, mantendo-as interessantes tanto para a atração de residentes como de visitantes que, por natureza, respondem a incentivos diferentes.

Para esta orientação estratégica concorrem os objetivos de quatro áreas de atuação (AA), nomeadamente: **AA1.1. Qualificar os recursos endógenos, dando relevância às frentes ribeirinhas e integrando preocupações de sustentabilidade; AA1.2. Afirmar o turismo ativo e cultural e promover o lazer; AA1.3. Projetar a visão de um concelho criativo; e AA1.4. Promover a continuidade territorial.**

Na área de atuação de **(AA1.1.) Qualificar os recursos endógenos, dando relevância às frentes ribeirinhas, e integrando preocupações de sustentabilidade** incluem-se as intervenções dirigidas à sustentabilidade ambiental na regeneração urbana e noutros setores. Em concreto, importa:

- Requalificar o património natural e edificado – sobretudo o Castelo de Almourol – e valorizar a paisagem ribeirinha, construindo-a como um ativo coletivo que assume particular relevância como potenciador de atividades culturais e económicas. Em concreto, qualificar o Cais das Galeotas, promovendo a sua associação ao período dos Descobrimentos;
- Adotar medidas que protejam os recursos naturais, em particular as florestas, e que reforcem o ordenamento do espaço rural do município, dinamizando estes espaços e reduzindo o seu abandono, nomeadamente através de soluções que assegurem a eficácia das ZIF's;
- Na ótica da sustentabilidade ambiental, considerar a adoção gradual de programas e intervenções condutoras à eficiência energética e à menor pegada carbónica, assim como a adaptação às alterações climáticas, com particular preocupação para em relação às margens ribeirinhas.

A área de atuação de **(AA1.2.) Afirmar o turismo ativo e cultural e promover o lazer** dirige-se à necessidade de posicionar a dimensão de atratividade de não residentes em todo o potencial de recursos turísticos de Vila Nova da Barquinha – em particular o *touring* paisagístico e cultural, o turismo ativo e de natureza, o turismo de gastronomia e vinhos, o turismo de artes e o turismo militar – que é capaz de posicionar o concelho como destino turístico para além da contemplação do Castelo de Almourol. Neste sentido, importa:

- Consolidar a intervenção de regeneração urbana mantendo-a ancorada na **produção e oferta de novas funções e conteúdos**, sobretudo associados à capitalização da aposta nas artes e na extensão do parque urbano para o centro do concelho, e no reforço das articulações e da mobilidade entre os elementos iconográficos do território, assumindo a Vila como "Porta de Entrada" do Castelo de Almourol e construindo uma proposta de valor assente na diversidade e singularidade de experiências com alto conteúdo recreativo, de aprendizagem lúdica e estética;
- **Abrir novas frentes de atração turística**, desenvolvendo oferta integrada de dois tipos de turismo: o primeiro direcionado às artes, articulando o parque de esculturas com novos projetos, nomeadamente o Artejo e as residências artísticas; o segundo orientado para o turismo militar que integra atividades que se estendem um pouco por todo o concelho, em particular, o paraquedismo, os saltos tandem, os museus de Engenharia Militar e das Tropas Aerotransportadas e os espaços abandonados do Ministério da Defesa (Convento do Loreto e Casal do Pote), sendo ainda possível articular esta oferta com o Castelo de Almourol. De um modo geral, o concelho tem todas as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo militar que, neste momento, se encontra num estado embrionário. É, portanto,

fundamental dar consistência e coerência à oferta para esta vertente turística, robustecendo o conceito.

- reconhecer o reduzido impacto económico destes fluxos de visitação que atravessam o concelho, procurando **complementar a oferta patrimonial com um conjunto de iniciativas (nomeadamente de animação) nos aglomerados urbanos**, em particular no centro histórico da sede do concelho, que justifiquem uma maior circulação e fixação dos fluxos de procura e que, conseqüentemente, incentivem a densificação e revitalização do tecido empresarial do concelho.

A área de atuação de (AA1.3.) Projetar a visão de um concelho criativo focaliza-se na procura de novos conteúdos programáticos que continuem o desenvolvimento da imagem de um concelho virado para as artes, estendendo o papel do Centro de Estudos de Arte Contemporânea (CEAC) a outras perspetivas mais tecnológicas e reforçando as parcerias já existentes, nomeadamente com o Instituto Politécnico de Tomar, o Agrupamento de Escolas e a Fundação EDP.

A área de atuação de (AA1.4.) Promover continuidade sublinha a necessidade de articular as áreas de atuação mencionadas nesta orientação estratégica com os territórios envolventes, fazendo face às limitações impostas pela dimensão e pelas características do concelho e valorizando a esfera supranacional na qual esta estratégia se enquadra. A atuação concentra-se em duas áreas fundamentais.

Por um lado, nas abordagens em rede no contexto alargado do Médio Tejo, relacionadas com movimentos pendulares potenciados pela procura de qualidade de vida que, por sua vez, está associado à consolidação de uma rede de espaços de recreio ativo e passivo, que proporcionem bem-estar físico e social, assim como o contacto com a autenticidade, contribuindo para uma vida saudável e equilibrada da população em geral. Este ponto está intrinsecamente ligado com a área de atuação AA2.1 Dar continuidade aos processos de regeneração urbana, onde a regeneração (equipamentos educativos, espaços públicos qualificados, ...) é apontada como forma de atrair residentes e visitantes;

Por outro lado, no posicionamento do concelho enquanto destino turístico de continuidade em relação a Lisboa e ao Médio Tejo, onde pode ser valorizado o **património natural** – através dos percursos na natureza pelas rotas do Zêzere e trilhos de BTT; o arco ribeirinho com Constância e Abrantes; a ligação do concelho a Constância por ciclovia – e o **património histórico** – através da articulação a Tomar na valorização do espólio dos Templários; o arco temático dos Castelos do Tejo, nomeadamente, os Castelos de Abrantes, Ourém, Torres Novas, Tomar; o Mosteiro da Batalha; o património religioso em Fátima e gótico em Santarém.

Assim, a **OE1. Valorizar o encontro entre natureza, património do passado e a produção artística e criativa** assume uma abordagem principal nas questões relacionadas com **qualidade de vida, atratividade de novos residentes e visitantes** – bem como nos mecanismos que permitem estender a sua estadia – focando, igualmente, a preservação de um património natural que se deseja ordenado e produtivo. Desta forma, em conjunto com as orientações estratégicas “OE2- Alastramento da regeneração urbana e consolidação de novas plataformas de partilha/diálogo” e “OE3- Impulso tripartido da dimensão económica: logística, agroindústria e florestas e desenvolvimento de novos setores”, que envolvem iniciativas em torno do reforço económico por via da criatividade e da localização, complementa-se a dimensão social com o reforço empresarial.

Orientação estratégica 2. Alastramento da regeneração urbana e consolidação de novas plataformas de partilha e diálogo

A dimensão do território e da respetiva população permitem afirmar um efeito global interno de **proximidade** em Vila Nova da Barquinha, vantagem esta que associada às **capacidades de acessibilidade externa** se revela como um importante eixo de desenvolvimento competitivo deste território. A este acresce ainda a **relação do território construído com o ambiente**, numa relação rural-urbano muito estreita e onde o rio Tejo tem uma presença identitária determinante. Estes atributos permitem, no seu conjunto, orientar o reconhecimento de Vila Nova da Barquinha como um espaço de oportunidades diferenciadoras onde se associa a **qualidade de vida e vida aprazível** (canalizada pelo reconhecimento da imagem urbana aprazível dos seus lugares e pela coexistência de equipamentos qualificados) a uma **escala de proximidade** que consolida e agrega comunidades e que usufrui ainda de uma **intrínseca ligação com a natureza**, quer esta seja de carácter mais ribeirinho quer seja de carácter mais marcadamente florestal ou agrícola, e que permite afirmar um forte **sentido de ecologia**.

Neste quadro, o trabalho que o município tem desenvolvido quer na temática da **regeneração urbana** (com as ARU's, a PARU, IGT's...) quer na valorização, qualificação e inovação da oferta de **equipamentos** (com particular relevância no âmbito escolar) tem sido fundamental para a definição de um ambiente urbano de qualidade ao qual se associa a **atratividade dos serviços educativos** de Vila Nova da Barquinha, fundamental para o rejuvenescimento populacional.

Por outro lado, a aposta que tem sido assumida pelo município no **desenvolvimento das artes e criatividade**, cuja faceta mais visível é o Parque de Escultura Contemporânea Almourol e o Centro de Estudos de Arte Contemporânea, revelam uma preocupação crescente com a dinamização transversal de toda a população e na atração de outro tipo de visitantes, permitindo assumir a temática da arte e criatividade como meio de atuação e renovação quer das atividades económicas quer dos espaços e das dinâmicas sociais. Neste sentido, quer o caminho já percorrido pelo município, quer as qualidades intrínsecas do território permitem ambicionar regenerar a comunidade e os espaços físicos através da arte e da criatividade, perspetivando-os como vias para a renovação e inovação.

A pertinência desta orientação surge do reconhecimento dos desafios da expansão urbana simultâneos a fenómenos de esvaziamento de edificado existente (evidente no aumento dos espaços devolutos), das dificuldades em imprimir novas dinâmicas funcionais e sociais, e do crescente envelhecimento populacional (com necessidade de rejuvenescimento mas também de garantia de qualidade de vida) associados ao enfraquecimento das atividades económicas, afirmando-se como ameaças ao desenvolvimento futuro deste território.

Nesta ótica, o seu **objetivo geral** é a **atração de novos residentes** (permanentes e/ou temporários) e a **configuração de uma consistente e renovada coesão da sua comunidade**, impulsionada pela **relação de proximidade e qualidade dos seus aglomerados** num contexto sustentável e ecologicamente valioso, pela **oferta qualificada dos serviços e equipamentos** ajustados às necessidades contemporâneas (às famílias, aos seniores, ...), pela **dinamização de uma comunidade coesa** onde a arte e a criatividade são motores de renovação.

Para concretizar estes objetivos, assumem-se 4 áreas de atuação com objetivos e projetos próprios: **AA2.1 Dar continuidade aos processos de regeneração urbana**, alastrando a sua área de atuação; **AA2.2. Induzir a contaminação**

positiva do ensino das ciências, das artes e da criatividade, ancoradas na frente ribeirinha da Vila, traduzindo-as em valor urbano, económico e social; **AA2.3 Renovar a coesão social.**

A área de atuação **AA2.1 Dar continuidade aos processos de regeneração urbana** iniciados, alastrando a sua área de atuação **às frentes ribeirinhas do Tejo e do Zêzere**, direciona-se ao reforço da atratividade (populacional) do município, com particular incidência nas temáticas da mobilidade, acessibilidade, reabilitação urbana. Decorre do esforço que o município tem desenvolvido em particular com a PARU e as ARU's, e do reconhecimento da imagem aprazível dos lugares de Vila Nova da Barquinha. Os seus **objetivos específicos** são:

- **Alastrar a regeneração urbana a todos os aglomerados urbanos**, com particular preocupação dirigida a Praia do Ribatejo que sofreu um brusco processo de redução populacional e económica (decorrente da redução de pessoal na unidade militar de Tancos), assumindo a sustentabilidade e a eficiência energética como premissa nas diferentes intervenções;
- **Consolidar uma imagem coesa de qualidade do ambiente urbano em todo o território**, com especial cuidado pelos espaços públicos (e em particular os vazios intersticiais) e pelos espaços devolutos (edificados ou não);
- **Afirmar a qualidade residencial dos lugares para diferentes públicos** (faixas etárias e tipos de população distinta- permanente, flutuante, residências artísticas, formação), integrando soluções inovadoras ligadas quer aos jovens artistas (público das artes e criatividade) quer a uma população sénior que escolha fixar-se num território onde se percebe o equilíbrio entre o meio ambiente e a qualidade urbana. Este objetivo integra ainda a necessidade de garantir serviços e equipamentos que acompanhem esta qualidade, nomeadamente através da refuncionalização de equipamentos que estejam sobredimensionados ou com usos inadequados às novas necessidades.

A área de atuação **AA2.2 Induzir a contaminação positiva do ensino das ciências, das artes e da criatividade** é orientada para a necessidade de alastrar o impulso artístico e criativo despoletado pelo Parque de Escultura Contemporânea Almourol, pelo Centro de Estudos de Arte Contemporânea e pelo Centro Integrado de Educação em Ciências (Escola Ciência Viva). O reconhecimento de que estes elementos são importantes no alargamento da dimensão científica, artística e criativa de Vila Nova da Barquinha descentrados de si mesmos revela o interesse de envolver todo o território num sentido de disseminação desse impulso – em particular a sede de município – e envolve os seguintes **objetivos específicos**:

- **Desenvolver uma rede de ocupação temporária dos espaços devolutos** dos aglomerados para integração de novas atividades ligadas às temáticas artísticas e criativas (como indústrias criativas ou *startups*), descentralizados do Parque de Escultura Contemporânea Almourol/Barquinha Parque, alastrando a todo o território municipal;
- **Alargar as valências artísticas e criativas disponíveis** através da captação de novas escolas e centros de formação em áreas artísticas inexistentes no território (música, ...);
- **Imprimir processos consistentes e contínuos de agilização da interação entre conhecimento e divulgação** através da aposta em redes e parecerias temáticas que permitam transpor as limitações locais/naturais,

capazes de imprimir (formação e exposição/divulgação: ligação com as escolas, Tomar, etc.);

- **Estimular o ensino experimental, promover a literacia científica e fomentar o ensino cooperativo**, não apenas entre alunos, mas na relação entre os alunos, os pais e a comunidade, incentivando a criatividade e o pensamento crítico.

A área de atuação **AA2.3 Renovar a coesão social**, tem como objetivo a dinamização da comunidade através do reforço da intergeracionalidade e de respostas sociais inovadoras, orientando a atuação para a necessidade de por um lado garantir qualidade de vida às faixas da população mais vulneráveis (franjas extremas da pirâmide etária), por outro lado fomentar a partilha do conhecimento através de espaços de diálogo que alimentem processos de renovação e inovação, atuando de forma a consolidar uma efetiva trajetória de coesão. Esta área de atuação beneficia dos atributos do município de Vila Nova da Barquinha como sejam as redes de proximidade proporcionadas pela escala do seu território ou o contacto com a natureza proporcionado pelo contínuo ribeirão ou pela sua área florestal e também do consistente movimento associativo que a comunidade tem revelado. Estas constituem vantagens cruciais para o bem-estar social e para um quadro de renovação, onde a **saúde** e a **criatividade** surgem como motores de desenvolvimento. Os **objetivos específicos** preconizados configuram-se assim:

- **Reforçar a intergeracionalidade**, como forma de dinamizar as camadas sociais mais frágeis, consolidando espaços de diálogo: partilha do conhecimento, onde a temática das artes e criatividade assumem particular relevância, beneficiando estas do testemunho dos saberes tradicionais relacionados com a olaria e cestaria. Este é um ponto de partida para a criatividade dos novos artesãos, assente igualmente na ideia de que a partilha de dinâmicas promove o envelhecimento ativo e o apoio às famílias;
- **Assumir o associativismo como meio de consolidação e dinamização das comunidades**, orientando a estabilização de consistentes plataformas de diálogo e partilha, onde a formação é essencial.

Para este eixo contribuem ainda de forma determinante a **OE1- Valorizar o encontro entre natureza, património do passado e a produção artística e criativa**, na necessidade de assegurar a sustentabilidade e valorizar os recursos naturais que constituem um dos atributos mais relevantes na configuração da atratividade do município e a **OE3- Impulso tripartido da dimensão económica: logística, agroindústria e florestas e desenvolvimento de novos setores**, na necessidade de assegurar o reforço das dinâmicas económicas e a integração de valor económico na temática das artes, da criatividade e da saúde como novos motores de desenvolvimento.

Orientação estratégica 3. Impulso tripartido da dimensão económica: logística, agroindústria e florestas e desenvolvimento de novos setores

A existência de um ambiente propício ao desenvolvimento de um ecossistema criativo, ancorado na produção artística, deve ser encarado como uma forma importante de dinamizar a economia do concelho, gerando negócios e impactando positivamente no emprego. Beneficiando de um processo já iniciado, onde tem sido estimulada a valorização da arte e da criatividade, aliada ao desenvolvimento do conhecimento e formação (de que a Escola Ciência Viva é um bom exemplo), o caminho já percorrido no campo das artes dá robustez à estratégia de estímulo económico por essa via. No entanto, existem outras dimensões com impacto económico relevante que ainda falta explorar, sendo que, em parte, existem infraestruturas que resultaram de investimentos já realizados e, no restante, é ainda necessário manter o maior envolvimento por parte da autarquia.

A **pertinência** de assumir a dimensão económica como uma temática essencial na orientação estratégica de Vila Nova da Barquinha justifica-se, por um lado, pela necessidade de continuar a afirmar o ecossistema criativo no município e na região, dando-lhe um impulso dinamizador da economia e, por outro lado, pela premência em combater o isolamento do concelho, o envelhecimento demográfico e urbano e melhorar o tecido económico, resultando na redução do desemprego e no reforço da formação dos residentes, associada às dimensões a desenvolver, nomeadamente o turismo, a criatividade e o empreendedorismo.

O seu **objetivo geral** será o de atingir duas dimensões essenciais: a **atratividade** de talentos, empresas e, portanto, novos residentes e a **dinamização da economia local** por via indireta. O grau de envolvimento da autarquia depende da dimensão em análise e do progresso feito pelo concelho em cada uma das áreas de atuação. Enquanto que no caso da logística e da projeção da indústria criativa a própria estratégia pode beneficiar das condições já existentes, no caso da agroindústria e da floresta e do desenvolvimento de novos setores, o maior desafio relaciona-se com a sua densificação e envolve a articulação com a autarquia para que haja capacidade de tornar competitivo este novo tecido produtivo.

Para atingir os seus objetivos, a orientação estratégica "Dimensão económica associada à logística, à agroindústria e florestas e ao desenvolvimento de novos setores" conjuga as seguintes **áreas de atuação**: **AA3.1 Valorizar o posicionamento do centro de negócios e enquadrá-lo na rede regional de parques**; **AA3.2 Desenvolver a dimensão económica do concelho, aumentando a densidade populacional e o emprego**; e **AA3.3 Promover a economia de base local e valorizar a dimensão rural, reforçando a aposta na agroindústria e na preservação da floresta**.

A área de atuação **(AA3.1.) Valorizar o posicionamento do centro de negócios e enquadrá-lo na rede regional de parques** tem como objetivo geral ativar as vantagens de localização empresarial para a atividade logística e de grande distribuição, comprovada pelo aumento da pressão da procura de espaços de acolhimento empresarial no eixo Alcanena – Torres Novas e reconhecida em diversos planos de natureza normativa e estratégica. A dinamização do centro de negócios passa, assim, pela atração de empresas das indústrias agroindustrial, metalomecânica, diversão ou criativas e, reconhecidas estas vantagens de localização e edificado o complexo que as pode acolher, é essencial ativar as restantes condições favoráveis ao acolhimento empresarial, criando um clima apropriado a iniciativas sistémicas de inovação no plano regional, onde se destacam:

- **Cooperação entre PME que operam no mesmo sector**, possibilitando economias de escala - por exemplo o acesso a serviços comuns a que dificilmente teriam acesso pelos custos elevados quando adquiridos de forma individual - e de gama - por exemplo diferentes linhas de produtos produzidos por diferentes empresas podem utilizar o mesmo canal de distribuição ou comercialização, gerando uma maior diluição de custos;
- **Cooperação para a internacionalização**, tanto na perspetiva da abordagem de novos mercados como de fontes de abastecimento em melhores condições;
- **Cooperação para a inovação tecnológica**, baseada na partilha do conhecimento e do saber, criando processos de aprendizagem e inovação coletiva e possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos;
- **Interligar o ecossistema do centro de negócios** com a comunidade local e com a vida urbana.

A área de atuação (**AA3.2.**) **Desenvolver a dimensão económica do concelho, aumentando a densidade populacional e o emprego** é orientada para um conjunto iniciativas em diferentes áreas que contrariem a concentração do emprego em setores ligados aos serviços públicos e diversifiquem a oferta no território, criando novas dinâmicas impulsionadoras da economia. Nesta lógica, existe um conjunto de desafios que se colocam para Vila Nova da Barquinha:

- O papel que o concelho tem a desempenhar na **construção de uma rede regional de polos de acolhimento empresarial**, gerida de forma racional e integrada, e direcionada para captar iniciativas empresariais embrionárias e promover o empreendedorismo associado a indústrias criativas e às artes, seja de base internacional, nacional ou local;
- **Explorar a implementação de soluções inovadoras** de residências seniores e de outras unidades ligadas aos cuidados de saúde deste segmento da população, num ambiente de tranquilidade e proximidade com a natureza. Com boas acessibilidades e com um parque habitacional disponível inserido num contexto urbano onde a escala de proximidade constitui uma vantagem importante, este setor pode, ainda, beneficiar do papel impulsionador do município no seu desenvolvimento, nomeadamente através da disponibilização de terrenos que são propriedade da Câmara Municipal;
- **Articulação com o setor privado para a exploração turística na região**, criando oferta complementar e partilhando a iniciativa de dar visibilidade ao património de Vila Nova da Barquinha com parceiros que tenham interesse em explorar meios náuticos e que se integrem na lógica de sustentabilidade ambiental promovida no concelho e que, portanto, contribuam para uma reduzida pegada carbónica;
- **Desenvolvimento urbano**, essencialmente associado à reabilitação, cuja estratégia se desenvolve na área de atuação AA2.1 Dar continuidade aos processos de regeneração urbana e que se pode focar, preferencialmente, na primeira linha do parque. Este ponto terá como consequência a geração de emprego e, por outro, a melhoria das condições para fixação de novas famílias ou a disponibilização de uma oferta turística mais qualificada, que melhore os níveis de ocupação e que contribua para aumentar o tempo de visitação ao concelho;

- **Valorizar a produção artística promovida dentro do concelho**, cuja visibilidade pode advir da extensão daquela que é dada atualmente aos vários artistas nacionais e empreendedores locais.

A área de atuação **(AA3.3.) Promover a economia de base local e a dimensão rural, reforçando a aposta na agroindústria e na valorização produtiva da floresta**, tem como enfoque principal a reconfiguração do tecido produtivo associado ao território rural, induzindo a sua renovação e impulso. Este ponto compreende um conjunto de objetivos específicos que dependem do papel desempenhado pela Câmara Municipal enquanto organização com capacidade de assegurar a ligação ao mercado e dar escala aos negócios desenvolvidos:

- **Estimular o empreendedorismo agrícola e florestal de base local**, que incite a renovação e inovação por efeito de contágio;
- **Reconfigurar o modelo de exploração do território rural**, com enfoque na modernização e no desenvolvimento de indústria de base endógena;
- **Promover uma base de cooperação temática a nível institucional ou interempresarial com os territórios envolventes**, reforçando a ótica de continuidade e permitindo ganhar escala (por exemplo: olival com Abrantes, medronho com Vila de Rei ou Proença-a-Nova, vinhas com Abrantes, floresta com Vila de Rei);
- **Procurar a revitalização de iniciativas empresariais ancoradas em atividades com tradição no município**, beneficiando de incentivos ao empreendedorismo de base local, com a disponibilização de condições de arranque de projetos associados às especificidades do concelho;

Este eixo está estreitamente ligado aos anteriores, uma vez que a dimensão económica encontra na orientação estratégica **OE1- Valorizar o encontro entre natureza, património do passado e a produção artística e criativa** a plataforma essencial para a sua dinamização. Quanto à **OE3- Alastramento da regeneração urbana e consolidação de novas plataformas de partilha e diálogo**, na necessidade de assegurar o reforço das dinâmicas económicas e a integração de valor económico na temática das artes, da criatividade e da saúde como novos motores de desenvolvimento.

4. Plano de Ação

*Um plano de ação dirigido à inclusão social
e à valorização dos recursos naturais
e patrimoniais, por via da contaminação positiva
das ciências, da arte e da criatividade*

Operacionalização da Visão e estratégia de Vila Nova da Barquinha

No sentido de conferir caráter operacional aos objetivos delineados pela estratégia, apresenta-se, neste capítulo, o plano de ação que a deverá permitir concretizar. O plano de ação constitui a terceira fase de uma metodologia que se inicia na elaboração de um diagnóstico, a que se seguiu a definição de linhas de intervenção estratégica, necessariamente alinhadas e coerentes com a estratégia assumida em termos supramunicipais.

Subjacente ao planeamento estratégico está a definição de um plano de ação que se ajuste às prioridades estratégicas elaboradas e que as complemente. Pretende-se, a este nível operacional, acentuar a importância do envolvimento e da mobilização de parceiros locais e nacionais, de natureza pública ou privada, na plena concretização dos objetivos fixados em termos estratégicos. É desejável que estas instituições, no âmbito das respetivas atividades, desenvolvam projetos alinhados e coerentes com os objetivos dos projetos que aqui se apresentam. Este processo corporiza um mecanismo de desenvolvimento territorial coerente, que reúne contributos e atuações diferenciadas de diversas entidades, que beneficiam de uma progressiva e tendencial consensualização quanto às grandes prioridades de desenvolvimento do território. Tal processo de consensualização em torno de grandes objetivos e prioridades de desenvolvimento só é possível se estiverem definidos os objetivos de intervenção temática, e conjugadas as respetivas ambições e restrições diversas, como sejam os graus de prioridade, as autonomias, as precedências ou os encadeamentos.

A este nível, o papel da administração local está limitado pelas suas próprias competências e pela sua natureza, embora, naturalmente, alguns projetos que extravasam a esfera de decisão local devam ser referenciados em documentos desta natureza, como forma de salientar a articulação existente entre o sucesso de estratégias de desenvolvimento de base local e a implementação de projetos de responsabilidade da administração regional ou mesmo central. Desta forma, cabe às entidades municipais, por um lado, criar condições para que suportar e robustecer a competitividade empresarial e, por outro, promover a coesão social ou a sustentabilidade ambiental, por exemplo, incentivando investimentos geradores de benefícios coletivos.

O Plano Estratégico delineado e o Plano de Ação que pretende efetivar o caminho que se preconiza para o concelho, assumem expectativas realistas de financiamento realista e beneficiar, sempre que possível, dos fundos comunitários mobilizáveis no Portugal 2020, uma fonte de financiamento que deve ser otimizada e utilizada como instrumento de concretização das intervenções necessárias. Espera-se, portanto, que este processo de planeamento estratégico permita alargar os horizontes do concelho e gerar à sua volta uma mobilização significativa para que os objetivos sejam atingidos, dentro de um quadro realista.

O Plano de Ação está organizado em oito projetos estruturantes e, para cada um deles, estão definidas abordagens integradas (Quadro 5) que agrupam intervenções (de maior ou menor abrangência). O contributo destas intervenções para os objetivos definidos na estratégia não é estanque, pelo que se assinala a intensidade do seu contributo para as áreas de atuação definidas nos eixos estratégicos delineados. De seguida apresentam-se fichas para os projetos estruturantes, respetivos objetivos e abordagens integradas.

Quadro 5. Projetos estruturantes e abordagens integradas

PE 1.	Promoção da sustentabilidade ambiental
AI 1.1.	Saneamento Básico das Limeiras e qualificação da rede de esgotos e de águas
AI 1.2.	Eficiência energética em edifícios públicos
AI 1.3.	Criação de mecanismos e ações de prevenção de riscos florestais
AI 1.4.	Incentivo à mobilidade por uso de transporte elétrico
PE 2.	Qualificação dos recursos endógenos
AI 2.1.	Integração no projeto de Geoparque da UNESCO a desenvolver na região
AI 2.2.	Desenvolvimento de percursos ribeirinhos
AI 2.3.	Qualificação dos recursos endógenos naturais e culturais
PE 3.	Afirmação turística e atração por via da criatividade e arte
AI 3.1.	Musealização do Parque de Escultura Contemporânea de Almourol
AI 3.2.	Promoção de eventos culturais e criativos
AI 3.3.	Aprofundamento de nova oferta turística
AI 3.4.	Desenvolvimento de produto turístico associado ao património
PE 4.	Promoção da qualidade de vida e da coesão social
AI 4.1.	Dotação de recursos materiais para a Loja Social de Vila Nova da Barquinha
AI 4.2.	Realojamento de minorias étnicas (famílias referenciadas)
AI 4.3.	Remodelação do edifício de Centro de Dia e ampliação para Lar de Idosos
AI 4.4.	Desenvolvimento de projetos de inclusão social por via da ação escolar e cultural
AI 4.5.	Requalificação e ampliação de equipamentos de saúde e de ação social
PE 5.	Crescente aposta na oferta educativa
AI 5.1.	Monitorização do impacto do Projeto Centro Integrado de Educação em Ciências
AI 5.2.	Atividades lúdicas e pedagógicas de aprendizagem experimental
AI 5.3.	Elaboração e avaliação das políticas educativas do concelho
PE 6.	Equilíbrio no desenvolvimento urbano
AI 6.1.	Construção de passagens desniveladas da linha férrea
AI 6.2.	Desenvolvimento da Rede de Ciclovias de Vila Nova da Barquinha
AI 6.3.	Requalificação de outras infraestruturas urbanas
PE 7.	Valorização económica e apoio empresarial
AI 7.1.	Reativação da base aérea militar
AI 7.2.	Desenvolvimento de infraestruturas de apoio às empresas
AI 7.3.	Ninho de empresas e programas de apoio às empresas de base local
PE 8.	Governança e modernização tecnológica
AI 8.1.	Modernização dos serviços: aquisição de meios informáticos e eletrónicos
AI 8.2.	Tecnologia de apoio ao cidadão

Projetos estruturantes

Projeto estruturante 1	Promoção da sustentabilidade ambiental
Descrição e objetivos gerais	<p>Este projeto assume uma natureza transversal quanto ao contributo para a concretização das orientações estratégicas definidas na estratégia integrada de desenvolvimento de Vila Nova da Barquinha. Pretende dar resposta aos desafios da valorização do ambiente enquanto sustentação principal dos restantes projetos e tem os seguintes objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantir que as atuações no território são combinadas com a sustentabilidade ambiental;• Intervir ao nível da proteção dos recursos naturais, sobretudo a criação de mecanismos e ações de prevenção de riscos florestais;• Melhorar a qualidade de vida da população residente por via do tratamento da água e da menor poluição do ar.
Contributo para as áreas de atuação	AA1.1 ●●● AA1.2 ●● AA1.4 ●● AA2.1 ●● AA3.3 ●
Abordagem integrada 1.1	Saneamento Básico das Limeiras e qualificação da rede de esgotos e de águas
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar as condições de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas da freguesia da Praia do Ribatejo;• Minimizar e gerir os resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde e que constituem um importante problema ambiental e de saúde pública.
Abordagem integrada 1.2	Eficiência energética em edifícios públicos
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">• Implementar medidas de eficiência energética em infraestrutura e equipamento existente com vista à redução dos custos energéticos;
Abordagem integrada 1.3	Criação de mecanismos e ações de prevenção de riscos florestais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">• Minimizar o risco de incêndios florestais;• Requalificar caminhos rurais, desmatção e criação de faixas de contenção.
Abordagem integrada 1.4	Incentivo à mobilidade por uso de transporte elétrico
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir emissões de CO2 e promover projetos de mobilidade sustentável;• Difundir postos de carregamento de veículos elétricos no sentido de promover a sua utilização.

Projeto estruturante 2.

Descrição e objetivos gerais

Qualificação dos recursos endógenos

O projeto de qualificação dos recursos endógenos surge intimamente relacionado com a sustentabilidade ambiental, uma vez que uma parte importante está direcionada para a preservação e valorização do património natural. Tendo em consideração a importância dos recursos que dão autenticidade ao concelho, tem como objetivos:

- Assegurar a preservação do património histórico e cultural, encontrando formas de potenciar o seu interesse e dinamizar o turismo e a economia local;
- Encontrar mecanismos que, por via do reforço da continuidade territorial, comprometam as autoridades a valorizar e conservar o património natural

Contributo para as áreas de atuação

AA1.1 ●●● | AA1.2 ●●● | AA1.3 ●● | AA1.4 ●●●
AA2.1 ● | AA2.2 ●● | AA2.3 ● | AA3.2● | AA3.3.●

Abordagem integrada 2.1

Objetivos específicos

Integração do concelho no projeto de Geoparque da UNESCO a desenvolver na região

- Em conjunto com os concelhos da Golegã, Mação e Sardoal, criar uma estratégia de intervenção e de gestão destinada a conservar e a valorizar o património geológico e ambiental da região;
- Em concreto, no concelho da Vila Nova da Barquinha, preservar as margens do rio Tejo e do Zêzere; a Foz do Zêzere e a confluência do Rio Nabão; a ilha do Castelo de Almourol; os vestígios arqueológicos de Aldeinha, do período Paleolítico; o Convento de Loreto; e os Cais das Limeiras da época dos Descobrimentos.

Abordagem integrada 2.2

Objetivos específicos

Desenvolvimento dos percursos ribeirinhos para promoção de continuidade territorial

- Projetar percursos que promovam a ligação a outros concelhos e criem sinergias na área turística através de rotas que promovam os equipamentos e o património do concelho. Este processo está concebido em 3 fases:
- Fase 1: ligação do Parque Ribeirinho ao Castelo de Almourol; Fase 2: ligação do Castelo a Constância; Fase 3: percurso de ligação ao concelho da Golegã.

Abordagem integrada 2.3

Objetivos específicos

Qualificação dos recursos endógenos naturais e culturais

- Gerir e requalificar os corredores fluviais da bacia hidrográfica da ribeira de Tancos e promover o bom estado ecológico das massas de água;
- Valorizar a qualidade paisagística e ambiental, através da conservação dos valores naturais e da promoção da diversidade biológica;
- Enriquecer a experiência da visita aos principais locais do concelho. Para tal, concretizar os planos de requalificação da Igreja de Tancos e do Castelo de Almourol (sobretudo, o Cais D'el Rei, as condições de acesso ao castelo e o coberto vegetal da ilha)

Projeto estruturante 3.

Descrição e objetivos gerais

Afirmação turística e atração por via da criatividade e arte

Este projeto pretende responder aos desafios inerentes à projeção e visibilidade do concelho de Vila Nova da Barquinha, sublinhando o seu potencial de atração turística. Os objetivos gerais são os seguintes:

- Conceder maior visibilidade turística ao concelho e aos diferentes territórios que o constituem e desenvolver produtos turísticos autênticos, distinguidos pelas suas raízes históricas e alavancados pelas dinâmicas regionais;
- Diferenciar a oferta turística por via de novas formas de atração e dinamização da economia local, alicerçadas nas artes, na criatividade e nas ciências.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.1 ●●● | AA1.2 ●● | AA1.3 ●● | AA1.4 ●●●
AA2.1 ● | AA2.2 ●● | AA2.3 ● | AA3.2● | AA3.3.●

Abordagem integrada 3.1

Objetivos específicos

Musealização do Parque de Escultura Contemporânea de Almourol

- Articular as estruturas de dinamização cultural e turística existentes no concelho para promover um percurso de desenvolvimento artístico alicerçado em recursos endógenos e no património histórico;
- Dinamizar os equipamentos criados e potenciar os investimentos efetuados e a continuação da promoção da vila e da região através da arte.

Abordagem integrada 3.2

Objetivos específicos

Promoção de eventos culturais e criativos

- Promover o património através do enaltecimento da temática das Artes e complementar o desenvolvimento de residências artísticas temporárias;
- Realizar evento anual de artes no Parque de Esculturas.

Abordagem integrada 3.3

Objetivos específicos

Aprofundamento de nova oferta turística

- Identificar e sinalizar rotas peregrinas, nomeadamente do caminho de Santiago;
- Criar um projeto turístico que inclui um parque temático, um hotel com 135 quartos e um investimento imobiliário a desenvolver numa área de 5,1 hectares.

Abordagem integrada 3.4

Objetivos específicos

Desenvolvimento de produto turístico associado ao património

- Criar o Centro de Interpretação Templário, valorizando a temática e o património presentes no território;
- Realizar eventos e encenações, feiras e outras ações em torno do Castelo de Almourol;
- Introduzir tecnologia QR-codes que permita interligar virtualmente o turista a todo o património e à oferta turística existente no concelho;
- Desenvolver produtos turísticos de multimédia e realidade aumentada para o património cultural existente.

Projeto estruturante 4.

Descrição e objetivos gerais

Promoção da qualidade de vida e da coesão social

Está inerente a este projeto um conjunto de intervenções que promovam uma maior cobertura do apoio social existente no concelho e que concorram para a inclusão da população mais desfavorecida, nomeadamente a população idosa, as minorias étnicas e os desempregados. Tem como objetivos principais:

- Melhorar a oferta de serviços às atuais e novas famílias;
- Reforçar a atratividade residencial do concelho e diminuir desigualdades no acesso aos serviços;
- Promover a economia social.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.2 • | AA2.1 • | AA2.2 • | AA2.3 ••• | AA3.3 •

Abordagem integrada 4.1

Objetivos específicos

Dotação de recursos materiais para a Loja Social de Vila Nova da Barquinha

- Desenvolver o trabalho de inclusão social e de combate à pobreza, responder a casos de emergência social existentes no concelho e promover a igualdade de oportunidades na comunidade local.

Abordagem integrada 4.2

Objetivos específicos

Realojamento de minorias étnicas (famílias referenciadas)

- Promover a inclusão social e realojar famílias de etnia cigana que residem em condições precárias na freguesia de Ribeira do Tejo.

Abordagem integrada 4.3

Objetivos específicos

Remodelação do edifício de Centro de Dia e ampliação para Lar de Idosos

- Dotar o espaço atual dos meios técnicos e das condições necessárias para dar uma resposta plena aos utentes.

Abordagem integrada 4.4

Objetivos específicos

Desenvolvimento de projetos de inclusão social por via da ação escolar e cultural

- Desenvolver o projeto Trampolim, que visa promover medidas de integração e inclusão do aluno na escola tendo em conta a sua envolvimento familiar e social;
- Estabelecer ligações a outras instituições relevantes, nomeadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, procurando respostas integradas;
- Promover a inclusão social através da cultura e do envelhecimento ativo.

Abordagem integrada 4.5

Objetivos específicos

Requalificação e ampliação de equipamentos de saúde e de ação social

- Dotar o Centro de Saúde de meios e equipamentos que garantam a prestação de um serviço de qualidade;
- Melhorar as estruturas residenciais para idosos, aumentando a sua capacidade;
- Alargar a capacidade do Centro de Atividades Ocupacionais;

Projeto estruturante 5.

Descrição e objetivos gerais

Crescente aposta na oferta educativa

O projeto de aposta na oferta educativa pretende dar continuidade à valorização do ambiente educativo, científico e experimental, enquanto um dos pilares essenciais da projeção de um município virado para o futuro e para as próximas gerações. Tem como objetivos gerais:

- Continuar a aposta e otimizar o impacto do Centro Integrado de Educação em Ciências;
- Assegurar que são induzidos processos de contaminação positiva do ensino científico a outros grupos populacionais do concelho, para além dos alunos e dos professores;
- Sublinhar o papel do ensino enquanto fator diferenciador e crucial na atratividade de novas famílias.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.2 • | AA1.3 • | AA2.2 ••• | AA2.3 • | AA3.2 •

Abordagem integrada 5.1

Objetivos específicos

Monitorização do impacto do Projeto Centro Integrado de Educação em Ciências da escola CCV

- Desenvolver um projeto de monitorização para avaliar, ao longo de 12 anos, o impacto do Centro Integrado de Educação em Ciências a três níveis: aprendizagem do aluno; desenvolvimento profissional dos professores e aprendizagem dos visitantes (focado no ensino ao longo da vida);
- Elaborar propostas pedagógicas, com vista à melhoria da posição detida em estudos como TIMSS e PISA.

Abordagem integrada 5.2

Objetivos específicos

Atividades lúdicas e pedagógicas de aprendizagem experimental

- Estimular o gosto pelo ensino experimental e promover a literacia científica;
- Combater os baixos índices de motivação para o estudo através da implementação de novos métodos de ensino;
- Fomentar o trabalho em equipa, o ensino cooperativo, a criatividade e o pensamento crítico.

Abordagem integrada 5.3

Objetivos específicos

Elaboração e avaliação das políticas educativas do concelho

- Identificar as necessidades atuais e futuras do município em matéria de Educação, de acordo com a análise de tendências de evolução de indicadores demográficos, socioeconómicos e educativos;
 - Atualizar a informação essencial à definição e avaliação de políticas educativas à escala local;
 - Implementar um conjunto de propostas de desenvolvimento da educação e de organização da rede escolar em função dos desafios identificados;
- Potenciar o papel dos órgãos autárquicos locais e da comunidade (em particular das valências educativas), através do seu envolvimento ativo em todo o processo de construção das propostas.

Projeto estruturante 6.

Descrição e objetivos gerais

Equilíbrio no desenvolvimento urbano

Este projeto é determinante para o desenvolvimento do concelho, uma vez que tem implícita a ambição de regeneração nos principais centros urbanos e de aposta numa mobilidade sustentável que se deseja sustentável e alargada a todo o município. Tem como objetivos gerais:

- Promover o desenvolvimento urbano sustentável;
- Usar a regeneração urbana como base e instrumento de promoção da coesão social e da atratividade populacional;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente, desenvolvendo uma rede urbana equilibrada e adequada à dimensão do concelho e ao estilo de vida que a ele se associa.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.1 • | AA1.2 • | AA2.1 ••• | AA2.2 • | AA3.2 •

Abordagem Integrada 6.1

Objetivos específicos

Construção de passagens desniveladas da linha férrea

- Assegurar a segurança das populações através da eliminação das passagens de níveis existentes;
- Reforçar a importância da mobilidade no concelho, considerando a extensão da malha urbana entre as freguesias de Vila Nova da Barquinha e Atalaia.

Abordagem Integrada 6.2

Objetivos específicos

Desenvolvimento da Rede de Ciclovias de Vila Nova da Barquinha

- Definir percursos cicláveis (de geometria variável), associados a uma estratégia de mobilidade que seja capaz de definir uma nova leitura espacial e de preparar o espaço público para as diferentes formas de mobilidade;
- Rever a circulação automóvel, pedonal e ciclável, bem como os aspetos relacionados com a correta e segura fluidez do tráfego, a sinalização horizontal e vertical e a gestão do estacionamento e parqueamento;
- Promover a utilização de modos suaves de transporte nas diferentes comunidades para uso diário.

Abordagem Integrada 6.3

Objetivos específicos

Requalificação de outras infraestruturas urbanas

- Intervir em troços de infraestruturas rodoviárias de importância para o desenvolvimento turístico e económico do concelho e da região;
- Realizar obras de recuperação do espaço público, privilegiando a criação de zonas verdes e áreas pedonais, respeitando a sustentabilidade ambiental e eficiência energética, no sentido de tornar as áreas urbanas mais atraentes para a criação de novos espaços comerciais e residenciais.

Projeto estruturante 7.

Descrição e objetivos gerais

Este projeto estruturante consubstancia os objetivos de desenvolvimento empresarial e de especialização produtiva do concelho de Vila Nova da Barquinha, tendo em conta as suas particularidades e vantagens competitivas. Em concreto, tem como objetivo:

- Desenvolver condições para a afirmação económica do concelho, valorização os seus recursos endógenos e historicamente relevantes;
- Promover a competitividade económica do concelho;
- Desenvolver a capacidade instalada e diversificar o tecido empresarial;
- Afirmar a especialização económica em articulação com a envolvente regional.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.3 • | AA2.2 •
AA3.1 ••• | AA3.2 ••• | AA3.3•••

Abordagem integrada 7.1

Objetivos específicos

Reativação da base aérea militar

- Reativar a base aérea nº 3, situada na Freguesia de Praia do Ribatejo, como aeroporto de transporte militar, beneficiando da instalação das famílias dos militares que acompanharem a reabertura da base aérea de Tancos;
- Promover o desenvolvimento económico e a coesão territorial da região, valorizando os recursos e as condições próprias do território e garantindo efeitos macroeconómicos indutores e potenciadores do nosso desenvolvimento regional.

Abordagem integrada 7.2

Objetivos específicos

Desenvolvimento de infraestruturas de apoio às empresas

- Dotar o centro de negócios das infraestruturas necessárias para atrair novas empresas e promover as atuais;
- Reabilitar, de forma integral, dois edifícios e criar um novo espaço de acolhimento de empresas.

Abordagem integrada 7.3

Objetivos específicos

Ninho de empresas e programas de apoio às empresas de base local

- Promover e acompanhar projetos e empresas inovadoras na sua fase embrionária, colocando-as no mesmo espaço físico e pondo ao seu dispor um conjunto de serviços e gabinetes com áreas individualizadas, proporcionando-lhes, desta forma, a inserção num ambiente empresarial adequado;
- Incentivar a interação entre o meio empresarial e as instituições de ensino e investigação, com vista a que estas possam usufruir das vantagens, sinergias e complementaridades que daí decorrem.

Valorização económica e apoio empresarial

Projeto estruturante 8.

Descrição e objetivos gerais

Ao projeto de governação e modernização tecnológica estão associados desafios de ordem operacional, mas também da disponibilização de tecnologia aos residentes, que permita maior conforto tanto no acesso aos serviços municipais como à agenda cultural.

- Garantir que mais despesa municipal é canalizada para projetos impactantes, em detrimento das atividades de suporte;
- Disponibilização de serviços eficientes, de resposta rápida e mais próximos do cidadão;
- Participação e envolvimento do cidadão na vida cultural do município.

Contributo para as áreas de atuação

AA1.3 ●●● | AA2.2 ● | AA3.2 ●

Abordagem integrada 8.1

Objetivos específicos

Modernização dos serviços: aquisição de meios informáticos e eletrónicos

- Adquirir meios informáticos e eletrónicos que contribuam para a redução de custos de contexto através da simplificação e qualificação das respostas dadas, tornando os serviços mais eficientes e rentabilizando as plataformas existentes;
- Desmaterializar os arquivos municipais e implementar projetos de reengenharia processual.

Abordagem integrada 8.2

Objetivos específicos

Tecnologia de apoio ao cidadão

- Dotar de rede wireless o centro da Vila, reforçar a rede existente no Parque Ribeirinho e cobrir os três polos turísticos existentes nas restantes freguesias, nomeadamente na Igreja Matriz de Atalaia, no Castelo de Almourol e na zona histórica e ribeirinha de Tancos;
- Desta forma, permitir que os residentes acedam à informação cultural disponibilizada online pelo município, potenciando a oferta existente e dinamizando a economia local, nomeadamente a restauração e as atividades de lazer, educação e cultura promovidas no concelho.



AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º

1250-166 Lisboa

T. +351 21 351 14 00

F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º

4250-186 Porto

T. +351 22 508 98 55

F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



PME under 15

Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda